



Universidade Federal de Uberlândia

Instituto de História

Maria Fernanda Ribeiro Cunha

O baile das personagens nos palcos da imprensa: casamento e domesticidade em *O primo Basílio e Iaiá Garcia* (1878)

Uberlândia

2019

Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de História

Maria Fernanda Ribeiro Cunha

O baile das personagens nos palcos da imprensa: casamento e domesticidade em *O primo Basílio e Iaiá Garcia* (1878)

Monografia apresentada ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de bacharelado e licenciatura em História.

Orientadora: Prof^a Dr^a Daniela Magalhães da Silveira.

Uberlândia

2019

CUNHA, Maria Fernanda Ribeiro. O baile das personagens nos palcos da imprensa: casamento e domesticidade em *O primo Basílio* e *Iaiá Garcia* (1878) – Uberlândia, 2019.

Orientação: Prof^ª Dr^ª Daniela Magalhães da Silveira

Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em História.

Inclui bibliografia.

Palavras-chave: Literatura; Imprensa; Gênero; Machado de Assis; Eça de Queiroz.

MARIA FERNANDA RIBEIRO CUNHA

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Daniela Magalhães da Silveira
(Orientadora)

Profª Drª Ana Flávia Cernic Ramos
Universidade Federal de Uberlândia

Profª Me. Maria Luzia Alves Brito
Universidade Federal de Uberlândia

Uberlândia

2019

Aos sonhos de Felipe Ralf Feréli da Silva.

Aos que argumentavam que as mulheres não queriam independência, ela [Olive Schreiner] respondia: “se o pássaro gosta da gaiola e de seu açúcar e não a deixará, por que manter a porta fechada com tanto cuidado?”

Anne McClintock

Os senhores têm perguntas?

Margaret Atwood

AGRADECIMENTOS:

Quando eu era menina inventei de dançar balé. Fui a bailarina que chegou mais perto de assustar o público. Tinha um péssimo equilíbrio, um medo paralisante de fazer cambalhotas e girava sempre no sentido contrário. Por isso, comecei esses agradecimentos dando o devido protagonismo a quem, diante de um evidente fracasso meu, nunca abandonou a cadeira na plateia. Mamãe me aplaudia! E, não só por isso, Rosânia Emília estará sempre no começo de qualquer oportunidade minha de agradecer. Investiu vil metal e muito tempo em mim. Por isso trabalhava três turnos, pagou minhas aulas de balé e provavelmente estará, no dia da defesa, me olhando como a mãe da Ana Botafogo faria. Acreditem, ela leu todo esse trabalho! Minha primeira professora, mamãe é a vontade de voltar pra casa e eu a amo com muita admiração.

Papai filmava meus espetáculos de balé! Vejam a ousadia! Acompanhou cada passo meu, me ensina a ser mais humana e a olhar com mais carinho pra nossa família, mesmo no turbilhão que a universidade vez ou outra me colocou. Me orgulho de tudo o que Eldo Alves faz. Vocês precisam ver a maestria com que ele constrói aviões em miniatura, desce de rapel das cachoeiras e faz biscoitos com o meu nome e do meu irmão nas tardes de férias.

O caçula é minha alegria! Sempre nos aporrimos, desde que ele teve idade e dente o suficiente pra me morder. Quico chorou na minha primeira apresentação como bailarina, porque achava que eu não voltaria pra casa. E isso diz muito sobre esse menino. Ele é minha garantia de não estar sozinha no mundo e a certeza de que eu não preciso conquistar muito para ser feliz. Me realizaria total e completamente só acompanhando as vitórias dele.

Meus pais confiaram minha educação e do Quico à rede de solidariedade mais bonita da nossa família: meus avós paternos. Dona Creusa é o grande amor da minha vida. Me ensinou a trançar o cabelo, a fazer chuchu refogado e a me preocupar em nunca magoar ninguém. Cuidou de todos nós enquanto mantinha em dia o trabalho doméstico. Sem remuneração e descanso, vovó é o motivo disso tudo. Fez uma torta de abacaxi inteira pra mim quando quebrei o pé, uma semana antes do espetáculo de balé. E certamente fará isso quando eu finalmente apresentar esse trabalho. Vovô Amador é, provavelmente, o espectador mais impaciente. Ele já não se lembra de como um dia apressou minha avó para não perder a hora da minha apresentação. E talvez não se lembrará de que eu já estou em idade de acabar a faculdade. Vai me perguntar, daqui alguns dias, o que eu quero ser quando sair da escola. E eu vou responder contente, pela enésima vez: que nem o senhor, vênho!

Madrinha Silvia e tia Cláudia participam de toda essa coreografia. Madrinha é a incentivadora mais observadora e, certamente, quem fazia uma análise certa de que minha

carreira como bailarina iria acabar. Junto com Magda, foi minha família em Santa Catarina, me ensinando a lidar com a saudade. Assinava revistas pra mim, porque gostava era de me ver lendo e contando histórias. Enquanto isso, tia Cláudia mergulhava de cabeça nas minhas maluquices. Ainda lê os mesmos livros que eu e não vejo a hora de contar pra ela que o protagonista do romance, que ela está lendo agora, vai preso no final! Desculpa, tia! Diga ao tio Mário que eu agora tenho todo tempo do mundo para deliciar os sorvetes que a gente mais gosta: todos. Amo vocês! Tia Cidinha, do alto dos seus 87 anos, foi a primeira a perguntar se haveria festa de formatura, pra escolher uma roupa bonita. Não vai ter festa, tia! Mas imagine a que a gente pode fazer com um pote de sorvete de leite ninho, assistindo à missa na TV Aparecida! Sábado, sem falta!

De longe, outra plateia inteira sempre assistiu meus tombos. Seu Isaac Ribeiro é fruta que não cai longe do pé. Levou Minas Gerais para o meio de São Paulo e é meu interlocutor preferido! Dona Palmira, é a avó incansável no cuidado com os netos. E adoraria estar me assistindo na defesa, vestida de lantejoulas da cabeça aos pés e gritando meu nome. Meus tios são a extensão da minha rede de apoio. Tia Lúcia e tio Daniel investiram em mim e pagaram pelo meu primeiro ano em Uberlândia, quando meus pais não podiam fazê-lo. Me acompanharam em provas de vestibular, rezaram e brindaram comigo. E agradeço aos dois sabendo que não chego perto de recompensá-los ainda. Tio Pérsio e tio Fê foram meus dias de alegria aos janeiros, confidentes íntimos das minhas descobertas e parceiros no meu descanso. Com padrinho Evandro e tia Naide, os abraços demorados e as horas a fio ouvindo Alicia Keys tornaram mais fácil saber de onde saí e para onde devo voltar. Bárbara e Aninha me fazem prima mais velha: dão espaço para a criança que já fui e me encorajam a ser sempre melhor.

Para a amiga que é família, um lugar especial. Kamila é leitora incansável dos meus devaneios e não perde um episódio da minha vida corrida. Me força a respirar fundo, me levando para Araguari, pra fofocar na beira do fogão, ouvindo Roupas Novas. Se lembram do espetáculo de balé? Kamila dançava comigo. Existem várias fotos nossas fantasiadas e sem os dentes da frente. Importa dizer que ela estava e está sempre comigo. Italo foi meu amor amigo, durante todo esse processo e muito antes dele. Já me acudiu de madrugada e foi quem mais lidou com a minha distância nesse período. Sei que a gente se encontra, como sempre! Ao Eduardo eu agradeço pela parceria, sem titubear, sempre fundamental para que eu fizesse uma caminhada mais tranquila.

Os amigos que fiz nessa casa construíram degraus compridos para que eu conseguisse chegar até aqui. Débora me ouviu, me leu e me compreendeu. Geovan foi meu irmão, na alegria, no medo e na bronca. Marísia foi meu alter ego, me acolheu quando eu nem merecia, com o

sotaque que mais me leva para casa. Letícia Leandro me apresentou o mundo das mulheres que correm com lobos. João Pedro Marto me deu abraços que me recarregaram. Kathleen foi minha dupla e não me deixou ficar pra trás em nenhum momento. Com Mateus dividi as aflições dos processos seletivos. Pedro Marques me divertiu com as piadas mais inusitadas. Márcio, Luísa e Luís Otávio me fizeram rir outras incontáveis vezes. Mariana cuidou de mim como faz com todos que gosta. Maria Teresa me deu a felicidade de uma amiga como as da infância! Anna Luísa esteve por mim quando poucos estiveram. Letícia Simões dividiu comigo a casa, as obrigações e as músicas da Britney Spears. Renata me encontrou várias vezes na UFU pra desacelerar meu pensamento. Lucas Reis me deu a honra de acompanhá-lo na docência. Arielle Farnezi foi minha companheira de almoço na tenda e é hoje uma das pessoas que mais participa das minhas alegrias. E Pedro Henrique foi quem me fez chegar com calma em Florianópolis.

Na ilha da magia, Vanessa me colocou pra dentro de casa. Com ela fiz discussões demoradas sobre Gramsci e outros marxistas. E, por isso, esse texto tem hoje outra cara. Yuri tem parcela de culpa nisso! *Vive la gente, mis compañeros!* Juliana Cassé é, sem sombra de dúvidas, a foucaltiana que mais discutiu Thompson. Por isso, pelas tardes na praia e pelo cuidado atencioso: muito obrigada! Professor Adriano Duarte foi minucioso nos comentários sobre meu trabalho e nas indicações de leitura e pode ser que eu nunca consiga retribuir à altura.

Agradeço ao CNPq, pelo financiamento da pesquisa. E faço, à banca, talvez o agradecimento mais difícil de fazer. Que eu farei em nome de todos os professores que passaram pela minha vida. É improvável que eu faça entender como de fato me sinto honrada em ter três das mulheres que mais admiro, na mesma mesa, comentando meus erros e tentativas de acertar. Ana Flávia Cernic foi quem me encorajou, com os clubes de leitura, a voltar a ler literatura como nos tempos de bailarina sem horizonte. E agradeço de antemão por tudo que eu, com certeza, irei aprender com sua arguição. Maria Luzia Alves sempre foi, até a formalidade desse parágrafo: Malu. Minha admiração pela profissional, que Malu é, me deixa quase sem palavras pra dizer como eu tirei, na sorte, a alegria de ter me tornado sua amiga. Obrigada por ter aceitado ler e comentar esse trabalho, e por cada momento que topou dividir comigo.

Deixar Daniela para o último parágrafo não deve ter deixado suspeitas. É evidente, pra qualquer pessoa que me conheça, que eu me demoraria pra falar dela. Isso porque nunca deixei dúvidas do quanto aprendi com todas as Danielas que conheci. A primeira me deixava em silêncio profundo diante da professora impecável que era. Aprendi com essa a ser espectadora das pessoas mais fortes que eu. Depois, como orientadora, me ensinou a pesquisar, a respeitar meu próprio tempo e a fazer parágrafo no Word. Fez esse trabalho acontecer! Como amiga, me fez entender que posso sempre encontrar família em outros lugares. Ela sabe de tudo que

conheci com ela, e, enquanto eu tiver vitalidade pra isso, ficarei tentando agradecer a oportunidade de conviver, aprendendo, com Daniela. Onde é nossa próxima parada? Bahia?

Fecho as cortinas ao fim dessa apresentação que, ainda bem, não é mais sobre sapatilhas e tutus. Eu não larguei o curso, Ralfito! Me dê cá a mão, primeiro amigo, e vamos juntos abraçar a plateia. Sei que você tá comigo!

RESUMO:

Uma polêmica literária invade as páginas da imprensa brasileira na primeira metade do ano de 1878. *O primo Basílio*, romance do literato português Eça de Queiroz, despenca sobre a pena de Machado de Assis. Que tece longas considerações, no jornal *O Cruzeiro*, sobre a construção das personagens do escritor de além-mar. No mesmo ano e periódico em que publicara *Iaiá Garcia*, Machado, em sua crítica à Eça, toca em questões importantes aos projetos políticos em discussão naquele ano. Uma crise ministerial, no verão de 1878, colocara ministros liberais, preocupados com a secularização da vida pública, na crista da onda dos debates sobre o casamento civil. Tendo que lidar com as epidemias de febre amarela, o novo gabinete de ministros foi colocado na arena da imprensa para ter suas medidas públicas questionadas e avaliadas por cronistas, que dividiam espaço de jornal com as personagens machadianas e queirozianas. Este trabalho pretende investigar, portanto, como ficção e realidade se cruzaram em momento providencial da discussão política. E de que modo uma polêmica literária podia colocar em pauta a reorganização de um sistema patriarcal, que ordena de maneira generificada o lugar social da domesticidade dos cidadãos e cidadãs do Império.

Palavras-chave: Literatura; Imprensa; Gênero; Machado de Assis; Eça de Queiroz.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO:	13
CAPÍTULO I – Os caminhos estreitos entre personagens e perfis	16
1.1. Uma polêmica entre a crise dos ministérios	17
1.2. Por baixo das cortinas, uma crise de representação	20
1.3. Entre tantos perfis, as personagens	25
1.4. O zumbido d’ <i>O Besouro</i>	27
1.5. “Títere” ou “pessoa moral”?	32
CAPÍTULO II – Do casamento: civil ou incivilmente?	36
2.1. O casamento civil na pauta liberal	36
2.2. Casamento e sexualidade	42
2.3. Sexualidade n’ <i>O primo Basílio</i>	43
2.4. A crítica de <i>Iaiá Garcia</i>	50
2.5. Matrimônio em <i>Iaiá Garcia</i>	54
2.6. Casamento e maternidade	61
CAPÍTULO III – Da domesticidade: fronteiras finas e subversão	66
3.1. Com os verões, a febre	66
3.2. A higiene e o “reclamo geral”	68
3.3. Público e privado	73
3.4. Domesticidade: trabalho doméstico, ócio burguês	75
3.5. “São humores, Sra. Juliana. O que vosmecê tem, são humores”	79
3.6. Juliana pelos olhos da crítica	83
3.7. Domesticidade em <i>Iaiá Garcia</i>	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
FONTES	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93

INTRODUÇÃO:

No verão de 1878, homens e mulheres se movimentavam conforme a dança dos começos de cada ano. As agitações políticas, as chuvas de janeiro e os surtos de febre amarela ajudavam a compor o cenário pelo qual transitavam os cidadãos fluminenses. As prensas móveis soltavam as remessas dos periódicos, repletos de tinta gasta com opiniões consideradas imprescindíveis, críticas bem-humoradas e personagens literárias. Que se misturavam em meio aos maços de poucas folhas a serem distribuídos pelo centro da Corte e nas províncias.

Efervesce, assim, naquele ano, uma crise no gabinete de ministros, que depõe conservadores e alça os liberais ao corpo imperial. Cronistas e caricaturistas levam para as páginas dos jornais e revistas, no começo de 1878, os projetos políticos dos recém-assumidos ministros. E os problemas a serem enfrentados por eles. A epidemia de febre amarela já fazia suas vítimas desde a década de 1850 e, com a umidade do verão tropical, voltava a fazer parte dos discursos pela organização e sanitização da vida nas cidades. Que acirravam as trocas de farpas entre periódicos de opiniões distintas quanto à crise ministerial e às promessas dos ministros liberais.

Em meio ao ambiente acirrado, é possível encontrar o arfar das saias das personagens folhetinescas. Iaiá Garcia, a menina que dá nome ao romance machadiano, aparece no jornal *O Cruzeiro* logo no primeiro dia do ano. E Luísa, a jovem lisboeta da narrativa queiroziana, dá as caras logo depois, quando, na arena da imprensa, Machado de Assis publica, em 16 de abril de 1878, também n' *O Cruzeiro*, uma crítica da construção das personagens de Eça de Queiroz. E, assim, uma polêmica literária, entre escritores separados pelo atlântico, ganha espaço considerável nos palcos dos periódicos, preocupados com os debates mais importantes do último quartel daquele século.

José Maria de Eça de Queiroz e Joaquim Maria Machado de Assis, a despeito da semelhança nos nomes, colocaram suas diferenças em jogo. As discussões sobre estética literária faziam parte do cotidiano dos escritores do período, que buscavam formas diferentes de produzir cultura letrada. Tendo encontrado Machado de Assis, na imprensa, ambiente propício para colocar em conflito as diferentes motivações para escolhas estéticas, fundamentais à concepção da literatura realista da virada do século XIX para o XX.

De um lado, a história do adultério de Luísa, uma jovem lisboeta, com o primo, durante viagem do marido à trabalho, em *O primo Basílio*. Do outro, o casamento sólido de Estela e

Luís Garcia, movido pela razão, e a educação de Iaiá para um matrimônio diferente com Jorge, mas nunca racionalmente despreparado, em *Iaiá Garcia*. Eça de Queiroz e Machado de Assis estiveram armados da construção das próprias personagens, que desvendavam sentidos específicos do lugar social de homens e mulheres, em meio à transformação na cultura política e popular, em 1878.

A ficção e a literatura foram providenciais, nesse sentido, para a composição de um discurso importante aos caminhos da política institucional e cotidiana. Os dois romances apareciam em momentos oportunos da discussão pelo casamento civil ou pela sanitização da Corte. Os autores, portanto, não podiam mais organizar a recepção de suas personagens. De modo que, ao terem munido a crítica com suas figuras ficcionais, estiveram envolvidos de maneira desordenada num universo de tensões e conflitos sociais. Tendo a realidade material sido transformada por meio da interlocução com as personagens de cada um dos Marias, de cá ou de lá.

No primeiro capítulo deste trabalho, pretendo investigar, dessa forma, o modo como a imprensa periódica do começo daquele ano de 1878 organizava pautas tão diferentes. O destino dos ministros conservadores e as novas responsabilidades dos ministros liberais se misturaram com artigos que encareciam debates políticos importantes e com as personagens literárias, ora na crítica, ora nos enredos dos folhetins. Com uma análise amparada pela leitura corrida dos jornais que se envolveram na polêmica recepção d'*O primo Basílio*, pretendo discutir como uma crise de representação política pode ter levantado a poeira da criação de lugares sociais, que eram organizados sobretudo por meio do consumo e produção de cultura.

Já no segundo capítulo, o debate sobre o casamento civil aparece como foco do meu exame, que pretende avaliar de que maneira as personagens femininas e masculinas foram utilizadas na construção de narrativas em torno da secularização do matrimônio. A sexualidade e a maternidade parecem, assim, como importantes ferramentas da minha análise a respeito da disposição patriarcal de que dependia a governança política do período monárquico. Me debruçarei, portanto, à construção de sentidos para essa sexualidade de mulheres e do cuidado à primeira infância. Colocando em interlocução os enredos dos dois romances, as críticas produzidas sobre ambos e os debates políticos que efervesceram nas páginas dos jornais em 1878.

Por fim, no terceiro capítulo, pretendo avaliar outra questão cara aos moradores da Corte do final da década de 1870: as epidemias de febre amarela. Os discursos pela higienização e

sanitarização da cidade colocaram em conflito noções embrionárias de público e privado, coletivo e doméstico. De maneira que a organização de um sentido de domesticidade estivesse em pauta, quando das conquistas emancipacionistas pelo fim da escravidão, na maior alteração de classe e trabalho do século XIX. Homens e mulheres agenciavam novos lugares de poder por entre as fronteiras de casa e da vida urbana. O trabalho doméstico e o ócio burguês assumiam lugar significativo na negociação de novas maneiras de ocupar o espaço público. Tendo os romances de Eça de Queiroz e Machado de Assis colaborado na compreensão, da época e de agora, aos cuidados da História, do que significava transformar também o ambiente doméstico, o cuidado à saúde e as diferentes modalidades de reclame pela justiça social.

Assim, pretendo trabalhar com o argumento de que as personagens ficcionais instrumentalizavam debates fundamentais à experiência material e social de homens e mulheres oitocentistas. Num exercício de tentar compreender o consumo e a produção de cultura letrada, almejo alcançar um entendimento mínimo do que esses sujeitos sociais puderam fazer e fizeram para transformar a própria trajetória, individual e coletivamente.

CAPÍTULO I – Os caminhos estreitos entre personagens e perfis

Os episódios de ebulição política, ao contrário do que pensam alguns discursos contemporâneos à escrita deste capítulo, ajudam a construir e são construídos por meio do cotidiano das pessoas. E essa não é uma característica exclusiva da política recente. A partir do primeiro dia do ano de 1878, uma crise ministerial invadiu as páginas da imprensa periódica e mobilizou a opinião pública ao longo dos doze meses seguintes. A dissolução do Gabinete do Império do Brasil, majoritariamente conservador à época, dava lugar a uma representação liberal. Os velhos e novos ministros do Estado eram protagonistas das colunas dos jornais curiosos com o destino dos primeiros e o caráter dos segundos.

Em meio à crise, uma polêmica literária toma conta de grande espaço da imprensa. A recepção de *O primo Basílio* efervesceu nas folhas dos periódicos brasileiros nesse mesmo ano de 1878. Tendo entusiasmado importantes meios de comunicação e grandes literatos, o romance português tomou os palcos da cena letrada.

A obra de Eça de Queiroz tem como narrativa central o matrimônio de um jovem casal lisboeta. Luísa e Jorge são recém-casados, quando este precisa viajar a trabalho para o Alentejo. A viagem coincide com a volta de Basílio – primo de Luísa que estava no Brasil – a Lisboa. Os dois primos se reencontram e se envolvem amorosamente, como já havia acontecido enquanto Luísa ainda não havia se casado. A narrativa, então, se dedica a construir o cenário da infidelidade e as questões morais contidas nessa relação. A criada do casal, Juliana, descobre o segredo da patroa e passa a chantageá-la em troca de benefícios na relação de subordinação. O livro possui um desfecho imerso nessas questões morais construídas e debatidas ao longo da narrativa.

O romance foi recebido no Brasil com uma polêmica que debatia a apresentação da moral na obra e tópicos de estética literária. Acontecendo em diversos jornais da época, como *O Cruzeiro*, *Revista Illustrada*, *Gazeta de Notícias* e *O Besouro*, a polêmica precisa ser analisada dentro do contexto social e político. Os cronistas e articulistas, elencados neste trabalho, ajudam a compor essa conjuntura, assinando por meio de pseudônimos, ou não, uma compilação dos assuntos importantes à imprensa periódica nesse período.

O ano de 1878 viu movimentar-se, demasiadamente, a imprensa periódica. De modo que a polêmica, que contou com a participação daquele que viria a ser considerado o mais

importante literato brasileiro, Machado de Assis, não aparece para preencher uma lacuna, e sim para dominar um importante espaço. Portanto, antes de olharmos para o lugar ocupado pela contenda literária, é significativo observarmos o que deixou de ser publicado para oferecer oportunidade à querela sobre *O primo Basílio*. E para isso, vamos voltar nossas atenções aos caminhos da imprensa nesse ano de crise política.

1.1 Uma polêmica entre a crise dos ministérios

O Cruzeiro, inaugurado em 1º de janeiro de 1878, estampava no “Boletim” de sua primeira edição a notícia da crise nos ministérios. O jornal diário, que circulava na Corte pela quantia de 60 mil-réis a folha avulsa, na segunda semana de publicação anunciava ser um dos periódicos de maior tiragem no país. Com uma média de oito páginas por edição, o jornal era ocupado em boa parte pela seção do “Boletim”, em que eram publicadas as ocorrências policiais da capital fluminense e as grandes tônicas políticas do dia. O periódico se dividia em outras grandes seções como “Comércio”, responsável pelo levantamento das movimentações comerciais na Corte, e o “Folhetim do Cruzeiro”, que contava com as crônicas e romances-folhetins. Outras colunas menores, como as anedotas das “Notas Volantes”, as notícias estrangeiras no “Ecos do exterior” e “Revista do exterior”, preenchiam o restante do conteúdo do jornal, bem como os artigos da “Seção livre” e as correspondências dos leitores nos “Ineditoriais”.

Ainda no dia 4 de janeiro do mesmo ano, o periódico voltava a manifestar interesse pelos sintomas da agitação política no Gabinete do Império e afirmava no “Boletim” que

A crise ministerial e o anúncio de mudança na situação política têm impressionado a população desta cidade. Durante todo dia e a noite numerosos grupos se formaram em algumas das ruas mais concorridas da cidade, principalmente na do Ouvidor, discutindo com animação e interesse os efeitos e a duração da crise. À noite, grupos de povo precedidos por bandas de música percorreram as ruas vitoriano a ascensão ao poder do partido liberal. Consta-nos que do interior e das províncias têm sido recebidos nesta Corte numerosos telegramas pedindo informações sobre a crise¹.

No dia seguinte, a primeira edição do ano da *Revista Illustrada*, publicada pelo desenhista italiano, Ângelo Agostini, trazia as caricaturas de uma “semana de emoções políticas”. Anunciando a crise ministerial e a primeira publicação d’*O Cruzeiro*, a revista destacava que “meia hora depois via-se pregado em vários pontos da cidade o primeiro boletim

¹ *O Cruzeiro*, 04 de janeiro de 1878, n. 4, p.2.

sobre a subida dos liberais ao poder. O *Jornal [do Commercio]* e a *Gazeta [de Notícias]* fizeram uma careta de palmo e meio. O novo jornal *Cruzeiro* os tinha vencido!”²

Uma observação importante a se fazer sobre a publicação do caricaturista italiano é o destaque dado à pauta do casamento civil como parte da nova política liberal. A secularização do matrimônio é apontada por Agostini como motivo de enfrentamento com os privilégios da Igreja Católica. Em meio às caricaturas, dois assuntos também aparecem de maneira recorrente nas primeiras edições do ano de 1878 da folha ilustrada: a seca no Ceará e a epidemia de febre amarela na Corte dividiam espaço nas usuais oito páginas por edição da *Revista Illustrada*. E esses são assuntos a serem tratados posteriormente.

O periódico, publicado por Ângelo Agostini, a despeito de ser mais caro em função das ilustrações, possuía um público extenso e rentável para o italiano que construiu vida pública no Brasil. De acordo com Marcelo Balaban, em *Poeta do lápis: a trajetória de Ângelo Agostini no Brasil imperial – São Paulo e Rio de Janeiro – 1864 – 1888*, a *Revista Illustrada* teria sido o maior projeto de Agostini em terras brasileiras. Lançada em 1º de janeiro de 1876 e publicada semanalmente por mais de duas décadas, a revista anunciava em seu primeiro número sua proposta editorial, autoproclamada fiel à verdade e autônoma. Segundo Balaban,

A identidade da *Revista* era definida por tal autonomia, que significava dizer a verdade, mesmo que as consequências não fossem as melhores para a própria revista. Com este recado, assumia com seus leitores um compromisso com um princípio que tinha um sentido bastante específico naquele contexto. Dizer sempre a verdade era necessariamente incomodar algumas, ou muitas pessoas [...]. Era assim uma forma de assumir uma posição, de marcar um lugar a partir do qual irá defender suas ideias. Estas que, por sua vez, organizarão o modo como serão analisados os acontecimentos³.

Assim, é preciso trabalhar com essa perspectiva ao analisar o conteúdo publicado pela folha ilustrada. As intenções editoriais, usualmente veiculadas no primeiro número, direcionam boa parte do material produzido ao longo do tempo de circulação dos jornais e revistas. Nesse sentido, procuraremos nos concentrar ao compromisso firmado entre os leitores da *Revista* e o quadro de cronistas dirigido por Agostini.

A publicação sobre o boletim da crise ministerial não foi a única, nem mais significativa, menção da *Revista Illustrada* ao periódico que nasceu junto à crise política. O *Cruzeiro* volta à

² *Revista Illustrada*, 05 de janeiro de 1878, n. 97, p. 4.

³ BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis: a trajetória de Ângelo Agostini no Brasil imperial - São Paulo e Rio de Janeiro - 1864-1888*. 2005. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, p. 260.

pena dos cronistas da equipe de Ângelo Agostini em 6 de abril, quando A. Gil, pseudônimo do jornalista Dantas Júnior⁴, faz uma interessante provocação. O cronista ressalta que

Enquanto alguns jornais vão morrendo à míngua de assinaturas, outros vão manifestando solidamente a sua prosperidade. Acabavam de baixar ao túmulo *O Globo* e o *Jornal da Tarde*, quando os proprietários do *Cruzeiro* ofereciam, agradecidos, um lauto almoço ao seu corpo de redação. O almoço é realmente o melhor meio de manifestação. É a manifestação sólida, de garfo e faca e deixando sempre uma saudosa reminiscência⁵.

Ao destacar o sucesso de tiragem do recém-inaugurado *O Cruzeiro*, A. Gil nos dá algumas pistas. É possível supor que o alinhamento político entre a equipe editorial do jornal e o público consumidor da imprensa periódica fosse o principal motivo para a sumptuosa inauguração. A virada política poderia ter alavancado *O Cruzeiro* em assinaturas e tiragem. No entanto, é mais produtivo refletir acerca de outra pista, ainda mais evidente, que o cronista fornece. Se havia uma crise política, havia uma imprensa exaltada e jornais que trocavam farpas de todas as ordens.

É nesse ínterim que a polêmica literária aparece nas páginas dos jornais e, na medida em que mobilizava leitores à época, chama a nossa atenção. Os personagens d'*O Primo Basílio* bailam por entre as discussões políticas de 1878 e as acirradas opiniões gravadas à tinta. Não é um contrassenso supor que literatura vendia mais que política e, por isso, um importante espaço foi dedicado a comentar a contenda literária, em meio à crise. Portanto, o que deve aguçar nossa curiosidade é a maneira com que um servia ao outro. Ou seja, como a crise se valeu da rentável polêmica, e vice-versa. Tendo a imprensa da época brincado em misturar uns e outros.

A obra do romancista português começa a aparecer nos periódicos brasileiros em meados de março de 1878, quando, na *Gazeta de Notícias*, Ramalho Ortigão publica uma resenha em primeira página sobre o romance do amigo e compatriota, Eça de Queiroz. Ortigão enfatiza que “o processo literário, assim compreendido e realizado, é como um espelho mágico absolutamente passivo e impessoal, de uma realidade implacável e trágica”⁶.

Nesse sentido, é preciso pontuar, antes de nos aprofundarmos em uma polêmica sobre estética literária, o papel adquirido pela literatura na década de 1870. Leonardo Pereira, em “A

⁴ Jornalista do corpo de redação da *Revista Illustrada*, tendo também colaborado n'*A Estação*. Informações retiradas de: COUTINHO, Afrânio; SOUSA, J. Galante de. *Enciclopédia de literatura brasileira – Volume I*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2001.

⁵ *Revista Illustrada*, 06 de abril de 1878, n. 106, p. 2.

⁶ *Gazeta de Notícias*, 25 de março de 1878, n. 82, p. 1.

realidade como vocação: literatura e experiência nas últimas décadas do império”⁷, destaca que “no começo da década de 1870 começavam a evidenciar-se as marcas de uma crise que transformaria definitivamente o perfil da literatura e da sociedade brasileiras”⁸.

Analisando a participação de Machado de Assis como autor e crítico literário, Pereira argumenta em torno da crença, à época, em uma literatura com potencial revelador de uma realidade social. Assim compreendida, a literatura assume um caráter ainda mais ativo nas questões públicas. A ficção que flerta com a realidade engaja-se de maneira providencial ao cotidiano das massas. E é então profundamente rediscutida em meio às notícias e crônicas das folhas de jornal.

Sobre essa mudança estavam atentos os envolvidos, de modo que a crônica, assinada por A. Gil, na *Revista Illustrada*, em 11 de maio de 1878, tenha sido incisiva em dizer sobre os folhetins que

Antigamente esses terços de coluna da nossa imprensa eram a morada elegante do escritor de bom humor. Hoje o rodapé dos nossos jornais tornou-se a arena de todas as discussões odiantas e partidárias. O folhetim deixou de ser mimoso e faceiro, para tornar-se pesado e severo. É nos folhetins que os jornais hoje discutem política; é no rodapé que desmancham os seus pesados artigos de fundo. O folhetim não é mais, portanto, o baixo relevo artístico, é um sólido alicerce de pedra e cal sobre o qual todos se julgam seguros. [...]. Cada folhetinista tem hoje o seu programa político que sustentar. Precisa discutir seriamente as finanças do país e dar conta do movimento comercial, porque todo folhetinista hoje tem seus planos. E o folhetim, que era apenas um delicado *hours-d'oeuvre* [aperitivo] que os jornais ofereciam aos seus leitores, tornou-se a feijoada suculenta, mas indigesta ⁹.

Desse modo, a polêmica de recepção d’*O primo Basílio* compõe um momento político e literário. Sendo este capaz de oferecer os instrumentos necessários para compreender como e por que a crítica de um romance de além-mar ganhou espaço na imprensa oitocentista brasileira. Por isso, vamos voltar às primeiras discussões que apareceram em 1878 na imprensa periódica.

1.2. Por baixo das cortinas, uma crise de representação

A relevância da crise política para o cotidiano das cidades pode ainda buscar outro argumento na História, para além dos imbrólios da imprensa. É preciso considerar que os episódios políticos podem ser analisados historicamente, se pensados como parte de um processo. Não linear e nem cíclico. E, sobretudo, protagonizado por sujeitos sociais agentes do

⁷ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “A realidade como vocação: literatura e experiência nas últimas décadas do império”. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. (orgs.). *O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

⁸ *Ibidem*, p. 273.

⁹ *Revista Illustrada*, 11 de maio de 1878, n. 111, p. 2.

curso histórico. O ofício de interrogar o passado, segundo E. P. Thompson, em “Intervalo: a lógica histórica”¹⁰, deve levar em conta que

O passado humano não é um agregado de histórias separadas, mas uma soma unitária do comportamento humano, cada aspecto do qual se relaciona com outros de determinadas maneiras, tal como os atores individuais se relacionavam de certas maneiras (pelo mercado, pelas relações de poder e subordinação, etc.). Na medida em que essas ações e relações deram origem a modificações, que se tornam objeto de investigação racional, podemos definir essa soma como um processo histórico, isto é, práticas ordenadas e estruturadas de maneiras racionais¹¹.

Portanto, cabe aqui levantar a primeira hipótese que os indícios dessa pesquisa apontam: a crise ministerial precisa ser lida como uma crise de representação. Em suma, política, mas, sobretudo, reveladora de uma busca por novos padrões e perfis de moralidade. De maneira que o processo que desencadeou a dissolução do Gabinete do Império, em 1878, não começa e nem termina ao primeiro de janeiro.

Ainda que sob a égide da monarquia e da figura do Imperador, os ministérios traduziam os caminhos da política institucional e cotidiana. As eleições indiretas podiam (e assim o faziam) revelar a “alquimia social por trás da transformação”¹². E a ascensão dos liberais ao poder ministerial naquele ano nos oferece outros rastros a respeito da sociedade brasileira do Oitocentos. E que influenciam, diretamente, nos sintomas sentidos ao final da década de 1870.

Uma crise de representação, nesse sentido, explica a importância dada aos debates políticos que culminaram na queda conservadora no Gabinete. O exercício de pensar e repensar efeitos morais capazes de representar, política ou socialmente, um país jovem como o Brasil, parecia provocar uma discussão entusiasmada. Quem nos representa? Esses ou aqueles? Como devemos nos parecer? É melhor que tenhamos isso ou aquilo?

E é na *Revista Ilustrada* que encontramos as evidências disso. Em duas edições diferentes, uma no dia 19 de janeiro de 1878 e outra, algum tempo depois, em 6 de abril do mesmo ano, dois artigos de títulos parecidos chamam a atenção. O primeiro, intitulado “O moço bonito”, e o segundo, “Um moço bem-criado”. O que nos interessa, aqui, é refletir como estavam sendo discutidas características de efeito moral e estético sobre as diferentes representações. O articulista da primeira crônica, sobre o ideário do moço bonito, não a publica

¹⁰ THOMPSON, E. P. “Intervalo: a lógica histórica”. In.: *A miséria da teoria ou um planetário de erros – crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

¹¹ *Ibidem*, p. 51.

¹² *Ibidem*, p. 30.

assinada. Em lugar disso, uma nota: “Esse artigo, que não é nosso, foi naturalmente, escrito por um velho feio. Não há que duvidar”¹³.

A observação, sarcástica e bem-humorada, não nos deixa afirmar que o artigo tenha ou não tenha, de fato, saído da equipe editorial da *Revista*. O que é, a princípio, indiferente, visto que, de uma maneira ou de outra, ele foi escolhido para ocupar três colunas daquela edição. Segundo o enigmático autor, o moço bonito, “em todas as partes é bem recebido, posto que atrás de sua beleza física palpita, um coração malvado, incapaz de qualquer sentimento nobre. Hoje só se julga pelas aparências. O que agrada aos olhos seduz o coração”¹⁴.

A descrição física de um padrão de beleza masculina poderia ter sido feita de maneira menos pretensiosa, mas a associação entre estética e moralidade assume, abertamente, um papel instrutivo. A advertência continua:

O moço bonito, como é natural, atrai em todas as partes a atenção das mulheres, cujos olhares se fixam expressivos nos seus, e dá origem às mil tempestades domésticas, e começam de novo os desmaios, as crises nervosas e os prantos. Justo castigo do céu! A ambos merecido! A ele, por seus pecados de solteiro, e a ela, por se ter unido a um homem sem consultar mais do que a sua vaidade [...]. Se fosse possível recolher-se todas as lágrimas que tem derramado o belo sexo, ao deplorar esse erro, poderiam afogar-se nelas todas as mulheres¹⁵.

A nota que encerra o artigo, mencionada anteriormente, é ainda mais cômica quando analisada mediante o caráter moralista do assunto. Eximir-se da autoria do texto dá margem para uma interpretação ambígua e sarcástica do projeto de representação que pensa a estética e a moralidade. Isso fica mais nítido no artigo “Um moço bem-criado”, assinado por G., três meses depois. O escritor começa interpretando um diálogo:

- É um moço bonito!

- E sobretudo, um moço muito bem-criado!

Estas palavras que tenho ouvido muitas vezes, em meio de adesões e de protestos – adesões das moças e protestos dos homens, têm sido para mim objeto de sérios estudos e de longas e aturadas meditações. Um moço bem-criado! Quem o não quererá ser, quem não fará todos os esforços, todos os sacrifícios para merecer esse elogio de uns lábios rosados e feiticeiros? [...]

Se o indivíduo dessa espécie é doutor, então não há palavras com que fazer o seu elogio. Um doutor! A coqueluche das fluminenses, o sonho dourado das brasileiras! E realmente um louvar a Deus de gatinhas!¹⁶

As hipérboles carregam o sentido desejado: os ânimos em torno da construção de perfis possíveis dentro do projeto de representação são levados à troça pelo jornal de Agostini. E o

¹³ *Revista Illustrada*, 19 de janeiro de 1878, n. 99, p. 6.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ *Revista Illustrada*, 06 de abril de 1878, n. 106, p. 3.

espaço reservado pela *Revista* em proferir os sarcasmos quanto a essa discussão indicam que ela não só estava em voga, como importava muito à imprensa da época.

As mulheres não aparecem apenas em contraponto aos moços bonitos e bem-criados. Na mesma edição do dia 19 de janeiro de 1878, a *Revista Illustrada* trazia, logo após a crônica semanal, e antes de “Um moço bonito”, um artigo intitulado “O asno sempre é asno”, assinado por Junio. O autor comenta o caso em que,

A Sra. D. Maria Amália, mostrando as vantagens das mulheres que trabalham, intitulou seu folhetim *As mulheres que trabalham...* O *Jornal do Commercio*, querendo aproveitar-se do trabalho da inteligente escritora e ao mesmo tempo dar-lhe um quinau, transcreveu o folhetim, intitulando-o *As senhoras que trabalham...* E está aí a asneira. Entre a senhora e a mulher há a mesma diferença que entre o nobre e o plebeu. Senhora indica possessão e domínio, e é a maneira respeitosa de tratar a mulher; enquanto que a mulher é a palavra comum, servindo para designar toda gente do sexo feminino. *Femme* e *dame* não são a mesma cousa, assim como há grande diferença entre senhor e homem¹⁷.

Analisando essas passagens retiradas do periódico, e publicadas num curto período, é possível inferir que homens e mulheres (e, respectivamente, masculinidade e feminilidade) estavam sendo rediscutidos, de maneira cautelosa e dedicada, em 1878. E, como é mais sensível ao último excerto, ligadas a uma questão de classe e trabalho. Sendo essa pauta fundamentalmente ligada às querelas políticas estampadas lado a lado de cada uma dessas publicações.

É significativo lembrar que a campanha abolicionista havia conquistado em 1871 um novo passo na legislação emancipacionista: a Lei do Ventre Livre foi aprovada em setembro daquele ano e ressignificou os debates sobre o fim da escravidão. Essa, que foi a maior questão de classe e trabalho do Brasil monárquico, voltava a ser rediscutida após a crise ministerial de 1878. Sobre o Ventre Livre, Ângela Alonso, em “Processos políticos da abolição”, argumenta que

A lei dividiu o Partido Conservador e retirou o tema da pauta institucional. Mas, no espaço público, abolicionistas de elite seguiram ativos, transmitindo seus estilos de ativismo a uma nova geração. Novo ciclo de mobilização começou em 1878, quando o Partido Liberal assumiu o Executivo nacional e a escravidão voltou à agenda parlamentar, já que a Lei do Ventre Livre se aproximava da vigência plena: os nascidos em 1871 teriam oito anos em 1879, e caberia decidir se ficariam com os proprietários de suas mães ou se seriam transferidos ao Estado, mediante indenização. A reação da sociedade veio dos dois lados: congressos agrícolas de fazendeiros e mobilização abolicionista no espaço público¹⁸.

¹⁷ *Revista Illustrada*. 19 de janeiro de 1878, n. 99, pp. 3-5.

¹⁸ ALONSO, Ângela. “Processos políticos da abolição”. In.: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, pp. 358-364.

Portanto, ainda que esse não seja um tema debatido abertamente pelos autores dos excertos acima, é necessário situar que tocar na questão de classe e trabalho, nesse período, era, necessariamente, se conectar com um amplo debate. Se um novo ciclo de mobilização abolicionista foi inaugurado em 1878, as discussões estavam sendo, então, reorganizadas mediante novas demandas do movimento pela abolição e os embates delas provenientes.

Nesse sentido, ao costurar questões de gênero e classe, os articulistas oferecem pistas que nos auxiliam a buscar a abordagem teórica deste trabalho. Ao procurar sobre a demanda de modelos representativos, estamos, inevitavelmente, falando de perfis organizados de maneira binária por um sistema que depende desse arranjo. Preciso, portanto, delimitar o marco teórico que sustentará os argumentos a serem desenvolvidos. Os estudos de gênero aparecem, aqui, como meio para entender como a disposição patriarcal oitocentista opera em meio ao contexto específico do recorte, feito mediante à polêmica literária.

Assim, ao descortinar a crise política e encontrar o problema das representações, partirei de uma análise que vê, como propõe Joan Scott, o gênero como a “forma primeira de significar as relações de poder”¹⁹. De modo que partir dessa compreensão significa pensar que os efeitos da própria crise de representação se apresentam como a legitimação de novos lugares sociais e de poder. Redesenhados mediante os debates sobre os pretendidos perfis representativos para homens e mulheres.

Além disso, esse marco teórico deve também auxiliar ao fazer o exercício de pensar o poder por meio dos três núcleos da desigualdade: gênero, classe e raça. Que, segundo Scott, mesmo que não possamos aproximá-los em paridade, é preciso levar “em consideração o fato de que as desigualdades de poder estão organizadas segundo, no mínimo, estes três eixos”²⁰.

No entanto, se estamos falando de uma polêmica literária, por que nos interessa essa crise de representação e todos os artigos sobre mulheres, senhoras, moços bem-educados e bonitos? Bom, não deve ser precipitado dizer que nos ajuda a entender como um romance realista mobiliza a imprensa periódica também em 1878. É possível dizer que Basílio, Luísa e Juliana caíram na rede dos empenhados produtores de novas figuras representativas? Argumentarei que sim.

¹⁹ SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 16 (2), jul/dez, 1990, p. 21.

²⁰ *Ibidem*, p. 4.

1.3. Entre tantos perfis, as personagens

A fortuna crítica sobre o romance de Eça de Queiroz se volta diferentes vezes para a construção das personagens dessa que foi a segunda obra de maior sucesso do escritor português, depois de *Crime do Padre Amaro*. Os episódios da infidelidade da protagonista com o primo se tornam pouco relevantes para os críticos do caráter e da personalidade das personagens. Pouco tempo depois da resenha de Ramalho Ortigão no folhetim da *Gazeta de Notícias* sobre *O primo Basílio*, esse periódico trazia no mesmo espaço um artigo homônimo ao romance de Queiroz, assinado por L.

É importante frisar a relevância da *Gazeta*, folha que contou com a colaboração de Eça de Queiroz dois anos após a polêmica²¹, para a tônica literária da imprensa naquele período. Estando entre um dos jornais de maior circulação, pelo preço acessível de 40 mil-réis a folha avulsa, esse periódico, segundo Ana Flávia Cernic Ramos, em *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas “Balas de estalo” de Machado de Assis*,

colocou ao alcance do grande público não só notícias, colunas de atualidades, política, piadas, como também as artes e, principalmente, a literatura. Contando com a presença de renomados literatos em suas páginas, em poucos anos de existência o jornal de Ferreira de Araújo passou a ser conhecido como um grande divulgador e financiador da literatura, fazendo desta um chamariz para o seu jornal [...]. Se até o terceiro quartel do século XIX a imprensa brasileira esteve profundamente ligada ao jornalismo político, de opinião, a partir da década de 1870 novos assuntos foram sendo incorporados a essas publicações, dando origem a um jornalismo com larga cobertura da área política, mas também cada vez mais informativo e literário²².

No artigo “O primo Basílio”, publicado em 12 de abril de 1878 na *Gazeta*, o escritor coloca em evidência a construção das personagens como mote da crítica produzida à obra de Queiroz. O autor começa dizendo que o livro recolhera elogios efusivos e críticas escandalosas. Reconhece, no entanto, um exagero de ambas as partes. Ao que considera um efeito de seu tempo. Quando afirma que “o que vemos, porém, é que se lançarmos os olhos para a moderna sociedade, se estudarmos a marcha da sua evolução, reconheceremos que ela vai perdendo as tendências da punição para as substituir pelas do ensinamento”²³.

²¹ Sobre a colaboração de Eça de Queiroz na *Gazeta de Notícias* ver: FEITOSA, Rosane Gazolla Alves. “Eça de Queirós na *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro): a função social do jornal”. In.: *Convergência Lusitana*, n. 29. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://rgplrc.libware.net/ojs/index.php/rcf/article/view/195/194>>. Acesso em: 21 de maio de 2019.

²² RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas “Balas de estalo” de Machado de Assis*. 2010. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, p. 42.

²³ *Gazeta de Notícias*, 12 de abril de 1878, n. 100, p. 1.

O articulista da *Gazeta de Notícias* prossegue com a crítica e sugere que Eça de Queiroz tenha construído suas personagens de modo a criar não indivíduos, mas perfis. Segundo ele, ao construir a figura de Juliana, subordinada de Luísa e Jorge, ao longo da narrativa, Eça

Escolheu dentre todas as criadas as qualidades com que devia criar a sua. Reproduziu a cena do alquimista do Fausto e a criada ficou um tipo, sim, mas não um indivíduo. O que distingue o tipo do indivíduo é que naquele tudo concorre para um fim [...]. Nos outros personagens dá-se o mesmo. A modesta sala de Jorge, iluminada pelo velho candieiro de porcelana cor de rosa, não é para nós a sala do Engenheiro, mas a sala de uma classe, com todos os seus defeitos e com bem poucas virtudes...²⁴

Ao levantar essa análise, L. nos oferece mais hipóteses sobre como as personagens de Queiroz foram consumidas pela crítica nacional do que sobre como foram criadas pelo romancista português. Assim, é importante pontuar que, o que nos mobiliza neste trabalho é a leitura da crítica brasileira aos personagens de Eça de Queiroz. De modo que, se quiséssemos pensar no romancista português como um alquimista de Basílios e Luísas, deveríamos nos atentar ao contexto social e político de Portugal da década de 1870. Não sendo esse nosso objetivo, sejamos provocativos: enxergar nas personagens a construção de tipos para determinadas classes pode ter sido um caminho para a crítica literária, no Brasil, de colocar a obra a julgamento da moralidade.

Esse argumento é corroborado ainda no mesmo artigo, quando, ao questionar a construção da protagonista, o articulista viu uma oportunidade para lançar perguntas sobre educação e sexualidade feminina no folhetim do jornal. Ele indaga:

A queda de Luísa seduzida, deslumbrada pela fatuidade do primo é atribuída a defeito de educação. Será só este defeito? Em idênticas condições de educação e sedução todas as mulheres cedem? Cremos que não. E legislar e generalizar em tal assunto é sobretudo ousado e injusto. É nada há mais difícil tanto nas análises químicas, fisiológicas, sociais e morais do que estabelecer idênticos estados e meios iguais. Não modificará a índole do indivíduo as condições do meio?²⁵

Nesse momento é significativo lembrar como o autor da crítica inicia o seu texto: desaprovando as, já realizadas, considerações muito apaixonadas sobre *O primo Basílio*. Então, ao considerar ousado e injusto generalizar e legislar sobre as condições de educação que poderiam ter levado Luísa à infidelidade, o articulista parece sugerir que existe um debate que tenta generalizar e legislar sobre o assunto.

É preciso analisar, dessa forma, os grandes veículos da contenda sobre o romance de Queiroz. Para, assim, entender de que modo os personagens factíveis se relacionam com perfis

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ *Ibidem*.

possíveis e que estão sob jurisdição da opinião pública. E conseqüentemente, dos projetos políticos.

1.4. O zumbido d'*O Besouro*

Em meio a todas as publicações sobre a polêmica, um novo periódico surgia na cena fluminense. *O Besouro* teve seu prospecto publicado em duas edições, tendo a primeira delas vindo a conhecimento do público em 2 de março de 1878. Na segunda edição do prospecto, um prefácio provocava os futuros assinantes e leitores da folha ilustrada: “A gargalhada é a revolução!”²⁶.

Publicado em 49 edições ao longo de um ano na capital carioca, *O Besouro* encerrou suas atividades em março de 1879. Com o subtítulo de “folha ilustrada humorística e satírica”, esse periódico possuía um humor característico. Com um contingente de seções flutuantes, tendo algumas fixas como “A gazetilha”, em que a semana era comentada em fragmentos, o “Expediente” e “Zumbidos”, nas quais os cronistas ganhavam a pena, o jornal era publicado semanalmente. *O Besouro* contava em seu corpo editorial com nomes que despontavam na imprensa nacional, como José do Patrocínio e Artur Azevedo.

Com uma média de 8 páginas por edição, as discussões literárias eram pulverizadas ao longo de todas as publicações do periódico. Ora essas discussões aparecerão na “Gazetilha”, ora em seções flutuantes com crônicas dedicadas a comentar as grandes tônicas da semana. A folha ilustrada contava com caricaturas feitas por Rafael Bordalo Pinheiro, português reconhecido por sua arte de humor apurado e que, a despeito das brigas com Ângelo Agostini protagonizadas na imprensa periódica, foi por vezes considerado grande companheiro do caricaturista italiano²⁷.

Logo na primeira edição após o prospecto, *O Besouro* publicava na “Gazetilha” uma anedota que ratifica o caráter realista da obra de Eça de Queiroz. E aproxima, mais uma vez, o enredo que envolve os protagonistas do romance, da vida cotidiana do público leitor. O periódico escarnece ao dizer que,

Encarecendo o merecimento do romance *O primo Basílio*, de Eça de Queiroz, dizia antontem no ponto dos bondes um cavalheiro a uma dama:

²⁶ *O Besouro*, edição publicada sem data, n. 3143, p. 4.

²⁷ Sobre esse assunto, ver mais em: CAGNIN, Antônio. “Bordalo X Agostini – ‘nestas mal tratadas... intrigas’”. In.: ARAÚJO, Emanuel (org.). *Rafael Bordalo Pinheiro - o português tal e qual: da caricatura à cerâmica. O caricaturista*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 1996, pp. 57-75.

- Vossa Excelência não faz uma ideia! Que verdade, que estudo e que observação tem *O primo Basílio*! Tudo aquilo são cenas que podem um dia acontecer entre mim e Vossa Excelência²⁸.

O jornal, lançado em meio à polêmica literária, levantava uma discussão que seria amplamente explorada pela crítica: a sexualidade. Tendo sido mote para o debate em torno, sobretudo, das personagens femininas, a sexualidade aparece como importante instrumento argumentativo e, essencialmente, moralista. Debateremos essa questão ao longo do capítulo seguinte.

Antes de entendermos as problemáticas em torno da recepção d'*O primo Basílio*, é preciso situar a participação d'*O Besouro* à contenda política de 1878. O periódico, que assumiu em seu prospecto um compromisso com a revolução pela gargalhada, tratava de maneira satírica das querelas institucionais. Inaugurado dois meses após a deflagração da crise ministerial, o jornal se concentrava nas consequências da ascensão liberal aos ministérios e às dificuldades a serem encontradas pelos recém-nomeados ministros.

O país, em 1878, sofria com as graves secas no Ceará e as mortes por febre amarela na Corte. Vários jornais anunciavam os problemas a serem enfrentados pelo Gabinete do Império. E a emissão de papel moeda, para sanar as adversidades financeiras provocadas pelas questões internas, inquietava a imprensa à época.

A *Revista Illustrada* faz uma publicação curiosa a respeito das principais preocupações ao começo deste que foi um ano repleto de discussões acirradas. Após a decisão pela emissão de papel moeda e a nomeação de novos parlamentares, D. Fortes assinava um artigo, na folha ilustrada de Agostini, em que analisava o modo como estavam sendo lidadas as grandes questões e constatava:

Ora, até que afinal, depois de tantas hesitações, tantas dúvidas; depois do demorado martírio da incerteza, resolveram-se duas das três graves questões da atualidade. Eram elas:

Dissolução da câmara;

Emissão de papel moeda;

E *Primo Basílio*²⁹.

²⁸ *O Besouro*, 6 de abril de 1878, n. 1, p. 7.

²⁹ *Revista Illustrada*, 27 de abril de 1878, n. 109, p. 5.

A relevância dada ao debate acerca da obra de Queiroz aparece de maneira sintomática nesse artigo intitulado “As três questões” e publicado no dia 27 de abril de 1878. E ainda, de acordo com D. Fortes:

Nas três questões, igualmente importantes, e com igual calor discutidas, já se haviam formado partidos. Havia luta. As opiniões entrecrocavam-se, contrabatiavam-se. E se os ilustres preopinantes não haviam chegado a discutir a soco, como na Inglaterra, é porque não eram ingleses [...]. Mas não foi preciso tanto. O nosso governo – o paternal governo, conforme preceitua a antiga e nunca assaz usada chapa – condoído dos sofrimentos que causava a dúvida no ânimo deste povo leal e fiel, andou mais depressa com a cousa, tão depressa como o *Cruzeiro* com seus boletins, e decretou:

1º Uma dissolução completa de papel-moeda;

2º Uma nova emissão de 60.000 deputados;

Ou o contrário disso, que é tudo o mesmo. Decidida a questão pelo lado do governo – dissolvido o papel e emitidos os deputados – resta-nos a outra questão, e esta cada vez mais complicada. E a mais importante: a do *Primo Basílio*. Os literatos, os que a devem resolver, estão impossíveis, incapazes, impróprios, in.... tudo. Não a resolvem³⁰.

O artigo, evidentemente, usa a polêmica sobre *O primo Basílio* para um efeito narrativo que cumpra com a função de ridicularizar as soluções dadas pelo governo imperial para as crises em ebulição. No entanto, isso não exclui a importância dada à contenda literária. Os empenhados em fomentá-la, ao mesmo tempo em que eram questionados pelo humor ácido do jornal de Agostini, ganhavam espaço entre as publicações reservadas para os assuntos semanais. E assim, é possível considerar a relevância assumida pela polêmica, especialmente se pensada na chave da crise de representação.

Ao voltarmos os olhos para *O Besouro* é preciso procurar sobre como e de que maneira o jovem periódico tratava os assuntos efervescentes na política do Império. A emissão de papel-moeda é o assunto mais recorrente no jornal que só fora lançado depois da crise ministerial. Ainda que considerando esse um assunto para os “jornais sérios”, os cronistas da folha humorística não se abstiveram da discussão. E no dia 20 de abril de 1878, na seção “Zumbidos”, publicava D. Filho sobre

A grave questão da atualidade, [que] é a emissão do papel-moeda. Nela se tem empenhado, alguns até os cabelos, todos os jornais sérios — sérios não somos nós, já se vê — discutindo-a por todos os lados, por todas as faces, por todos os modos: resolveram-na de cima a baixo; penetraram no seu âmago; perscrutaram-na no coração; despiram-na; vestiram-na; expuseram-na; bateram-na. A questão sempre na mesma: resolvida, penetrada, exposta, batida — mas não resolvida. Divergem as opiniões: uns entendem que a emissão é o único recurso; outros, que é perigoso; estes, têm receio; aqueles julgam-na inoportuna. Dizem até que a maioria rejeita o papel-moeda — naturalmente porque ele ainda não está pronto, julgo eu [...]. Se me perguntassem se

³⁰ *Ibidem*.

devem ou não fazer papel-moeda, eu não hesitava um instante e declarava-lhes imediatamente: façam papel... e moeda. E estava resolvida a dúvida³¹.

A despeito da relevância dessa discussão para a imprensa da época e do notório engajamento do cronista em elucidá-la, outra publicação aparentemente menos expressiva, chama a atenção. A figura do Imperador, em meio às discussões sobre as consequências da crise ministerial, é discutida n’*O Besouro* de maneira a cumprir o que considero um repertório narrativo da crise de representação.

Discutindo questões sobre estética e moralidade, de maneira semelhante ao que observamos anteriormente em outros excertos da imprensa periódica, o artigo que levou o nome de “A S. M. Imperador”, debatia o caráter representativo de D. Pedro II. Mas, mais ainda, questionava as exhibições de poder daquele que, no centro dos problemas enfrentados após a crise dos ministérios, desfilava com um “aparatoso séquito, alumiado por tochas e archotes”³².

A ida do Imperador a uma missa das comemorações da Semana Santa parece incômoda e o articulista, que não assina o artigo, pede a D. Pedro que escolha

Das duas, uma. Ou vossa majestade passeia em Quinta-feira maior por sentimento religioso ou vossa majestade passeia para exhibir-se, fazendo concorrência às decorações e iluminações esplêndidas dos templos.³³

Na página seguinte a essa advertência feita ao Imperador, em letras grandes, uma pergunta pertinente: “qual é o maior defeito do *Primo Basílio*?”³⁴. Não surpreende que essa fosse uma preocupação do público leitor, mas o obsessivo debate em torno da obra de Eça de Queiroz aparecia como um instrumento da equipe editorial em rediscutir esteticamente perfis e padrões. É possível chegar a essa conclusão ao fazer uma leitura detida do conteúdo do artigo que chamava a atenção logo no título.

Dr. Callado, que assina a publicação, começa dizendo que “em todo o caso o que se pode desde já dizer do *Primo Basílio* é que perante os colegas romancistas tem esta obra o maior dos defeitos que um romance pode ter aos seus olhos – o de esgotar-se a edição em pouco tempo”³⁵. Ao alimentar a discussão entre os representantes de duas escolas literárias essencialmente diferentes, Dr. Callado não foge à grande questão que mobiliza os críticos do romance: a construção das personagens. E ao zombar, provoca:

³¹ *O Besouro*, 20 de abril de 1878, n. 3, p. 7.

³² *O Besouro*, 27 de abril de 1878, n. 4, p. 4.

³³ *Ibidem*.

³⁴ *Ibidem*, p. 5.

³⁵ *Ibidem*.

Ora isto não é tolerável! Pintar um tipo de primo Basílio grosseiramente e toscamente. Carregar exageradamente os traços da criada Juliana. Fazer um romance incongruente e com duas ações. Desenhar essas figuras tão incorretas e vender exemplares de tão aleijada obra aos milhares! Isto não se tolera!³⁶

E, o que parece ser apenas uma contribuição bem-humorada para a polêmica, torna-se um argumento sobre política institucional. Ao contrário do que se espera de alguém com tal nome, Dr. Callado resolve tecer semelhanças entre, não só as discussões em torno delas, mas as escolhas literárias e políticas *per si*. Assim, o autor conclui que “*O primo Basílio*, tem defeitos e grandes; possui todos os predicados exagerados dos que vêm apostolar uma ideia nova. Como na política, na literatura e na arte, é necessário plantar as sãs doutrinas, com exageração e excessos revolucionários”³⁷.

O argumento parece continuar na seção imediatamente posterior ao artigo de Dr. Callado. Assinado por Dermeval da Fonseca, um texto, que ocupou apenas metade de uma coluna, era endereçado ao jornal coetâneo, *O Cruzeiro*. O colaborador d’*O Besouro* comentava uma crônica, feita alguns dias antes n’*O Cruzeiro*, em que se aconselhava

“que os moços devem abandonar os estudos propriamente literários, e entregar-se exclusivamente às ciências positivas, às questões econômicas, às relações jurídicas; mais ainda, e principalmente, não devem ocupar-se da preferência de formas de governo, e de fazerem sacrifícios pela forma libérrima, que julgam a melhor. Demais – é ainda o *Cruzeiro* quem fala – por ser libérrimo um governo, em nada se pode adiantar o progresso de um povo” [...]. A mocidade deitou-se a pensar sobre o caso, e viu que o *Cruzeiro* não é mais do que um cruzador da literatura, a qual na sua suspeita opinião não vale nada – nem mesmo um cruzado novo; e por isso a mocidade julga-se no direito de não aceitar o conselho, visto que nos seus fundamentos ele carece inteiramente de razão³⁸.

Falar sobre estética e moralidade tornava-se também uma questão para o embate entre ficção e realidade. Se a literatura não atravessa as fronteiras do estético, como se torna tangível? Como alcança as ciências positivas, as questões econômicas e as relações jurídicas? Nesse sentido: é importante debater a literatura, em 1878, na arena da realidade, sendo essa fundamentalmente científica porque liberal?

Antes de responder a todas essas questões, o próprio *O Cruzeiro* nos desobriga delas. Tendo sido publicado no dia 16 de abril de 1878, esse artigo que, sobre os estudos literários afirmava que “quais sejam as mais vantajosas conclusões a que estas ciências tenham chegado,

³⁶ *Ibidem*, p. 8.

³⁷ *Ibidem*.

³⁸ *Ibidem*.

nós não as indicamos”³⁹, foi imediatamente sucedido pelo artigo mais famoso da polêmica sobre *O primo Basílio*.

Sendo assim, se era interessante, ou não, à mocidade de 1878 no Brasil falar sobre literatura, era fundamental para a imprensa periódica. O que é quase a mesma coisa. Por isso, no “Folhetim do Cruzeiro”, Machado de Assis assinava como Eleazar, a importante contribuição para a contenda com a recepção do romance de Eça de Queiroz.

1.5. “Títere” ou “pessoa moral”?

No mesmo periódico em que publicara *Iaiá Garcia* algum tempo antes, Machado de Assis escrevia o artigo intitulado “Literatura realista”, em 16 de abril de 1878. Publicado de janeiro a março daquele mesmo ano, *Iaiá Garcia* angariou um público interessado e uma pouco mobilizada crítica. Por esse motivo, voltaremos a esse romance posteriormente para entender melhor como o público e a crítica consumiram de maneira diferente as obras dos dois literatos separados pelo Atlântico.

O artigo de 16 de abril era, então, a primeira publicação de Machado de Assis n’*O Cruzeiro* após o sucesso de *Iaiá Garcia*. E também a primeira assinada com o pseudônimo de Eleazar. A contribuição do literato no primeiro ano da folha que já alcançava sucesso de tiragem parece ter sido fundamental para, não só o êxito do periódico, mas principalmente, fortalecer e costurar as propostas editoriais do jornal. Sobretudo no período que sucede à publicação de “Literatura realista”, uma vez que, como articulista e cronista, Machado pôde debater e deliberar assuntos da tônica política, como a abolição, a emergência dos partidos republicanos, a remuneração do serviço público e o papel do contribuinte.

Machado de Assis publicou n’*O Cruzeiro*, ao longo do ano de 1878, uma série de crônicas intitulada “Notas Semanais”⁴⁰. O artigo sobre a recepção do romance do colega de profissão, Eça de Queiroz, foi publicado dois meses antes da primeira crônica dessa série, importante aos estudiosos de Machado de Assis.

Sendo o primeiro texto publicado pelo literato, nesse periódico, fora do formato dos romances-folhetins, “Literatura realista” ganha um caráter inaugural dos artigos e contos publicados antes das famosas crônicas das “Notas Semanais”. O que indica que a polêmica de

³⁹ *O Cruzeiro*, 16 de abril de 1878, n. 105, p.1.

⁴⁰ Para uma melhor compreensão do conteúdo das crônicas, que comentam e fazem trocadilhos linguísticos com episódios cotidianos e pontuais, consultar: ASSIS, Machado de. *Notas semanais*. Organização, introdução e notas de John Gledson e Lúcia Granja. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

recepção d’*O primo Basílio* entrava, de maneira peculiar, no repertório de assuntos a serem deliberados pelo literato nas páginas da folha diária. A ironia fica por conta da publicação, feita na coluna acima do artigo, sobre a mocidade e o conselho da ineficácia dos estudos literários. Mas Machado, que apontava como representante da literatura nacional, teve liberdade para criticar e avaliar a obra do romancista português.

O artigo começa com as considerações de Machado de Assis sobre o primeiro romance de Eça de Queiroz a ser consumido organicamente pelo público brasileiro: *O crime do padre Amaro*. Considerando importante ponderar as duas obras, Machado calculava:

Ora bem, compreende-se a ruidosa aceitação do *Crime do padre Amaro*. Era o realismo implacável, conseqüente, lógico, levado à puerilidade e à obscenidade. Víamos aparecer na nossa língua um realista sem reboço, sem atenuações, sem melindres, resoluto a vibrar o camartelo no mármore da outra escola, que aos olhos do Sr. Eça de Queiroz parecia uma simples ruína, uma tradição acabada. Não se conhecia no nosso idioma aquela reprodução fotográfica e servil das cousas mínimas e ignóbeis. Pela primeira vez, aparecia um livro em que o escuso e o – digamos o próprio termo, pois tratamos de repelir a doutrina, não o talento, e menos o homem – em que o escuso e o torpe eram tratados com um carinho minucioso e relacionados com uma exação de inventário⁴¹.

Logo no início do artigo é possível observar que a polêmica se tratava, essencialmente, de um debate sobre estética literária. O que é compreensível, visto que a coexistência das duas escolas (romântica e realista), repletas de antagonismos, mobilizava escritores a rediscutir as formas literárias. No entanto, Machado de Assis não foge à lógica até então encontrada para criticar o romance de Queiroz – também identificada em publicações de variados assuntos no correr do ano de 1878. E, ao longo do artigo, dirige seus apontamentos à construção das personagens, de maneira a debater atributos morais das protagonistas d’*O primo Basílio*. Sobretudo das femininas.

Ao comparar a obra do romancista português com o grande romance de Balzac, *Eugénie Grandet*, Machado pondera sobre a construção das personagens no que julga serem dois enredos muito parecidos. Por vezes parecendo sugerir que Eça de Queiroz tenha simplesmente replicado em língua portuguesa o romance francês, o literato cogita, entretanto, que

Se tal foi a reflexão do autor, devo dizer, desde já, que de nenhum modo plagiou os personagens de Balzac. A Eugénia deste, a provinciana singela e boa, cujo corpo, aliás robusto, encerra uma alma apaixonada e sublime, nada tem com a Luísa do Sr. Eça de Queiroz. Na Eugénia, há uma personalidade acentuada, uma figura moral, que por isso mesmo nos interessa e prende; a Luísa – força é dizê-lo – a Luísa é um caráter negativo, e no meio da ação ideada pelo autor, é antes um títere do que uma pessoa moral. Repito, é um títere; não quero dizer que não tenha nervos e músculos; não tem mesmo outra cousa; não lhe peçam paixões nem remorsos; menos ainda consciência⁴².

⁴¹ *O Cruzeiro*, 16 de abril de 1878, n. 105, p. 1.

⁴² *Ibidem*.

Um títere, ou em outras palavras: uma marionete. Esse é o termo que Machado usa ao provocar a discussão sobre a construção da protagonista d’*O primo Basílio*. O literato faz uma breve consideração a respeito da personagem que, segundo ele, é “o caráter mais verdadeiro e completo do livro”⁴³: a criada Juliana. Contudo, logo se volta a descrever os defeitos da composição de Luísa. E, ao comentar o modo como a criada, que descobre a infidelidade da patroa, é quem conduz o enredo ao desfecho do livro, Machado afirma, categoricamente, que

Um leitor perspicaz terá já visto a incongruência da concepção do Sr. Eça de Queiroz, e a inanidade do caráter da heroína. Suponhamos que tais cartas não eram descobertas, ou que Juliana não tinha a malícia de as procurar, ou enfim que não havia semelhante fâmula [criada] em casa, nem outra da mesma índole. Estava acabado o romance, porque o primo, enfasiado, seguiria para a França, e Jorge chegaria do Alentejo: os dois esposos voltavam à vida anterior. Para obviar a esse inconveniente, o autor inventou a criada e o episódio das cartas, as ameaças, as humilhações, as angústias, e logo a doença e a morte da heroína⁴⁴.

Assim, ainda que analisando o modo como são construídos os principais episódios do livro, Machado de Assis atribui sua deficiência à elaboração das personagens. Sendo esse o mote de toda a argumentação que se segue. De maneira que as circunstâncias e as ocasiões construídas pelo romancista português não são consideradas, pelo literato brasileiro, capazes de mobilizar ou educar os leitores, mas Luísa deveria ser.

Machado então utiliza de um efeito narrativo que parece transpor as personagens queirozianas para a realidade. A verossimilhança é capaz de colocar Luísa em um julgamento possível, tornando a protagonista cada vez mais próxima dos leitores da crítica. Em um parágrafo exaltado, o literato suplica:

Como é que um espírito tão esclarecido, como o do autor, não viu que semelhante concepção era a cousa menos incongruente e interessante do mundo? Que temos nós com essa luta intestina entre a ama e a criada, e em que nos pode interessar a doença de uma e a morte de ambas? Cá fora, uma senhora que sucumbisse às hostilidades da pessoa de seu serviço, em consequência de cartas extraviadas, despertaria certamente grande interesse, e imensa curiosidade; e, ou a condenássemos, ou lhe perdoássemos, era sempre um caso digno de lástima. No livro é outra cousa. Para que Luísa me atraia e me prenda, é preciso que as tribulações que a afligem venham dela mesma; seja uma rebelde ou uma arrependida; tenha remorsos ou imprecações; mas, por Deus! Dê-me a sua pessoa moral⁴⁵.

Se é possível condenar ou perdoar, concretamente, mulheres como Luísa, era possível conviver com protótipos, enunciados por meio dela, em outros setores da realidade. Porém, o que Machado reivindica a Eça de Queiroz é que, nas páginas de um livro, é preciso replicar modelos capazes de instruir leitores atentos. Ao que considera “mais grave” e “gravíssimo” o

⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁵ *Ibidem*.

exame de que “parece que o Sr. Eça de Queiroz quis dar-nos na heroína um produto da educação frívola e da vida ociosa”⁴⁶. Evocando, assim, como principal defeito da construção de Luísa a condição a ela submetida, sob a violação da educação feminina.

Antes de nos voltarmos mais atentamente a esse e outros importantes trechos do artigo de Machado de Assis, é preciso fazer algumas considerações que situem a importância da crítica do literato, sobretudo no contexto em que aparece nas páginas d’*O Cruzeiro*. Desse modo, é possível compreender a relevância de determinados assuntos e questões a que recorria Machado de Assis em meio à polêmica.

Nesse sentido, é preciso delimitar o que já se sabe da contribuição de Machado para o cenário da crítica e da produção literária. Analisando essa mesma contenda da recepção do livro de Eça de Queiroz, José Leonardo do Nascimento, em *O primo Basílio na imprensa brasileira do século XIX*, avalia a tentativa de Machado em “fundar uma política cultural atinente à constituição de uma literatura nacional”⁴⁷.

Assim, é concebível presumir que a discussão sobre a construção das personagens queirozianas estivesse inserida em um amplo debate. Em que estava envolvida a produção de arquétipos desejados para uma política cultural. O que é ainda mais relevante se levarmos em conta a excessiva demanda por esses modelos representativos em meio ao que avaliamos ser uma crise política e, principalmente, de representação.

Se partirmos de uma análise que vê a postura de Machado de Assis como a de um “escritor empenhado na criação de uma tradição cultural”, como também propõe Paulo Franchetti em “Eça e Machado: críticas de ultramar”⁴⁸, é possível refletir historicamente sobre a polêmica. De maneira a remontar o contexto social e político para responder a uma série de questões que aparecem ao longo das páginas dedicadas à contenda literária em meio à crise de representação. E, sobretudo: de que tradição cultural estamos falando? E por que ela era pensada em 1878?

⁴⁶ *Ibidem*.

⁴⁷ NASCIMENTO, José Leonardo do. *O Primo Basílio na imprensa brasileira do século XIX - Estética e História*. São Paulo: Editora da Unesp, 2008, p. 127.

⁴⁸ FRANCHETTI, Paulo. "Eça e Machado: críticas de ultramar". In: GUINDIN, Márcia Lígia; GRANJA, Lúcia e RICIERI, Francine Weiss (orgs.). *Machado de Assis: ensaios da crítica contemporânea*. São Paulo: Editora da Unesp, 2008, p. 271.

CAPÍTULO II – Do casamento: civil ou incivilmente?

2.1. O casamento civil na pauta liberal

Em meio à crise dos ministérios de 1878, enquanto alguns jornais se preocupavam em lançar o primeiro boletim sobre a subida dos liberais ao poder, outros tratavam com relativa indiferença a agitação política no Gabinete. No que parecia ser mais uma maneira dos periódicos de trocarem farpas. A *Gazeta de Notícias*, no dia em que *O Cruzeiro* lançava o boletim da crise ministerial, reservou sua primeira página para falar sobre a vigilância dos ingleses na aplicação da Lei do Ventre Livre, a guerra no Oriente e também para publicar o obituário⁴⁹. Tendo comentado a crise dos ministérios apenas três edições depois. Em que informava, de maneira objetiva, que:

Ontem, às 10 horas da manhã, foi ao paço de São Cristóvão o Sr. Conselheiro Cansanção de Sinimbu, receber de Sua Majestade o Imperador o encargo de organizar o gabinete. Durante o dia, S. Ex. consultou outros chefes do partido liberal, residentes nesta Corte, e por telegrama alguns que se acham nas províncias. À última hora consta-nos que o ministério foi organizado, devendo ser apresentado hoje a S. M. o Imperador⁵⁰.

Ainda na mesma página, duas colunas depois, aparecia então um comentário sobre os efeitos da crise ministerial no comércio. Indo na contramão do entusiasmo do boletim d’*O Cruzeiro*, mencionado no primeiro capítulo, a publicação forjava certa prudência na hora de avaliar as mudanças no Gabinete. Ponderava, portanto, que

A crise ministerial colocou o nosso comércio numa apatia bem significativa. É que a incerteza em que todos estavam a respeito dos sucessos políticos refletia-se profundamente no seio da nossa praça. Ontem, porém, mal circulou a notícia de estar nomeado o organizador do novo gabinete, as transações animaram-se na bolsa e as apólices subiram de preço, efetuando-se avultadas vendas. Ao desânimo, que era grande, e que havia sobejo motivo para o ser, pela demora na organização de ministério, sucedeu uma certa confiança, manifestada para logo no preço dos títulos públicos.

Enquanto a *Gazeta* se preocupava com essas notícias pontuais sobre os primeiros momentos da escolha dos novos ministros, *O Cruzeiro*, que já havia se apressado em divulgar suas expectativas, publicava, em 7 de janeiro, uma carta assinada por Ganganelli, que levantava as pautas do partido liberal no Gabinete. E reiterava que “o país espera que, por exemplo, no que concerne o casamento civil, providência altamente reclamada, não será iludido nas respectivas medidas a adotar”⁵¹.

⁴⁹ *Gazeta de Notícias*, 1 de janeiro de 1878, n.1, p.1.

⁵⁰ *Gazeta de Notícias*, 4 de janeiro de 1878, n. 4, p. 1.

⁵¹ *O Cruzeiro*, 7 de janeiro de 1878, n. 7, p. 6.

É importante mencionar que esse pseudônimo circulou em diversos outros momentos pela imprensa periódica. Maria Tereza Chaves de Mello, em “A modernidade republicana”, dá informações sobre o homem por detrás de Ganganelli. Esse pseudônimo teria sido usado por Saldanha Marinho: um republicano, deputado do Partido Liberal. Que assinava com o sobrenome do papa Clemente XIV, responsável por extinguir a Companhia de Jesus, que tinha por nome de batismo: Giovanni Vincenzo Antônio Ganganelli⁵².

Mello, ao analisar as transformações na literatura e na imprensa da década de 1880, chama atenção para a presença desse deputado liberal na discussão de assuntos importantes à pauta política da época. Saldanha Marinho tratava, sobretudo, da secularização do Estado. Sendo que,

Nessa empreitada, tiveram os bardos a colaboração, não menos entusiasta, de setores da imprensa, com marcada atuação da *Revista Ilustrada*. A luta pela secularização completa do Estado e da sociedade brasileiras foi a primeira de suas campanhas, prestigiando todos aqueles que por ela se batiam, como foi o caso do mais ardoroso dos seus apóstolos, o deputado republicano Saldanha Marinho⁵³.

Cabe mencionar, portanto, que Ângelo Agostini, na mesma semana em que Ganganelli inflamava as discussões sobre o casamento civil n’*O Cruzeiro*, também abordou o tema em suas caricaturas na primeira edição do ano de 1878 da *Revista Ilustrada*. Desenhando os primeiros dias daquele janeiro, que marcaram uma “semana de emoções políticas”⁵⁴ (figura 1), Agostini pinta uma caricatura do que seria a bandeira da política liberal ao começo de 1878. Tendo, inscrita nessa bandeira, como expressão mais legível: casamento civil (figura 2).

⁵² Informações retiradas de nota explicativa do artigo de Maria Tereza Chaves de Mello. Ver mais em: MELLO, Maria Tereza Chaves de. “A modernidade republicana”. In.: *Tempo*, vol. 13, n. 26, 2009.

⁵³ *Ibidem*, p. 21.

⁵⁴ *Revista Ilustrada*, 5 de janeiro de 1878, n. 97, p. 4.

Dando destaque, no desenho, para a movimentação da imprensa diante da crise, Agostini insere a secularização do matrimônio em um lugar de protagonismo, bem como fizera Ganganelli, naquela mesma semana, n' *O Cruzeiro*. Menos de um mês depois, o deputado liberal assinava, com o mesmo pseudônimo, duas publicações idênticas, na *Gazeta de Notícias* e n' *O Cruzeiro*. O procedimento chama a atenção, especialmente porque o texto aparece no mesmo dia, em dois periódicos diferentes. Ganganelli publicava, na seção de “Comunicados” da *Gazeta* e nos “Ineditoriais” d' *O Cruzeiro*, em formato de carta, as principais aspirações do partido liberal.

O deputado levava à cena de dois periódicos de grande circulação argumentos potentes ao discurso de secularização do matrimônio. Ganganelli apelava aos leitores d' *O Cruzeiro* e da *Gazeta*:

Convençam-se de que o papista, o inimigo da liberdade de cultos, os que hostilizam a plena liberdade da consciência, os que querem a continuação da pernicioso influência de Roma como Igreja do Estado, os que combatem o casamento civil, a secularização do ensino público, o registro civil, etc., não são liberais. Querem apenas servir-se do padre e do liberal para sua elevação. [...] Cumpra o atual gabinete a missão que por sua organização se impôs; tenha a coragem do dever; dê ao Brasil o que lhe pertence; constitua uma nação livre, e a posteridade o bendirá⁵⁵.

O periódico católico *O Apóstolo*, nas primeiras semanas do ano de 1878, também se manifestara em relação ao casamento civil. E, com discurso tão apaixonado quanto o de Saldanha Marinho (ainda que antagônico), reivindicava a importância da Igreja na tomada de decisões não só em relação ao matrimônio, mas também a outras medidas da lei. Replicando um editorial publicado no jornal *Sentinella*, de São Paulo, o periódico se colocava no debate e ponderava que

O caso merece exame e discussão. O ministério liberal, se tem no seu programa a luta com a Igreja, deve pedir à câmara dos deputados que vote a lei ordinária da necessidade da reforma constitucional, afim de que os eleitores dos deputados para a seguinte legislatura confirmem-lhes aquela especial faculdade. O mais é atentado, contra o qual os católicos podem lançar mão de todos os meios de defesa, os cogitados e os não-cogitados. Não é possível que a Coroa permita que o seu governo se atire brutalmente nas vias revolucionárias. [...] Os reis são feitos para os povos, e não os povos para os reis. E o tempo das experiências já passou.

Não é incomum perceber que o Partido Liberal tivesse levado para a arena da imprensa periódica as discussões sobre o casamento civil. A linha tênue que dividia as decisões políticas das privadas, sobretudo no período oitocentista, aparece, habitualmente, como meio de

⁵⁵ *O Cruzeiro*, 1 de fevereiro de 1878, n. 32, p. 5 e *Gazeta de Notícias*, 1 de fevereiro de 1878, n. 32, p. 2.

sustentar o arranjo patriarcal. Sendo esse o único arranjo no qual era possível decidir politicamente.

Dessa forma, secularizar o matrimônio não significava, apenas, oferecer métodos diferentes de união conjugal. Mas era também o meio com que se podia operar no efetivo controle social das diferentes classes. Controle esse pensado não por artifício da lei e do aparelho institucional, mas ao longo de uma construção, por exemplo, da feminilidade e da masculinidade. O que contribui na criação de lugares sociais diferentes, tão somente incorporados nas medidas legislativas.

O trabalho de Mônica Yumi Jinzenji, em *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*, instrumentaliza essas concepções. Que são mobilizadas pela autora para entender de que maneira o casamento coloca a encargo das mulheres a educação moral dos filhos, frutos desse matrimônio. Isso porque, segundo Jinzenji, essa noção de educação moral, especialmente capaz às mulheres, “pode ser entendida como resultante da percepção de seu poder civilizador; ao mesmo tempo em que urgia ser educada, acreditava-se no seu potencial educador, já que ela era responsável pelo cuidado à primeira infância”⁵⁶.

Oferecendo, desse modo, a devida atenção a um assunto tão caro à política institucional e cotidiana, Ângelo Agostini alfineta o jornal contemporâneo, *O Apóstolo*⁵⁷. Ao desenhar dois noivos acenando para um clérigo, e o termo “casamento civil” inscrito na barra do vestido da jovem esposa, o caricaturista italiano parece provocar a liturgia do matrimônio, à época, acessando a um repertório de imagens que investigaremos mais adiante (figura 3).

⁵⁶ JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX: lições de política e moral no periódico mineiro O mentor das Brasileiras (1829 – 1832)*. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 157.

⁵⁷ Marcelo Balaban, analisando o posicionamento de Agostini frente ao imposto de transporte, o “vintém”, implementado em 1880, sinaliza uma importante consideração a respeito da relação entre *O Apóstolo* e a *Revista Ilustrada*: “Em muitos momentos a *Revista Ilustrada* e *O Apóstolo* entraram em conflito. Não foram poucas as vezes em que o semanário de Agostini satirizou o jornal católico, que em algumas oportunidades publicou textos contra a *Revista Ilustrada*”. Op. Cit. BALABAN, p. 285.



Figura 3 - fragmento da caricatura de Agostini. Fonte: *Revista Illustrada*, n. 97, janeiro de 1878. Hemeroteca Digital Brasileira.

Agostini destaca, assim, as divergências da pauta liberal com o setor eclesiástico do Brasil do século XIX. O que deve nos fazer pensar sobre o que significava ter à frente dos ministérios um partido evidenciado por tal pauta. E, especialmente, pensar sobre o movimento que pode ser enxergado nesse processo, se trabalharmos com a História vista de baixo⁵⁸.

Nesse sentido, o trabalho de Alessandra El Far nos auxilia a compreender em que medida o casamento civil pode ter aparecido na pauta política por meio de uma demanda não-aristocrática. E o que essa demanda pode explicar para quem busca entender a querela em torno da publicação d'*O primo Basílio*. Num estudo sobre bilhetes de namorados publicados no *Jornal do Commercio*, na década de 1870, El Far se preocupa em analisar de que maneira os relacionamentos amorosos estiveram dispostos ao longo desse decênio. Uma vez que,

No âmbito urbano do Oitocentos, os homens que haviam conquistado um diploma de bacharel, enriquecido no comércio ou obtido ganhos significativos de capital, já não mais dependiam da posse de terras para constituir uma família. Nesse viés, os casamentos deixavam de ser regidos essencialmente pelo acordo econômico entre famílias, passando lentamente a levar em consideração afinidades pessoais e sentimentos recíprocos de afeto⁵⁹.

⁵⁸ Entendida, aqui, como corrente da historiografia. E consultada, para esse trabalho, por meio da discussão realizada por E.P. Thompson em: THOMPSON, E.P. "A história vista de baixo". In.: _____. NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sérgio (orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

⁵⁹ EL FAR, Alessandra. Bilhetes de namoro abertos ao público: mensagens e encontros às escondidas anunciados no *Jornal do Commercio* (década de 1870). In.: *Revista Brasileira de História*, vol. 37, n. 74, 2017, p. 18.

O que se traduz como uma pista para entendermos os efeitos e expectativas em torno da secularização do matrimônio, defendida pelos liberais em 1878. A instituição do casamento civil significava romper com o monopólio da Igreja católica na realização dos trâmites burocráticos de uma união matrimonial. E, o que é ainda mais significativo para esse trabalho: significava também dessacralizar, em algum grau, a estabilidade e indissociabilidade do casamento. Segundo El Far,

em compasso com o desenvolvimento das cidades e a movimentação crescente de sujeitos sociais provenientes de grupos sociais cada vez mais heterogêneos e difusos, aumentava o número de uniões formais e informais, que se faziam e desfaziam ao sabor dos encontros cada vez mais imprevisíveis entre os diversos homens e mulheres da segunda metade do século XIX⁶⁰.

É relevante pontuar que os liberais não aprovaram essa pauta no período monárquico. Apenas no primeiro janeiro da República, em 1890, é que o casamento civil foi instaurado no Brasil. No entanto, as discussões teriam ganhado força na década de 1870, e tentaremos entender a influência disso no consumo de uma obra literária que colocava o adultério no centro das atenções.

2.2. Casamento e sexualidade

Machado de Assis, ao escrever a crítica analisada anteriormente, sobre *O primo Basílio*, rememora a primeira obra do escritor português que tivera um ostensivo público: *O crime do padre Amaro*. Esse romance cruzava tópicos polêmicos, que estiveram posteriormente mobilizados na discussão sobre a instauração do casamento civil. Um jovem padre que ignora a batina e se envolve amorosamente com Amélia. Esta morre no parto do filho, cujo pai era o homem em sacerdócio. Garantindo atenção ao enredo, que dera notoriedade ao romancista, Machado questiona, pela primeira vez no artigo, como mencionado no primeiro capítulo, a construção que Eça de Queiroz faz de dois elementos importantes ao romance: o matrimônio e a sexualidade.

Compara, também, a obra do escritor português com o romance do francês Émile Zola, *La faute de l'abbé Mouret* [A culpa do abade Mouret], por justa obviedade do título. O que reforça que a crítica de Machado de Assis tenha partido, de fato, de uma inquietação estética e literária. No entanto, ao longo do artigo é possível localizar uma série de questões elementares ao momento social e à moralidade. E é nessas questões que nos deteremos para investigar as problemáticas em que se envolveram as personagens de Eça de Queiroz.

⁶⁰ *Ibidem*.

Como fizera ao comparar, como analisado anteriormente, *O primo Basílio* com o romance de Balzac, *Eugénie Grandet*, Machado também livra Eça de Queiroz da acusação de ter feito uma cópia literal da obra de Zola, ao que reitera: “Quem os leu a ambos, não contestou de certo a originalidade do Sr. Eça de Queiroz, porque ele a tinha, e tem, e a manifesta de modo afirmativo; creio até que essa mesma originalidade deu motivo ao maior defeito na concepção do *Crime do padre Amaro*”⁶¹. Em seguida, começa sua longa crítica ao modo como o realismo de Queiroz é marcado pela “puerilidade” e “obscenidade”⁶².

Para enfatizar esse argumento, Machado de Assis começa, então, a tecer duras críticas à construção da personagem protagonista d’*O primo Basílio*. Trazendo trechos da obra do romancista português, Machado destaca os “episódios mais crus do que outros”. E conclui que é deles que se tem o tom do livro. Ao que salienta: “Ora, o tom é o espetáculo dos ardores, exigências e perversões físicas”⁶³.

O literato brasileiro replica, exemplarmente, excertos do episódio da primeira visita de Basílio a Luísa. Que é seguida por um momento de prazer da protagonista do romance, que acabara de reencontrar o primo, por quem já estivera apaixonada antes de se casar. Machado observa a passagem em que:

Ele sai; Luísa sente-se “afogueada, cansada”, vai despir-se diante de um espelho, “olhando-se muito, gostando de se ver branca”. A tarde e a noite, gasta-as a pensar ora no primo, ora no marido. Tal é o introito de uma queda, que nenhuma razão moral explica, nenhuma paixão, sublime ou subalterna, nenhum amor, nenhum despeito, nenhuma perversão sequer; Luísa resvala no lodo, sem vontade, sem repulsa, sem consciência; Basílio não faz mais do que empuxá-la, como matéria inerte, que é⁶⁴.

Aos olhos de Machado de Assis, a obra de Queiroz parece ter assumido um compromisso com o erótico e o carnal. O episódio que narra o prazer sexual de Luísa, sozinha, após uma visita de Basílio, é colocado providencialmente no artigo de Machado. Que encarece a crítica em torno da moralidade da obra do romancista português. É preciso, dessa forma, voltar a’*O primo Basílio*, para entender em que medida a leitura do literato brasileiro destaca importantes nuances do romance de Eça de Queiroz. Como a sexualidade de Luísa chama a atenção de Machado de Assis?

2.3. Sexualidade n’*O primo Basílio*

⁶¹ *O Cruzeiro*, 16 de abril de 1878, n. 105, p. 1.

⁶² *Ibidem*.

⁶³ *Ibidem*.

⁶⁴ *O Cruzeiro*, 16 de abril de 1878, n. 105, p. 1.

A protagonista é apresentada ainda nas primeiras linhas do romance de Queiroz. O jovem casal lisboeta aparece dividindo os espaços do lar e, na primeira intervenção feita por um dos vinte e dois personagens nominados pelo autor, é Jorge quem pergunta à esposa: “Tu não te vais vestir, Luísa?”. Abrindo portas para que o narrador onisciente descreva, de maneira atenciosa, os detalhes da vestimenta da mulher daquele engenheiro de minas, que passara a manhã com um livro que “estivera folheando devagar, estirado na velha *voltaire* de marroquim escuro”⁶⁵.

O retrato do “roupão de manhã de fazenda preta, bordado a *soutache*, com largos botões de madreperola”⁶⁶, de Luísa, se confunde com a descrição da sala de estar que abriga marido e mulher, em um dia ocioso. E é por meio da construção da personalidade de Jorge que o autor nos apresenta mais detalhes sobre Luísa. Isso porque, depois de perder a mãe, por quem nutria relação muito próxima, Jorge procurara pela figura feminina de uma esposa. No entanto, ao conhecer Luísa, se vê apaixonado por uma mulher que não parecia atender, pelos olhos do amigo íntimo, Sebastião, os requisitos de uma esposa exemplar. E, prontamente, o narrador pondera:

Mas Luísa, a Luisinha, saiu muito boa dona de casa; tinha cuidados muito simpáticos nos seus arranjos; era asseada, alegre como um passarinho, como um passarinho amiga do ninho e das carícias do macho: e aquele serzinho louro e meigo veio dar à sua casa um encanto sério⁶⁷.

Na medida em que se dá a narrativa, é possível perceber a construção, por parte do autor, de várias camadas da personagem, que protagoniza cenas ociosas do matrimônio e, mais adiante, os agitados episódios do adultério. Luísa é então criada por meio de uma série complexa de eventos e facetas de personalidade. De modo que o aspecto da sexualidade vai aparecendo de maneira sutil ao longo do romance. Tendo o autor se permitido criar outros elementos importantes da representação dessa sexualidade feminina, em outras personagens.

Devemos, assim, nos atentar para o modo como Eça de Queiroz constrói a sexualidade de suas personagens femininas. Esse tópico merece atenção, sobretudo, se considerarmos a importância do matrimônio no controle dos corpos femininos. De maneira que a sexualidade deveria estabelecer uma direta relação com a educação moral reproduzida por essas mulheres. Uma vez que, de acordo com Jinzenji,

O desfrute dos prazeres carnis recaía sobre as mulheres de uma forma moralmente mais repreensível que para os homens; enquanto estes costumavam ser vistos como

⁶⁵ QUEIROZ, Eça de. *O primo Basílio*. Porto Alegre: L&PM, 2015, p. 9.

⁶⁶ *Ibidem*.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 12.

peessoas que querem se aproveitar das qualidades estéticas femininas, as mulheres que não resistiam a essas armadilhas da sedução tinham suas vidas condenadas. A castidade e a beleza juntas tornavam a mulher virtuosa e própria para o matrimônio; a beleza sem a castidade trazia vários riscos para as mulheres, entre eles, a prostituição⁶⁸.

Portanto, é significativo olhar para a construção dessa sexualidade, por parte do autor d'*O primo Basílio*, para entendermos as leituras possíveis à crítica brasileira. Uma das personagens merece, aqui, cuidadosa atenção: amiga íntima de Luísa, Leopoldina aparece como uma figura que, desde o início da narrativa, mobiliza em si uma série de ingredientes sexuais e eróticos. O que ajuda a construir dois movimentos: um contraste que evidencia características distintas de Luísa, como o recato e a timidez; e a naturalização dos episódios sexuais, introduzidos por meio dessas intervenções de Leopoldina. O resultado é a construção de uma Luísa que parece relutar com os próprios desejos, e que, quando cede, encontra simpatia na amiga, que

Era muito indiscreta, falava muito de si, das suas sensações, da sua alcova, das suas contas. Nunca tivera segredos para Luísa; e na sua necessidade de fazer confidências, de gozar a admiração dela, descrevia-lhe os seus amantes, as opiniões deles, as maneiras de amar, os tiques, a roupa, com grandes exagerações! Aquilo era sempre muito picante, cochichado ao canto de um sofá, entre risinhos; Luísa costumava escutar, toda interessada, as maçãs do rosto um pouco envergonhadas, pasmada, saboreando, com um arzinho beato. Achava tão curioso!⁶⁹.

Esse jogo de contrastes é o principal dispositivo na construção da sexualidade feminina no romance. A Luísa que tem as bochechas coradas ao ouvir as confidências de Leopoldina, é a mesma que se encontra com Basílio às escondidas, experimenta o prazer sozinha e conhece uma “sensação nova”⁷⁰. Esse contraste pode ser entendido, aqui, como elemento crucial na construção dos episódios mais sexualizados que outros. Luísa, comparada à Leopoldina, tem um “arzinho beato”, mas diante de Basílio “ria de sensualidade, fazendo tilintar os pedacinhos de gelo contra o vidro do copo, cheio de *champagne*”⁷¹.

Sendo assim, é preciso destacar que a crítica de Machado estivera centrada em um ponto verdadeiramente marcante no livro. Luísa atua de maneira ambígua em relação aos diversos personagens da obra. Dessa forma, o literato brasileiro evidenciava o que se traduz como um entendimento patriarcal da sexualidade de mulheres. A separação entre sexual e moral se faz nesse contraste, entre beatas e amantes⁷². Mas o que nos importa aqui é que, de maneira menos

⁶⁸ Op. Cit. JINZENJI, p. 173.

⁶⁹ Op. Cit. QUEIROZ, p. 22.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 211.

⁷¹ *Ibidem*, p. 210.

⁷² Michelle Perrot, em *Minha história das mulheres*, explora a presença de um binômio na hora de representar a sexualidade feminina. De acordo com Perrot, “misteriosa, a sexualidade feminina atemoriza. Desconhecida, ignorada, sua representação oscila entre dois polos contrários: a avidez e a frigidez. No limite da histeria.” PERROT, Michele. O corpo. In.: _____. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Editora Contexto, 2007, p. 65.

evidente, existe uma construção estrutural de espaços reservados para o exercício da sexualidade feminina. O que explicaria a aparente naturalidade com que Luísa repete gestos sensuais diante de Basílio, ainda que numa relação adúltera que lhe custou o desfecho moral criado pelo autor, e o modo tímido com que reage aos segredos de Leopoldina.

Silvia Federici, em *O ponto zero da revolução*, explora essa noção de compartimentalização da sexualidade das mulheres e afirma que essa “compartimentalização é apenas um aspecto da mutilação da nossa sexualidade”⁷³. Para a historiadora italiana,

Isso significa a imposição de uma condição verdadeiramente esquizofrênica, pois aprendemos logo cedo na nossa vida a traçar uma linha entre as pessoas que podemos amar e as pessoas com quem apenas conversamos; aquelas para as quais podemos abrir nosso corpo e aquelas a quem podemos apenas abrir nossa “alma”; nossos amantes e nossos amigos. O resultado é que somos alma sem corpo para nossas amigas mulheres, e carne sem alma para nossos amantes homens. E essa divisão nos separa não apenas das outras mulheres como também de nós mesmas, em termos do que aceitamos ou não em nosso corpo e sentimentos, as partes “limpas” para serem exibidas e as partes “sujas”, “secretas”, que só podem ser mostradas (e assim se tornam limpas) no leito conjugal, no ponto da produção⁷⁴.

Portanto, a manutenção de uma organização patriarcal da sociedade depende dessa relação disfuncional entre mulheres e sexualidade. Sobretudo porque é preciso controlar a reprodução da vida. E, esse aspecto da compartimentalização, evidenciado por meio da figura de Luísa, pode ser compreendido também como crucial no entendimento do matrimônio como lugar único dessa sexualidade.

Se voltarmos os olhares para outra personagem do romance de Eça de Queiroz é possível perceber, mais uma vez, a existência desse contraste de perfis e lugares próprios ao exercício da sexualidade. Dona Felicidade de Noronha, uma amiga íntima da mãe, já falecida, de Luísa, visita o jovem casal religiosamente aos domingos. E é uma figura construída a partir dessa ambiguidade. Ao frequentar a casa de Luísa, Dona Felicidade conhece pessoa amiga de Jorge, o conselheiro Acácio, por quem se apaixona. A paixão da mulher fidalga pelo conselheiro traz, diversas vezes, aspectos controversos entre os desejos sexuais e o amor feminino. E é na construção dessa personagem que o autor parece criar, também, uma relação entre a aparência física e o exercício da sexualidade.

Dona Felicidade, por sofrer de dispepsia e de gases “não se podia espartilhar e as suas formas transbordavam”⁷⁵. A caricata descrição das características físicas, e também de suas

⁷³ FEDERICI, Silvia. “Porque sexualidade é trabalho (1975)”. In.: _____. *O ponto zero da revolução*. São Paulo: Editora Elefante, 2019, p. 57.

⁷⁴ *Ibidem*.

⁷⁵ Op. Cit. QUEIROZ, p. 32.

questões fisiológicas, faz parte da forma com que Dona Felicidade é construída ao longo do romance. De modo que a paixão pelo conselheiro Acácio é tida como um vício, uma mania. E é por meio dessa personagem que é possível perceber as representações imaginadas a uma conduta feminina em relação ao envolvimento amoroso e afetivo. A obsessiva paixão de Dona Felicidade, como frequentemente se refere o narrador, não se traduz como um comportamento exemplar, ao longo do livro. E sim como uma expressão caricata de uma mulher que reprimia a sexualidade.

Os sentimentos pelo conselheiro são, na expressiva maioria das vezes, imediatamente conectados a efeitos fisiológicos, distantes dos sexuais. O que a coloca, sobretudo, em contraste com Luísa e Leopoldina. Nesse contexto, há um episódio em que Luísa e Dona Felicidade estão caminhando no Passeio durante a noite. Encontram-se com Basílio e os três caminham juntos por um bom tempo. A tensão sexual entre os dois amantes é quebrada pela presença de Dona Felicidade que “começava a enfastiar-se. Tinha esperado encontrar o conselheiro; por ele, para lhe parecer bem, fizera o sacrifício de se apertar; Acácio não vinha, os gases começavam a afrontá-la; e o despeito daquela ausência aumentava-lhe a tortura da digestão”⁷⁶.

Ainda em outra passagem, é possível perceber a composição de um movimento que tenta naturalizar um não-lugar para o exercício da sexualidade de Dona Felicidade. Isso porque, ao colocar a decisão de reprimir seus desejos sexuais a encargo da própria personagem, o autor se exime dessa construção que faz dela. Embora a narrativa tente elaborar uma aparente recusa de Dona Felicidade em experienciar o prazer sexual, não podemos perder de vista que, ao fim e ao cabo, toda decisão parte da construção de um olhar masculino: o de Eça de Queiroz. Portanto, é preciso olhar com cautela para essa passagem sobre Dona Felicidade, em que o narrador tenta nos convencer de que

O Conselheiro era a sua ambição e o seu vício! Havia sobretudo nele uma beleza, cuja contemplação demorada a estonteava como um vinho forte: era a calva. Sempre tivera o gosto perverso de certas mulheres pela calva dos homens, e aquele apetite insatisfeito inflamara-se com a idade. Quando se punha a olhar para a calva do Conselheiro, larga, redonda, polida, brilhante às luzes, uma transpiração ansiosa umedecia-lhe as costas, os olhos dardejavam-lhe, tinha uma vontade absurda, ávida de lhe deitar as mãos, palpá-la, sentir-lhe as formas, amassá-la, penetrar-se nela! Mas disfarçava, punha-se a falar alto com um sorriso parvo, abanava-se convulsivamente, e o suor gotejava-lhe nas roscas anafadas do pescoço. Ia para casa rezar estações, impunha-se penitências de muitas coroas à Virgem; mas apenas as orações findavam, começava o temperamento a latejar. E a boa, a pobre D. Felicidade tinha agora pesadelos lascivos e as melancolias do histerismo velho⁷⁷.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 86.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 33.

Assim, pode-se observar a diferença nos perfis de mulheres, descritas pelo autor, aptas a desenvolverem, naturalmente, sua sexualidade. Particularmente porque as consequências fisiológicas se relacionam, ao longo do romance, com a aparência e a idade de Dona Felicidade. Vamos analisar duas passagens do livro que remontam esse artifício narrativo. Primeiro, ao descrever Leopoldina, o narrador ressalta que “tinha ombros de modelo, de uma redondeza descaída e cheia; sentia-se nos seus seios, mesmo através do corpete, o desenho rijo e harmonioso de duas belas metades de limão; a linha dos quadris rica e firme, certos quebrados vibrantes de cintura faziam voltar os olhares acesos dos homens”⁷⁸. Ao descrever Dona Felicidade, o narrador, por sua vez, destaca que

Já se viam alguns fios brancos nos seus cabelos levemente anelados, mas a cara era lisa e redonda, cheia, de uma alvura baça e mole de freira; nos olhos papudos, com a pele já engelhada em redor, luzia uma pupila negra e úmida, muito móbil; e aos cantos da boca uns pelos de buço pareciam traços leves e circunflexos de uma pena muito fina⁷⁹.

Portanto, o que cabe levantar é que a representação da sexualidade feminina obedece a determinados padrões e espaços. E que a criação de elementos antagônicos em personagens femininas é providencial na manutenção dessa regra. Existem mulheres e lugares qualificados para serem sexualizados, ao passo que outras mulheres e outros lugares não.

Ajuda a pensar sobre a específica dubiedade com que é tratada a sexualidade feminina se analisarmos o modo como os personagens masculinos transitam por esse universo. Basílio, ao longo de boa parte da narrativa, parece envolvido afetivamente por Luísa. Tendo mencionado a paixão de outrora em inúmeras conversas com a prima, aparenta estar inclinado a uma relação de adoração para com Luísa.

No entanto, após as primeiras chantagens de Juliana, ao descobrir a infidelidade da patroa, o autor pretende deixar claro que o romance com Luísa não se caracterizava como lugar de afeto para Basílio. E que era configurado, de fato, como uma maneira de sanar seus ímpetos sexuais, naturalmente indomáveis. De modo que, quando das chantagens, Basílio se arrepende do adultério. E compara Luísa à Alphonsine, prostituta com quem se encontrava em Paris. O *bon-vivant*, ao ouvir de Luísa que esta pretendia fugir junto a ele, pensa sobre a ideia de partir com aquele “trambolhozinho” e pondera:

Viera a Lisboa para os seus negócios; era tratá-los, aturar o calor e o *boeuf à la mode* do Hotel Central, tomar o paquete, e mandar a pátria ao inferno!... Mas não, idiota! Os seus negócios tinham-se concluído — e ele, burro, ficara ali a torrar em Lisboa, a gastar uma fortuna em tipoias para o Largo de Santa Bárbara para quê? Para uma daquelas! Antes ter trazido a Alphonsine! Que, verdade, verdade, enquanto estivesse em Lisboa o

⁷⁸ *Ibidem*, p. 23.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 32.

romance era agradável, muito excitante; porque era muito completo! Havia adúlteriozinho, o incestozinho. Mas aquele episódio agora estragava tudo! Não, realmente, o mais razoável era safar-se!⁸⁰.

A naturalidade com que Basílio revela transitar entre as mulheres com quem se relaciona, demonstra o modo como a sexualidade masculina aparece, no romance, de maneira mais fluida e menos dispendiosa do que para as personagens femininas. O episódio que desencadeia todas as tensões e o desfecho do livro não passa, para Basílio, de um “adúlteriozinho”. Colocando o termo no diminutivo, Eça de Queiroz pesa a mão sobre a indiferença do primo aos impasses de Luísa. Produzindo um tom sarcástico em relação à incompatibilidade das reações dos dois amantes. Tom esse que ratifica o argumento sobre o modo como Queiroz compõe a sexualidade não só de Luísa, mas também das outras mulheres presentes na narrativa.

Pois bem, é conveniente questionar: no que essa composição das personagens, feita por Eça de Queiroz, nos ajuda a compreender, então, a leitura e a crítica d’*O primo Basílio* no Brasil? Bom, é importante mencionar que essas representações ambíguas da sexualidade de mulheres eram também marca da literatura nacional. Em “Mulheres de estampa: o folhetim e a representação do feminino do Segundo Reinado”, Cláudia de Oliveira explora a narrativa literária, no Brasil do Oitocentos. E, ao analisar as personagens femininas amplamente consumidas pelo público nacional, constata que “ambiguidade é a sua tônica, aparecendo em uma atmosfera que mistura sedução e negatividade social, cultivando o campo da magia destruidora feminina – motivo desenvolvido pelos românticos — ligada à ideia de marginalidade e êxtase”⁸¹.

Portanto, é preciso mobilizar outros aspectos de Luísa que possam ter feito Machado de Assis se preocupar com sua personalidade volátil. Nesse sentido, é importante analisar o modo como Machado representara o matrimônio por meio de suas personagens femininas. Para, então, colocarmos em interlocução o que poderiam ter sido projetos diferentes de representação de mulheres em suas relações conjugais. E, assim, entendermos em que medida Machado de Assis reproduz e produz efeitos da ficção que organizam a vida de mulheres que viveram no Brasil da segunda metade do XIX. A publicação de *Iaiá Garcia* pouco antes da polêmica de recepção d’*O primo Basílio* parece oportuna para a construção desse debate.

⁸⁰ *Ibidem*, pp. 239 e 240.

⁸¹ OLIVEIRA, Cláudia de. “Mulheres de estampa: o folhetim e a representação do feminino do Segundo Reinado”. In.: KNAUSS, Paulo; MALTA, Marize; OLIVEIRA, Cláudia de; VELLOSO, Mônica Pimenta. *Revistas ilustradas: modos de ler e ver no segundo reinado*. Rio de Janeiro: Mauad X e Editora da FAPERJ, 2011, p. 168.

2.4. A crítica de *Iaiá Garcia*

Publicado de janeiro a março de 1878, na seção de folhetim d'*O Cruzeiro*, o romance de Machado de Assis, *Iaiá Garcia*⁸², é ainda referenciado como parte prestigiosa da carreira do escritor brasileiro. Marca de uma das fases da literatura de Machado, essa obra encontrou espaço em meio ao público dos periódicos do XIX. E, assim como boa parte dos romances do autor, trouxe para a cena letrada personagens femininas protagonistas, altamente reconhecidas pela crítica nos dias de hoje.

O enredo possui onze personagens nominais; a exata metade da quantidade de personagens da obra de Eça de Queiroz. Tendo coexistido com artigos publicados na mesma seção do jornal *O Cruzeiro*, *Iaiá Garcia* não mobilizou extensa crítica, à época. De maneira que é possível observar nos periódicos fluminenses, elencados no primeiro capítulo deste trabalho, que as menções ao romance de Machado de Assis estiveram frequentemente vinculadas a outras obras literárias em circulação no momento.

O romance leva o nome de uma das personagens protagonistas, que, ao lado de Estela, figura-se essencial na composição de toda a narrativa. Estela é ainda menina, quando perde a mãe e passa a viver sob os cuidados do pai, Sr. Antunes. Funcionário de um importante desembargador, Sr. Antunes recebe o apoio do patrão e sua esposa, Valéria, na criação da pequena, de dez anos. Jorge, filho do abastardo casal, possui idade semelhante à de Estela e é a grande esperança do Sr. Antunes de casar bem a filha, como aponta o narrador do romance. No entanto, é um provável amor entre os dois que reconfigura todo o enredo.

Com a morte do desembargador, a viúva Valéria passa a estar à frente da família a quem Estela e o Sr. Antunes se sentiam moralmente ligados, pelo sentimento da gratidão. E, ao perceber o envolvimento de Jorge com a filha do funcionário, Valéria convence o filho a embarcar para a Guerra do Paraguai e arranja o encontro entre Estela e o viúvo, Luís Garcia, um funcionário público a quem Valéria pedia conselhos. Os dois se casam enquanto Jorge ainda está na Guerra e a narrativa se concentra em explorar a relação de Estela com a filha de Luís Garcia, Iaiá.

⁸² ASSIS, Machado de. "Iaiá Garcia". In.: _____. *Obras completas, volume 1*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

A crítica ao romance machadiano era marcada, como levantado anteriormente, por essa comparação a outras obras vendáveis à época. Evidência disso é a caricatura produzida por Bordalo Pinheiro, n' *O Besouro*, cerca de dois meses do fim da publicação de *Iaiá Garcia* (figura 4).

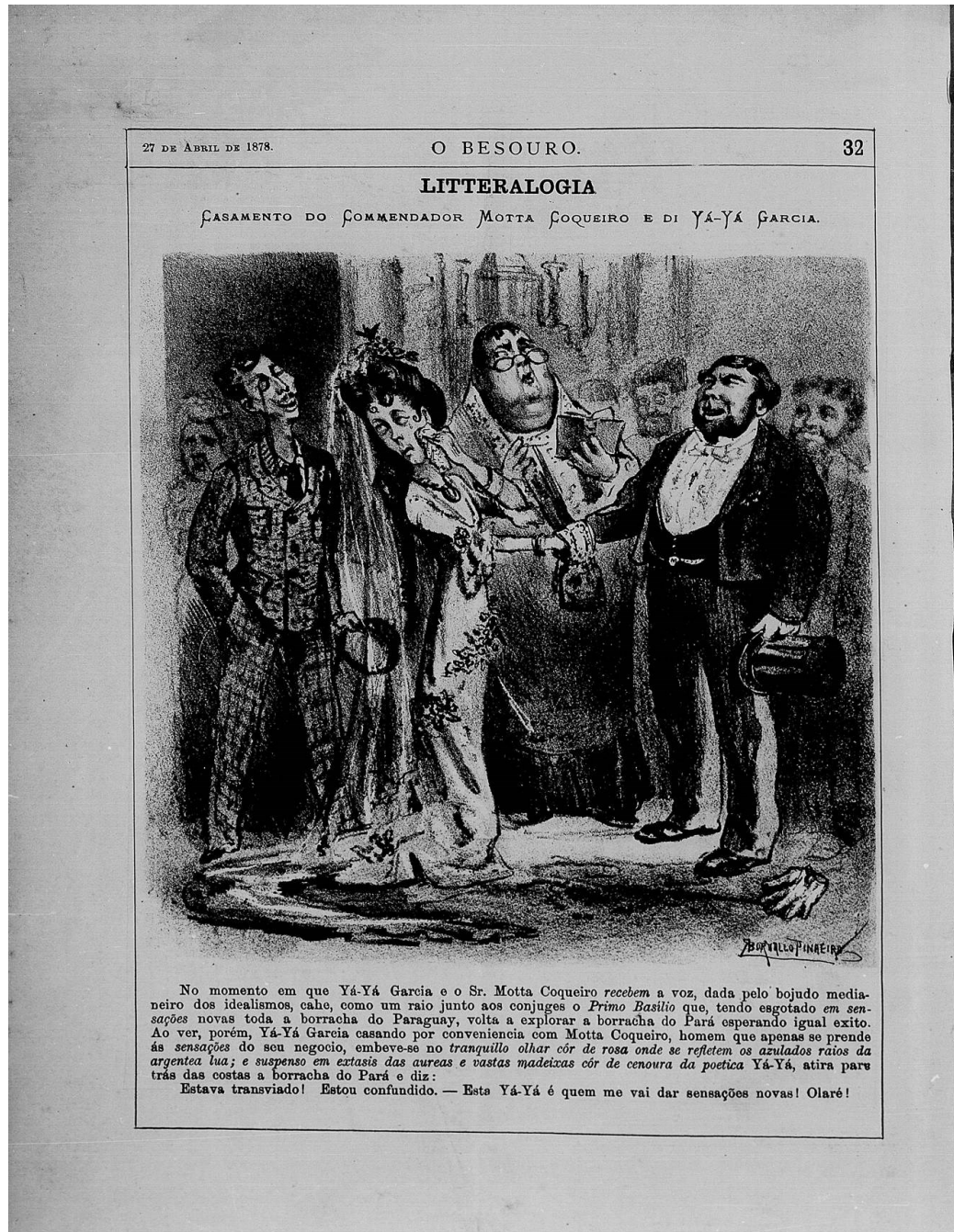


Figura 4 - caricatura de Rafael Bordalo Pinheiro, n' *O Besouro*. Fonte: *O Besouro*, 27 de abril de 1878, n. 4. Hemeroteca Digital Brasileira.

Na caricatura, intitulada *Literalogia*, o desenhista português faz menção a uma versão paródica do romance, feita na *Revista Illustrada*. Nessa paródia, Iaiá Garcia se casa com Motta

Coqueiro, personagem protagonista do romance homônimo, de José do Patrocínio, lançado em 1877.

A novidade ficava por conta da presença de Basílio na caricatura. Levantando questões latentes, como a extração de borracha no Grão-Pará, Pinheiro brinca com aspectos importantes dos romances, e centra sua narrativa (imagética e textual) na realização de um matrimônio por conveniência. Sendo esse o elemento da crítica produzida pelo caricaturista, que encerrava, na legenda do referido desenho, com Basílio constatando que: “Estou confundido! Esta Iaiá é quem me vai dar sensações novas!”⁸³. Numa referência clara à passagem do romance de Eça de Queiroz em que, em um dos encontros com Luísa,

Basílio achava-a irresistível: quem diria que uma burguesinha podia ser tanto *chic*, tanta *queda*? Ajoelhou-se, tomou-lhe os pezinhos entre as mãos, beijou-lhos; depois, dizendo muito mal das ligas “tão feias, com fechos de metal”, beijou-lhe respeitosamente os joelhos; e então fez-lhe baixinho um pedido. Ela corou, sorriu, dizia: não! Não! – E quando saiu do seu delírio tapou o rosto com as mãos, toda escarlate, murmurou repreensivamente:

- Oh, Basílio!

Ele torcia o bigode, muito satisfeito. Ensinara-lhe uma sensação nova: tinha-a na mão!⁸⁴.

É importante mencionar que esse episódio da obra de Queiroz abriu brecha para uma parte considerável das críticas e comentários mordazes da imprensa periódica brasileira. N’*O Besouro*, na edição anterior a que estava publicada a caricatura de Bordalo Pinheiro do casamento de Iaiá Garcia com Motta Coqueiro, um artigo intitulado “O que fez o primo Basílio no Paraíso” abordava a passagem sobre o misterioso efeito da sensação nova conhecida por Luísa. O artigo ironizava que, após a morte, Basílio, o personagem *bon-vivant* de Eça de Queiroz, teria tido consciência do próprio merecimento em ir para o céu. E que, ao chegar ao Paraíso teria tratado São Pedro, o porteiro dos céus, segundo a tradição cristã, com familiaridade. Prometendo, ao Santo, a garantia de uma sensação nova.

Dr. Callado, quem assina o artigo, chama ainda a atenção para a construção que Eça de Queiroz faz do episódio erótico. E provoca em dizer que São Pedro experimentara a sensação nova de Basílio e que

Nestes comenos já se haviam aproximado uma infinidade de anjos, arcanjos, querubins, serafins, santos e santas, que se atropelavam para fazer suas encomendas ao Primo Basílio. Nosso homem não tinha mãos a medir. Todos queriam a nova sensação. Basílio

⁸³ *O Besouro*, 27 de abril de 1878, n. 4, p. 10.

⁸⁴ Op. Cit. QUEIROZ, p. 211.

chegou mesmo a ter ideia de vir cá abaixo buscar os Srs. Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, para ajudarem a aviar a freguesia⁸⁵.

Portanto, ao costurar a crítica de Iaiá Garcia a uma das principais passagens da sexualidade presente em *O primo Basílio*, Bordalo Pinheiro chamava a atenção para uma das especificidades do romance de Machado de Assis. A inexistência de episódios no mesmo tom construído por Eça de Queiroz poderia sugerir a ideia de um matrimônio sem mácula⁸⁶. Em que duas pessoas poderiam se unir por diversos sentimentos, mas não pela atração física ou interesse sexual.

Na caricatura, a presença de um padre, a realizar o casamento de Iaiá e Coqueiro, remetia à figura que comumente se via ligada ao periódico *O Apóstolo*. É significativo lembrar, aqui, que figura parecida aparece no desenho de Ângelo Agostini sobre a instauração do casamento civil na pauta liberal (figura 3).



Figura 3 - fragmento da caricatura de Agostini. Fonte: *Revista Illustrada*, n. 97, janeiro de 1878. Hemeroteca Digital Brasileira.

⁸⁵ *O Besouro*, 20 de abril de 1878, n. 3, p. 3.

⁸⁶ Daniele Megid, em *Mulheres de jornal: personagens femininas em romances-folhetins de Machado de Assis*, trata da visão de Ingrid Stein de um suposto conservadorismo do literato brasileiro em *Iaiá Garcia*. Megid pondera que: “Segundo a autora, o retrato encontrado em *Iaiá Garcia* é de um Machado de Assis com ideais conservadores. Ainda que Stein apresente uma única possibilidade de análise a respeito das personagens femininas neste romance, é necessário ponderar que a leitura por ela realizada é uma leitura possível, e que de fato deve ter sido feita por muitos leitores contemporâneos à primeira publicação do romance”. In.: MEGID, Daniele Maria. *Mulheres de jornal: personagens femininas em romances-folhetins de Machado de Assis*. (Bacharelado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2009, p. 5. Referência à Ingrid Stein encontrada no texto: STEIN, Ingrid. *Figuras femininas em Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

Esse repertório de imagens não deve ser deixado de lado, sobretudo porque corrobora o argumento de que o matrimônio estava em discussão, especialmente por mobilizar o campo político e o religioso. E que as representações do casamento n’*O primo Basílio* e em *Iaiá Garcia* eram providenciais para o debate.

Analisando essa mesma caricatura de Bordalo Pinheiro n’*O Besouro*, Jaison Luís Crestani, discorre sobre o romance machadiano, ponderando a figura do padre. E argumenta que

Nessa reordenação das posições do campo literário, impulsionada pelo jogo de oposições que se estabelece entre românticos e realistas, a obra de Machado de Assis seria categoricamente relegada a um plano secundário, em função de sua identificação não só com o Romantismo retrógrado, mas também com os padrões de austeridade moral legitimados pelo *Apóstolo* do cristianismo desde a publicação de suas primeiras obras⁸⁷.

Ao trazer, no entanto, a literatura para o campo da História, e traçar as evidências de uma discussão em torno do casamento civil, em 1878, pode-se considerar outra nuance: com a polêmica de recepção d’*O primo Basílio*, o romance de Machado de Assis passava a ser evidenciado pelo que podemos considerar um projeto representativo em plena atividade. Crestani, dando destaque ao impacto causado pela publicação da obra do escritor português, na crítica de *Iaiá Garcia*, entende a literatura de Eça de Queiroz como um raio no, até então, sereno destaque de Machado. Segundo o autor, “para Machado de Assis, em especial, a repercussão estrondosa de *O primo Basílio* no meio literário brasileiro constituiria uma verdadeira pedra em suas botas apertadas”⁸⁸.

Desse modo, é necessário frisar que as divergências de estética literária não devem resumir a querela entre os literatos, geograficamente separados, no ano de publicação dos dois romances. Sobretudo porque Machado de Assis tivera motivos notáveis para chamar Eça de Queiroz à arena de sua crítica literária. Que bagunça fizera, então, o raio lançado pelo romancista português?

2.5. Matrimônio em *Iaiá Garcia*

⁸⁷ CRESTANI, Jaison Luís. “A materialidade da literatura: a inscrição do romance *Iaiá Garcia* no ‘Folhetim do Cruzeiro’”. In.: *Machado de Assis em linha*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 46-65, 2013, p. 62. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-68212013000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09/08/2019.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 63. A passagem faz alusão ao conto “Filosofia de um par de botas”, publicado por Machado de Assis no mesmo jornal em que publicara *Iaiá Garcia*, *O Cruzeiro*, em 23 de abril daquele mesmo ano. Ver em: *O Cruzeiro*, 23 de abril de 1878, n. 112, p. 1.

Com enredos distintos em muito, *Iaiá Garcia* não colocava em cena uma paz conjugal corrompida, como fizera *Eça de Queiroz*. E sim dois casamentos bem-sucedidos: a união entre Estela e Luís Garcia; e a principal reviravolta do romance, o casamento de Iaiá Garcia com Jorge, depois do retorno deste último ao Rio de Janeiro.

A narrativa se movimenta, dessa forma, na tentativa de não só amadurecer a personalidade de Iaiá, que ao começo do romance possui onze anos e “os movimentos súbitos e incoerentes da andorinha”⁸⁹, mas também de desconstruir a possibilidade do amor de Estela e Jorge. E é possível avaliar que ambos os movimentos se dão por meio da figura de Estela. Uma vez que é, sobretudo, por intermédio da relação com ela que Iaiá é construída ao longo do romance; e porque parte dela a decisão de não se envolver com Jorge.

Ao ser apresentada, a madrasta de Iaiá é descrita com “uma expressão de virilidade moral, que dava à beleza de Estela a principal característica”⁹⁰. Descobre-se, ao final do enredo, que é desta virilidade moral a culpa da impossibilidade de se casar com Jorge. O que, no começo do romance, parece ser apenas desinteresse por parte de Estela é desvendado como orgulho em não se casar com um homem de outra classe social. Na tentativa de convencer Iaiá de que o amor com Jorge nunca tivera futuro, Estela exclama:

[...] Casamento, entre nós, era impossível, ainda que todos trabalhassem para ele; era impossível, sim, porque o consideraria uma espécie de favor, e eu tenho um grande respeito a minha própria condição. Meu pai já me achava, em pequena, uns arremessos de orgulho. Como querias tu que, com tal sentimento, pudesse desposar um homem, socialmente superior a mim? Era preciso dar-me outra índole. Todas as felicidades do casamento achei-as ao pé de teu pai. Não nos casamos por amor; foi escolha da razão, e por isso acertada. Não tínhamos ilusões; pudemos ser felizes sem desencanto [...]⁹¹.

Pode-se pontuar, aqui, a construção de uma narrativa que busca deixar evidente a felicidade e prosperidade do casamento de Estela e Luís Garcia. Baseado no orgulho da primeira e na “apatia e ceticismo”⁹² do segundo. A elaboração desse argumento, por parte de Machado de Assis, cria, dessa forma, um modelo conjugal em que a razão é quem avalia e pondera os benefícios do matrimônio. Estela se sentira bem em não ver seu círculo social transformado e Luís Garcia voltava a ser um homem casado, depois da viuvez.

A figura do funcionário público, marido de Estela, é explorada por Sidney Chalhoub como essencial para a compreensão do que Machado de Assis pretende ao construir suas personagens. Em *Machado de Assis, historiador*, o autor se propõe a pensar na criação de

⁸⁹ Op. Cit. ASSIS, p. 3.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 15.

⁹¹ *Ibidem*, p. 102.

⁹² *Ibidem*, p. 1.

elementos específicos às personagens do literato brasileiro. Isso porque, segundo Chalhoub, é preciso analisar em que medida Machado evidenciava mecanismos fundamentais ao funcionamento do paternalismo brasileiro. Nesse sentido, a figura de Luís Garcia serve ao argumento de que, para Machado de Assis, era primordial desvendar a “política cotidiana dos dependentes”⁹³.

Pensar o paternalismo brasileiro, por meio da política praticada pelos que dependem da vontade senhorial, significa dar voz a uma agência comumente deixada de lado. Dessa maneira, segundo Chalhoub, a constatação desse cotidiano de ação dos dependentes, na criação das personagens machadianas, deve aparecer como elemento crucial ao entendimento da literatura de Machado de Assis. Ao abordar a relação entre Luís Garcia e Valéria, Chalhoub chama a atenção para a composição dessa narrativa enfática no procedimento de um para com o outro. De acordo com o autor, os diálogos entre o funcionário público e a viúva do desembargador, evidenciam aos olhos atentos a presença de um desconforto de classe. Também sentido por Estela, que não se entrega à paixão por Jorge justamente em função desse desconforto.

A subordinação incompreendida de Luís Garcia aos pedidos de Valéria aparece como sintoma dessa relação entre classes diferentes. De modo que essa mesma relação assume caráter distinto na figura da pequena Iaiá. Que, segundo Chalhoub, ao ser descrita por Machado de Assis, reúne em si características fundamentais à agência dos dependentes, como a “vista pronta” e a “paciência beneditina”⁹⁴. Assim, a construção dessa personagem é comparada, pelo autor, com a composição de uma das personagens mais famosas de Machado de Assis: a Capitu, de *Dom Casmurro*.

É importante mencionar que os elementos percebidos pela crítica de Chalhoub estão presentes não apenas em *Iaiá Garcia*. Ao construir o argumento da importância dessa política cotidiana dos dependentes para Machado, o autor aponta, portanto, que

É como se, instaurada a crise [em *Dom Casmurro*], Capitu sentasse à mesa para jogar xadrez, como antes fizera Iaiá Garcia: “Das qualidades necessárias ao xadrez, Iaiá possuía as duas essenciais: vista pronta e paciência beneditina; qualidades preciosas na vida, que também é um xadrez, com seus problemas e partidas, umas ganhas, outras perdidas, outras nulas”⁹⁵.

⁹³ CHALHOUB, Sidney. “A política cotidiana dos dependentes”. In.: _____. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 36-55.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 53.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 52.

A dependência da classe senhorial provoca então a agência – ora sutil, ora evidente – dos dependentes. De modo que a literatura de Machado de Assis evocava, por meio da ficção, umas e outras. Ao passo que, enquanto Iaiá se senta com “paciência beneditina” para jogar xadrez com Jorge, Estela o constrange com o silêncio. Luís Garcia, diante dos pedidos de Valéria para que ele convença Jorge a ir para a Guerra, faz perguntas retóricas ao tentar esconder o desconforto com as vontades da viúva do desembargador. De maneiras diferentes, as personagens machadianas trazem, para a arena da ficção, a realidade social que Machado de Assis pretendia destacar.

Representação dessa agência dos dependentes, Luís Garcia, a partir do oitavo capítulo, começa a conviver com uma grave doença cardíaca. É quando Jorge, depois de chegar ao Rio de Janeiro, volta a frequentar a casa do amigo de sua mãe, Valéria (que falecera enquanto ele ainda estava na Guerra). A angústia em reencontrar Estela, pela primeira vez como esposa de Luís Garcia, logo se transforma no convívio tranquilo entre o casal e Jorge. Iaiá, por sua vez, desconfia de que a madrasta esteja escondendo algo do pai e, num rompante, percebe, ao ouvir Luís Garcia contar sobre os motivos que levaram Jorge à Guerra, que Estela conhecia aquela história.

Supôs um vínculo anterior ao casamento, roto contra a vontade de ambos, talvez persistente, malgrado aos tempos e às coisas. Tudo isso viu uma simples inocência de dezessete anos. Seu pensamento cristalino e virginal, nunca embaciado pela experiência, ignorava até as primeiras cismas de donzela. Não tinha ideia do mal; não conhecia as vicissitudes do coração. Jardim fechado, como a esposa do Cântico, viu subitamente rasgar-se-lhe uma porta, e esses dez minutos foram a sua puberdade moral. A criança acabara; principiava a mulher⁹⁶.

Tendo descoberto o antigo envolvimento entre a madrasta e o amigo da família, Iaiá rompe a própria ingenuidade, num efeito narrativo potente para levar a cabo o desfecho da história. Embora a maturidade da jovem menina tenha sido enfatizada várias vezes antes desse impulso, aparentemente natural. Jorge, ao pensar em Iaiá, em outros momentos, pondera que: “as mulheres têm às vezes caprichos; e demais há naquela uns restos de criança, que a faz ainda mais caprichosa”⁹⁷; que “havia nesta uns vestígios de criança, que o tempo devia apagar”⁹⁸; e, por fim, que “naquela idade um pretendente é uma espécie de boneca, dizia Jorge atando a gravata; o que é preciso, a todo transe, é fazer da boneca um esposo”⁹⁹.

⁹⁶ Op. Cit. ASSIS, p. 54.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 61.

⁹⁸ *Ibidem*, p. 62.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 62.

Assim, o rompante de Iaiá, mulher, aparece como um momento previsto e esperado. A desconfiança com a madrasta a deixa perversa e ela decide se aproximar de Jorge, desejando provocar Estela. Não calcula, porém, que pudesse realmente se apaixonar por ele. E o que vemos é, como antecipara o autor, Iaiá trocando as bonecas por Jorge.

Como mandava o regulamento, à época, Jorge pede a mão de Iaiá para Luís Garcia que, enfermo, vem a falecer, deixando Estela viúva. Interessante ressaltar que o pai da menina não chega a ver a união da filha com o amigo da família. O que produz um efeito instigante: um casamento dá lugar a outro. De modo que o autor começa o décimo sexto capítulo, enfatizando que: “A morte de Luís Garcia foi uma complicação mais. Passados os primeiros dois meses, Jorge pensou em realizar o casamento, sem aparato, como um simples ato de interesse doméstico, aliás necessário pela situação em que se achavam as duas senhoras”¹⁰⁰.

Não deve ser delegado ao acaso a construção desse movimento por parte de Machado de Assis. Sobretudo se levarmos em conta o contexto social e político em que o romance se achava, naquele ano de 1878. Como sugerido anteriormente, o casamento civil levado ao debate político demonstrava os aspectos da transformação social. No que Alessandra El Far chama de “processo de reconfiguração da dinâmica social, afetiva e familiar, em particular, no espaço urbano da corte imperial”¹⁰¹.

Sendo assim, ao não maldizer o casamento de Estela e Luís Garcia, Machado parece trabalhar não com dois projetos antagônicos de matrimônio, mas sim subsequentes. O orgulho de Estela dá lugar ao amor de Iaiá; e a austeridade de Luís Garcia se transforma no cuidado vaidoso de Jorge. O que vale destacar é a passagem em que a menina, ao confrontar a madrasta sobre os antigos sentimentos pelo homem de sua afeição, revela o medo de se casar com um homem que já fora perdidamente apaixonado por outra mulher.

— Não sei! murmurou Iaiá. O que a senhora me disse é grave; não há sentimentos eternos. Parece que depois de tamanha paixão, qualquer outro afeto não terá longa vida.

— Por que não? Não hás de querer agora uma paixão, que o leve à guerra; seria um desastre. Mas está nas tuas mãos fazer que ele te ame, sempre e muito.

Se Estela convertera sua personalidade orgulhosa em uma união conjugal sólida e moderada, Iaiá devia converter sua paixão em cuidado, ainda ameno e sem o fervor da Guerra. Iaiá, ao domar seus impulsos de criança, estaria apta a se unir, pelo afeto, com um homem de

¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 95.

¹⁰¹ Op. Cit. EL FAR, p. 19.

classe social distinta. Mas era importante a ela que assegurasse o casamento sólido, antes de se casar com Jorge. Mudavam as leis, mas não mudavam os homens.

Dessa maneira, é significativo voltar ao argumento de Machado de Assis na crítica ao romance de Eça de Queiroz. Uma vez que, por meio da polêmica de recepção d’*O primo Basílio*, pode-se apreender o que o literato brasileiro encarava como fator de realidade importante na criação das personagens e de seus desfechos. Sidney Chalhoub comenta a participação de Machado de Assis na polêmica e avalia que, ao evidenciar a política cotidiana dos dependentes, o literato tencionava, por meio da ficção, denunciar os efeitos da lógica senhorial. De modo que, o realismo das “puerilidades” e “obscenidades”, de Eça de Queiroz, não pudera contemplar o que se traduzia como verdadeira realidade material, para Machado de Assis.

Ou seja, a literatura busca a realidade, interpreta e enuncia verdades sobre a sociedade, sem que para isso deva ser a transparência ou o espelho da “matéria” social que representa e sobre a qual interfere. A Machado de Assis, como John Gledson já sugeriu, interessava desvendar o sentido do processo histórico referido, buscar as suas causas mais profundas, não necessariamente evidentes na observação da superfície dos acontecimentos. A representação literária desses sentidos mais cruciais da história exigia uma narrativa mais sinuosa, cheia de mediações e nuances; na experiência do leitor, assim como na do dependente, a verdade não se lhe apresentava tal qual, o sentido dos acontecimentos não era evidente — distanciamento crítico e observação perseverante tornavam-se requisitos básicos¹⁰².

É importante ressaltar que Machado de Assis não criou em Estela o espectro de uma mulher fragilizada ou resignada. Pelo contrário, buscou reunir na personagem características que não só a fizessem protagonista do romance, mas também a colocassem em posição de admiração. Daniele Megid destaca, ademais, a estratégia de Machado em denunciar o silenciamento de mulheres, analisando um episódio de *Iaiá Garcia*. Segundo Megid, colocando Estela em silêncio ao ser confrontada por Jorge, ainda no terceiro capítulo, Machado de Assis reconfigurava esse silenciamento. De modo que, reagindo calada às lamúrias do homem apaixonado e entregue, Estela ficava ainda mais potente¹⁰³.

Esse caráter de denúncia ao silenciamento de mulheres não se resume, em se tratando de Machado de Assis, a uma questão a ser avaliada pelos estudos de gênero. Mas também se traduz como sinal importante dessa ação cotidiana dos dependentes. Estela, além de alvo das paixões de Jorge, era, ainda, filha do funcionário da família do desembargador. De modo que, em uma mesma passagem, Machado tenha costurado duas grandes tensões do paternalismo brasileiro: o conflito de gênero no seio do patriarcalismo e a lógica senhorial.

¹⁰² Op. Cit. CHALHOUB, p. 55.

¹⁰³ Op. Cit. MEGID, p. 14.

Sobre essa mesma construção da narrativa de Machado de Assis, Daniela Magalhães da Silveira, em *Contos de Machado de Assis: leituras e leitores do Jornal das Famílias*, explora uma variável importante na literatura do autor. Analisando características específicas da produção de Machado no *Jornal das Famílias*, e, sobretudo, da interlocução possível com os leitores desse periódico, Silveira aponta um elemento potente na narrativa do literato. E que nos ajuda a pensar sobre um dos aspectos dessa complexidade de criação dos personagens machadianos.

Isso porque, ao mencionar também representações de mulheres casadas ou prestes a se casar, nos contos publicados no periódico, a autora ressalta que “quando Machado quis passar alguma lição, esta fora muito mais maleável e dúbia”¹⁰⁴. Dessa maneira, dando foco à importância de pensar nessa ambiguidade, Silveira se debruça sobre a construção das personagens femininas de Machado de Assis. No que entende ser um movimento essencial para compreender a relação entre o literato e os leitores dessa imprensa oitocentista. Analisando a movimentação em torno da publicação do conto “Confissões de uma viúva moça”, no *Jornal das Famílias*, em 1865, a autora pondera que, para a literatura ficcional desse período

Boa história era a que ajudava na formação das leitoras. Longe de entretenimento ingênuo, possuía função específica de oferecer lições sobre casamento e fidelidade, além de auxiliar na educação oferecida pelos pais. Ao menos a partir da primeira leitura do conto e do posicionamento de Machado de Assis diante da questão, parece que esse literato concordava com essa ideia. Deveria mesmo escrever histórias com o objetivo de oferecer exemplos às suas leitoras¹⁰⁵.

Desenvolvendo esse argumento, Silveira levanta, no entanto, uma série de outras nuances presentes nessa relação entre o autor e os leitores do periódico. Lugar frutífero para entender as representações criadas por Machado de Assis para (e com) seu público. Essa ambiguidade, providencial na hora de trocar os rumos de um enredo, proporciona, assim, caminhos para entender as discussões feitas pelo literato, em meio ao paternalismo brasileiro (e sobre ele).

Ao remontar problemas de classe, na construção dos casamentos, em sua literatura, Machado nos obriga a pôr fim a uma concepção universalista da mulher (branca e burguesa). Nesse sentido, pensar sobre o casamento sob essa perspectiva, permite uma compreensão mais complexa do que seriam esses projetos de família e matrimônio, postos em questão na figura das personagens femininas. Seja na produção ou na crítica literária. De Estela à Luísa.

¹⁰⁴ SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Contos de Machado de Assis: leituras e leitores do Jornal das Famílias*. (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2005, p. 53.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 22.

2.6. Casamento e maternidade

Essas personagens estiveram envolvidas em outro aspecto importante que orbita as discussões sobre a união conjugal. O casamento como única instituição possível para a sexualidade feminina se explica, como levantado anteriormente, pela necessidade de controle da reprodução da vida. De acordo com Sandra Careli Moreira, “o casamento tornava-se, sob essa perspectiva, o local privilegiado para a reprodução e a produção de herdeiros, passando as mulheres, no interior dos núcleos familiares, a serem encorajadas a iniciar sua prole o mais cedo possível”¹⁰⁶.

Para além da relação indiscutível entre maternidade e matrimônio, é necessário ponderar aquilo que se tem entendido, aqui, como tentativa de ressignificar a estabilidade no casamento. Levando em conta, dessa forma, as possíveis discussões sobre a indissociabilidade desse laço matrimonial. Provenientes do debate favorecido pela pauta liberal do casamento civil. Nesse sentido, o romance de Eça de Queiroz foi oportuno em trazer uma maternidade idealizada por Luísa.

Embora o escritor português não tenha escrito um romance preocupado com as questões importantes ao Brasil, criou em Luísa uma representação comum do instinto materno. Não tendo sido mãe ainda, a protagonista d’*O primo Basílio* revela planos de ter um filho. E é considerando essa possibilidade, em momento anterior a chegada de Basílio a Lisboa, que Luísa oferece instrumentos para pensarmos nesse assunto.

No segundo capítulo do romance, ao refletir sobre o ócio a que estava resignada por motivos do matrimônio, Luísa dá indícios que possibilitam uma análise sobre uma questão de classe e de gênero. Evidenciando aquilo que se espera de uma mulher, burguesa, casada: a entrega total à maternidade. Vista, nesse contexto, como uma alternativa ao ócio. Antes de viajar para o Alentejo, Jorge pondera:

- Se houvesse um pequerrucho, já não ficavas tão só!

Ela [Luísa] suspirou. Também o desejava tanto! Chamar-se-ia Carlos Eduardo. E via-se no seu berço dormindo, ou no colo, nu, agarrando com a mãozinha o dedo do pé, mamando a ponta rosada do seu peito... Um estremecimento dum deleite infinito correu-lhe no corpo. Passou o braço pela cinta de Jorge. Um dia seria, teria um filho decerto! E não compreendia o seu filho homem, nem Jorge velho: via-os ambos do mesmo modo: um sempre amante, novo, forte; o outro sempre dependente do seu peito, da maminha, ou gatinhando e falando, louro e cor-de-rosa. E a vida aparecia-lhe infundável, duma

¹⁰⁶ MOREIRA, Sandra Careli. “A maternidade na segunda metade do século XIX: sua idealização na imprensa escrita e suas possibilidades de concretude social”. In.: *MÉTIS: história & cultura* – v. 2, n. 2, p. 285-306, jul./dez. 2002, p. 287.

doçura igual, atravessada do mesmo enternecimento amoroso, quente, calma e luminosa como a noite que os cobria¹⁰⁷.

A ternura com que Luísa reflete sobre essa maternidade parte, dessa forma, do pressuposto de que a criança não sairia da infância. E essa é uma pista valiosa sobre o modo como Eça de Queiroz pretende evidenciar os sentimentos maternos da protagonista. O momento de incertezas para Luísa, com a partida de Jorge para o Alentejo, se transforma em “enternecimento amoroso” a partir do momento em que ela reflete sobre a maternidade. E, não conseguindo enxergar muito além do que essa sensação provocava naquele momento, Luísa evidencia a capacidade da maternidade em operar tão somente como arranjo doméstico. Mantenedor da estabilidade matrimonial e garantia de momentos domésticos tranquilos e seguros, dentro de uma ordem patriarcal.

Ainda que a proposta tenha partido de Jorge, ele não compartilha das reflexões e fantasias de Luísa. E fica por conta desta a composição do imaginário familiar a que parecia recorrer o jovem casal em momento de planejar o futuro. Assim, os episódios que se seguem, do adultério e seus desdobramentos, aparecem como uma tempestade àquilo que outrora imaginara Luísa.

Ao refletir sobre a aspiração de um filho para manter a estabilidade matrimonial, representação também presente no Brasil oitocentista, Moreira analisa os efeitos dessa visão da parentalidade, quando do adultério masculino. De acordo com a autora,

Entre as provas mais exigentes de renúncia sugeridas na época às mães, encontrava-se a orientação de que mantivesse o casamento mesmo após a descoberta da infidelidade masculina e, dentre as mais simples, estava a sugestão de que abandonassem o cuidado com seus adornos pessoais e com o convívio social, para cuidar unicamente de seus filhos e do futuro deles, pois os cuidados constantes que envolviam a prole não poderiam ser delegados a outras pessoas¹⁰⁸.

Dessa forma, embora a sexualidade feminina esteja materialmente ligada à reprodução e à maternidade, é comum encontrar referências sobre o Brasil do século XIX que tentem dissociar a primeira das segundas. Nesse sentido, operava o casamento como mediador entre searas representadas de maneira tão distinta na figura das mulheres. A sexualidade suja e a maternidade pura e instintiva.

Machado de Assis, no artigo em que encarecia a crítica em torno da recepção d’*O primo Basílio*, constrói uma avaliação interessante dessa relação entre a sexualidade e a maternidade na figura de Luísa. O literato discorre sobre os episódios entre Basílio e a prima, e o tom erótico

¹⁰⁷ Op. Cit. QUEIROZ, p. 50.

¹⁰⁸ Op. Cit. MOREIRA, p. 288.

da obra de Eça de Queiroz, quando argumenta que o autor “não vê ali o sinal da maternidade humana; vê um fenômeno animal, nada mais”¹⁰⁹.

É interessante pontuar, mais uma vez, a construção das personagens de Machado de Assis, em *Iaiá Garcia*. Para que seja possível apreender os significados que o literato dá, em sua própria produção, para essa maternidade humana. E também do que a antecede, naturalmente, enquanto sexualidade feminina. As representações da parentalidade estão mais presentes no romance machadiano do que em *O primo Basílio*. Sobretudo na relação entre Luís Garcia e a filha Iaiá; e Valéria e o filho Jorge.

Os embates passivos entre os dois últimos produzem episódios cruciais para a narrativa. A viúva do desembargador é construída de modo a figurar uma relação de superproteção com o filho, Jorge. Essa disfuncionalidade da relação entre mãe e filho denuncia, em alta medida, as pretensões de uma determinada classe social, que Valéria e Jorge representam. E esse é um assunto para o próximo capítulo.

Já a paternidade de Luís Garcia com a jovem Iaiá aparece potencializada no romance de Machado de Assis em função da viuvez do funcionário público. O estreitamento produzido entre pai e filha, quando da ausência de uma figura materna, cria laços que são destacados ao longo de toda a narrativa. Logo ao apresentar Iaiá, o narrador destaca que, “longos e muitos eram os beijos trocados com o pai. Luís Garcia punha-a no chão, tornava a subi-la aos joelhos, até que consentia finalmente em separar-se dela por alguns instantes”¹¹⁰.

No entanto, vamos nos atentar à relação que oferece pistas para entendermos a construção que Machado de Assis faz da maternidade em diálogo com a sexualidade. Para isso, é preciso pontuar que o envolvimento entre Iaiá Garcia e a madrasta adquire, ao longo da narrativa, aspectos de consanguinidade. Tem-se, dessa maneira, entre as principais protagonistas do romance machadiano, uma relação de maternidade sem mácula. Estela assume a figura materna, sem que tivesse gerado Iaiá. O que ratifica o argumento, trazido anteriormente por Crestani: se *O primo Basílio* tivesse bagunçado a ordem em que descansava Machado de Assis e suas botas, é possível supor que a sexualidade feminina tenha sido o próprio raio e a própria pedra. Porque deslocava os sentidos de realidade mobilizados pelo literato brasileiro. Que, não dando muito espaço para representações do exercício da sexualidade, de maneira

¹⁰⁹ *O Cruzeiro*, 16 de abril de 1878, n. 105, p. 1.

¹¹⁰ Op. Cit. ASSIS, p. 3.

geral, conseguia alfinetar de diferentes maneiras o paternalismo brasileiro. Machado, segundo Chalhoub,

inventou personagens, diálogos e, a partir de *Memórias póstumas*, narradores que pareciam viver e expressar apenas aquilo que era rigorosamente compatível com as expectativas dos leitores/senhores. Ao fazer isso, o bruxo realizou o objetivo, todo seu, de dizer as verdades que bem quis sobre a sociedade brasileira do século XIX¹¹¹.

O que se deve frisar, aqui, portanto, é a composição de uma maternidade construída por meio da afinidade. E como as maneiras de construir essa relação podem produzir elementos importantes à representação maternal. A educação moral, a criação dos laços afetivos e a renúncia marcam o relacionamento entre enteada e madrasta, como se fossem, segundo preceitos à época, de fato mãe e filha. Reforçando o caráter representativo da maternidade como caminho para a conciliação entre matrimônio e sexualidade. E nessa lógica, de acordo com Moreira,

Ao dar à mulher/mãe a tarefa de formar novas gerações de mulheres em boas mães de família e em homens cidadãos conscientes de seus deveres e ordeiros, ao mesmo tempo que lhe negando o exercício da cidadania, estava por fim condicionando tal sexo a somente participar e influenciar socialmente por meio de sua prole. Assim a influência da mulher nos destinos da sociedade far-se-ia pelo ensino e preparo dos filhos¹¹².

É significativo mencionar, portanto, a ligação também estabelecida entre a saúde infantil e a maternidade. O lugar de exercício do instinto natural das mães se aproxima várias vezes do cuidado à primeira infância, como mencionado por Jinzenji. Cuidado não só com a educação, mas também com a alimentação, a higiene e a saúde. Maria Martha Luna Freire, em *Mulheres, mães e médicos*, se dedica a pensar no que implicava essa naturalização de mães medicalizando e cuidando das crianças e do seio familiar, como um todo.

A autora, que mobiliza as primeiras décadas republicanas para entender o discurso maternalista no Brasil, explora como esse discurso fora forjado desde o período oitocentista. E como os republicanos, comumente associados ao projeto liberal debatido em 1878, movimentaram esse debate. Analisando a publicação de periódicos produzidos para o público feminino, Freire pondera que

A saúde e a educação já se haviam somado às preocupações com o espaço urbano, como temas principais do projeto capitaneado pelas elites e pelos intelectuais reformadores em torno da construção da nação brasileira, que caracterizou as primeiras décadas da República. Embora o reconhecimento do seu valor social encontrasse raízes no período imperial, a educação foi alçada pelos reformadores republicanos ao patamar de estratégia fundamental – associada à higiene – na constituição da nacionalidade¹¹³.

¹¹¹ Op. Cit. CHALHOUB, p. 56.

¹¹² Op. Cit. MOREIRA, p. 290.

¹¹³ FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 109.

De acordo com a autora, ao deslocar para as mães o cuidado com a higiene e a saúde, os reformistas teriam se valido das “inovações do comportamento feminino quanto aos padrões vigentes para tornar compreensíveis outros tipos de mudanças em curso – talvez menos sensíveis a intervenções normativas – e buscar controlá-las, reconciliando-as com as tradições”¹¹⁴. Colocando, desse modo, a encargo das mulheres a manutenção de uma ordem higienista.

A epidemia de febre amarela que atingira a população urbana da corte imperial colocava em alerta a imprensa, que se debruçava sobre os mandos e desmandos dos ministros liberais em meio aos infortúnios. E assim estiveram ligados os episódios daquele ano de 1878. O casamento civil, nos caminhos da política institucional, dependera das representações ficcionais e das narrativas verossímeis para dialogar com as demandas da política cotidiana.

Ao se encontrarem, personagens e perfis, nas páginas dos periódicos, dão corpo a um sem-número de pistas que, colocadas a exame da História, fornecem indícios do que seriam, àquela época, esforços para a manutenção patriarcal da ordem. Os curtos limites entre público e privado colocam impasses importantes entre os mais variados sujeitos. Do que ainda dependia a paz doméstica?

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 45.

CAPÍTULO III – Da domesticidade: fronteiras finas e subversão

3.1. Com os verões, a febre

Em meio à movimentação de artigos sobre moços bonitos e bem-criados, mencionados no primeiro capítulo deste trabalho, a *Revista Illustrada* se demonstrava preocupada com o enfrentamento necessário às novas políticas públicas, implantadas pelos liberais. O exercício de criar uma narrativa cômica em torno das implicações da política institucional era a marca das publicações do periódico de Agostini, que tratou de questões caras aos parlamentares e à população, em ano de crise ministerial.

O cronista A. Gil fazia escárnio com a ascensão dos liberais aos ministérios, em 6 de abril de 1878, no mesmo artigo em que comentava a prosperidade do novo jornal, *O Cruzeiro*, analisado também no primeiro capítulo. O tom é o que se repete nas outras crônicas publicadas na *Revista*, algumas sob o mesmo pseudônimo, mencionadas anteriormente. O cronista começa dizendo que:

Se eu fosse deputado da oposição, tinha presentemente assuntos magníficos para um discurso que forçosamente começaria assim: “O país vai pela água abaixo, estamos à borda de um despenhadeiro, e não vemos, Sr. Presidente, naquelas sete cadeiras mão segura que nos possa garantir da voragem que ameaça devorar-nos”¹¹⁵.

Com o humor característico da equipe do caricaturista italiano, A. Gil comentava a querela entre os antigos e novos ministros. Levantando, assim, assuntos da tônica política que movimentavam a ambos, naquele momento. Prosseguia o cronista e avaliava, por sua vez, que, em meados do primeiro semestre de 1878:

Estamos em bem maus lençóis. No norte morre-se à míngua, na Côrte de febre amarela, os vizinhos do sul fecham-nos a porta e os ingleses proíbem que se compre os gêneros brasileiros. [...] A febre amarela foi tão bem acolhida aqui que nunca mais pensou em viajar, e nosso café, não consta que se tenha pronunciado a favor dos russos, nem nunca mostrou-se íntimo de Ignatieff, o primeiro russo cujo nome não acaba em off¹¹⁶.

A. Gil evidencia, portanto, eventos que marcaram os primeiros meses daquele ano. A seca no Ceará, veiculada pelos periódicos desde o final de 1877, ganhara notoriedade no primeiro dia de 1878, com, finalmente, a vinda da chuva, que não fora capaz de sanar todos os problemas deixados pelos meses sem água¹¹⁷. E os ingleses praticavam uma política de

¹¹⁵ *Revista Illustrada*, 6 de abril de 1878, n. 106, p. 2.

¹¹⁶ *Ibidem*.

¹¹⁷ Angelo Agostini publicou, na primeira página da primeira edição do ano de 1878 uma caricatura que mostrava, possivelmente São Pedro, carregando um menino pelo braço, com um guarda-chuva na outra mão. Na roupa da criança: o ano de 1878. O caricaturista afirmava, na legenda do desenho, que: “pelo modo como se apresentou o

austeridade diante da manutenção do regime escravista no Brasil, mesmo depois de longa alteração sobre o fim do tráfico atlântico¹¹⁸.

A febre amarela também já tivera sido um problema de outrora. A primeira epidemia da doença aconteceu nos primeiros meses da década de 1850 e, segundo Sidney Chalhoub, no segundo capítulo de *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*, colocara em alerta as autoridades, a população de civis e os conselhos médicos. Que, preocupados com a quantidade de pessoas doentes, tentavam rastrear as possíveis formas de contágio e alternativas de prevenção da doença que deixara, naquele verão de 1850, mais de 5 mil mortos na cidade do Rio de Janeiro¹¹⁹.

O que cabe desde já apontar é que, de acordo com Chalhoub, depois a primeira epidemia da febre, ao começo daquela década, a doença passara a preocupar os moradores da Corte em cada verão. Segundo o autor, “a febre amarela apareceu regularmente nos verões seguintes, provocando sempre a fuga apressada dos habitantes mais abastados da capital. Petrópolis e outros municípios ‘serra acima’ eram refúgios recomendados pelos médicos”¹²⁰.

Desse modo, a febre amarela não era grande novidade entre os moradores da Corte, naquele janeiro de 1878. Porém, ao colocar em debate as mortes pela doença, A. Gil constrói um elemento narrativo providencial na composição de um discurso enérgico sobre as providências a serem tomadas pelo novo gabinete de ministros. Assim, deve nos chamar a atenção que as mortes por febre amarela tenham preocupado, ainda que sazonalmente, a população civil e as autoridades.

Os desdobramentos da epidemia, no entanto, podem parecer mais preocupantes do que a quantidade de pessoas que de fato convalesceram com a febre amarela. Isso porque, a busca pelas maneiras de contágio (e, conseqüentemente, de prevenção) deram brecha para campanhas

ano bom, não teremos mais a reccar as terríveis secas. Viva, pois, o ano de 1878!”. Ver em: *Revista Illustrada*, 5 de janeiro de 1878, n. 97, p. 1.

¹¹⁸ Ao analisar os processos políticos em torno do fim do tráfico, Carlos Eduardo Moreira de Araújo menciona os embates entre o parlamento brasileiro e a campanha abolicionista inglesa. Segundo Araújo, a Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, teria sido assinada, sobretudo porque “a capitulação vexatória ante o poderio militar britânico não deixou alternativa; o próprio Parlamento difundiu a nota de que tomara a ‘iniciativa’ de aprovar, mais uma vez, o fim do comércio negreiro no país. No fundo, a medida visava construir uma saída honrosa para o Brasil diante de uma situação que se arrastava desde o início do século XIX”. ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. “Fim do tráfico”. In.: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio. *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 235.

¹¹⁹ CHALHOUB, Sidney. “Febre amarela”. In.: _____. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 61.

¹²⁰ *Ibidem*.

de sanitização e higienização, que estiveram imbricadas, desde o início, com as questões sociais e raciais comuns ao Brasil escravocrata do século XIX. De acordo com Chalhoub,

As explicações médicas para o aparecimento e expansão das epidemias de febre amarela na Corte em dois momentos diferentes – na década de 1850, quando a doença apareceu pela primeira vez, e no início dos anos 1870, quando ela retornou após ausência relativamente prolongada durante os anos 1860 – demonstram a contínua interdependência entre pensamento médico e ideologias políticas e raciais. Na verdade, a crise nas relações de trabalho no Brasil da segunda metade do século passado [XIX] foi fator decisivo na elaboração e na transformação das percepções de médicos e autoridades públicas sobre a doença¹²¹.

Todas as nuances do que significava obter, por meio de políticas públicas, o livramento da epidemia na Corte, estiveram expressas na consolidação das Juntas de Higiene, ainda na década de 1850¹²². De modo que o caráter higienista estivesse ligado, como levantou Chalhoub, ao projeto de embranquecimento da população. E era providencial na marginalização da população negra livre, bem como dos grupos sociais menos abastados. Nesse sentido, criou-se novos significados sociais para o controle epidêmico de doenças, sobretudo da febre amarela. E é possível observar como, em 1878, discursos eram produzidos por meio da imprensa periódica, na correnteza dos argumentos construídos em torno dos surtos da febre.

A essa altura, é provável que um questionamento pertinente tenha aparecido ao meu leitor: no que isso importa à polêmica de recepção d’*O primo Basílio* e aos embates literários entre Eça de Queiroz e Machado de Assis? Bom, é preciso pontuar que as publicações sobre o controle da epidemia de febre amarela e a querela entre os literatos não possuem uma relação interdependente. Ou seja, os artigos sobre higiene e sanitização da Corte não aconteceram em função da polêmica, ou vice-versa. O que deve nos mobilizar a pensar é que, embora não possuam relação óbvia, dividiram espaço no jornal. E ajudam a compreender o modo com que as personagens queirozianas e machadianas bailavam por entre os espaços do periódico, aos olhos dos leitores do Oitocentos (e de agora). Sigamos essa linha de raciocínio.

3.2. A higiene e o “reclamo geral”

No dia 11 de abril de 1878, nas páginas d’*O Cruzeiro*, via-se publicar, na Seção Livre, um artigo de nome “Higiene: endogenia da febre amarela”. Assinado por Dr. I. F. dos Reis, o texto foi reproduzido no periódico cinco dias antes do artigo de Machado de Assis sobre a

¹²¹ *Ibidem*, p. 62.

¹²² Chalhoub comenta sobre a alteração entre os membros da Junta de Higiene, criada em 1855. De acordo com o autor, “enquanto infeccionistas e contagionistas permaneciam gritando uns com os outros – a própria Junta Central de Higiene estava dividida no início dos anos 1850 –, os mosquitos continuavam a escolher, segundo critérios próprios, as vítimas de suas refeições sangrentas, e assim confundiam inteiramente as evidências científicas dos contendores”. In.: Op. Cit. CHALHOUB, p. 68.

polêmica obra d’*O primo Basílio*. Como é procedimento dessa seção do jornal, é possível concluir que o artigo tenha sido enviado aos editores por um leitor da folha. Que, preocupado com a epidemia de febre amarela, questionava: “de que mais carecemos para o emprego de severas medidas de restrição como meio de prevenir os povoados do litoral do Brasil contra a funesta importação?”¹²³.

Importação porque, segundo o autor do artigo, “a febre amarela é, sem contestação séria, moléstia importável; é seu berço ou foco de origem o Golfo do México, ou melhor, as grandes Antilhas”¹²⁴. Argumentava, portanto, que era necessário que as autoridades tomassem medida sanitária capaz de prevenir a epidemia da doença. Na tentativa de convencer do próprio argumento e clamar pela atitude dos parlamentares, Dr. I. F. dos Reis encarecia o mérito destes que, segundo ele,

[...] fechando os olhos ao egoísmo de poucos para só atender ao bem-estar e felicidade de todos, além de atender ao reclamo geral pelo saneamento da mais importante das cidades da América do Sul, dará testemunho do seu esforço pelo engrandecimento da nação, cujo depositário é, e cujo futuro depende em grande parte do crédito da salubridade que se robustecer na Europa¹²⁵.

Na mesma página, somente uma seção antes do artigo sobre a endogenia da febre amarela, uma outra publicação chama a atenção. Embora pareça radicalmente distante da discussão sobre a sanitização e o controle da epidemia da inconveniente doença, um artigo publicado na seção de Variedades, merece ser analisado.

É preciso olhar para essas duas publicações, na mesma página de uma mesma edição d’*O Cruzeiro*, de modo a procurar uma leitura corrida do conteúdo do jornal. Que, ao aproximar materialmente assuntos tão diferentes pode nos fazer enxergar um repertório conhecido. Nesse caso, o da aproximação entre os cuidados com a higiene, de responsabilidade majoritariamente feminina e privada, e a sanitização urbana, capitaneada pelo Estado e reguladora do espaço público.

O texto, assinado por “Um admirador e padecente”, e intitulado “A mulher”, aparecia, então, imediatamente antes do artigo de Dr. I. F. dos Reis. Replicando trechos escritos por Conde de Segur, o autor admirador e padecente teria encontrado espaço de publicação no jornal d’*O Cruzeiro* para fazer uma ode às mulheres. O texto começava com a advertência de que “um escritor que naturalmente ama em excesso o belo sexo escreveu num álbum a seguinte apologia

¹²³ *O Cruzeiro*, 11 de abril de 1878, n. 100, p. 4.

¹²⁴ *Ibidem*.

¹²⁵ *Ibidem*.

da mulher”. Assim, dava início à reprodução dos trechos de um livro do tal Conde. Que afirmava que: “os homens fazem as leis; as mulheres fazem os costumes”¹²⁶.

Com uma narrativa que não surpreende em relação ao tratamento dado às mulheres oitocentistas, o texto é repleto de citações que remontam a construção de um lugar social do feminino e da feminilidade. E sustenta o argumento lírico de que “a mulher é o segredo mais sublime da natureza, a página melhor escrita do livro da criação. Cheia de mistério e atrativo, foi formada para o amor e para o pudor”¹²⁷.

Além de corroborar com a premissa de um amor feminino natural e instintivamente pudico, o texto, publicado acima do artigo sobre a febre amarela, parece insistir em outros aspectos dessa interpretação da feminilidade: o de aproximar mulheres e cuidado. Numa lógica que ganha coró mediante o caráter poético de glorificação ao aparente instinto das mulheres em amar. Dessa forma, as citações continuam no sentido de endossar as reponsabilidades da mulher que:

[...] enquanto somos meninos, guia nossos passos, vela nosso sono e evita os perigos que a nossa inexperiência nos expõe. Quando somos homens, introduz-nos no coração os encantos do amor, enxuga nossas lágrimas, recebe os nossos suspiros, anima-nos na desgraça, acompanha-nos no ostracismo, consola-nos no cativoiro, e nos assiste no leito quando enfermos. A mulher, sempre ligada a nós, como a ideia ao pensamento, segue-nos a toda parte, abandona mesmo as suas comodidades, se a necessidade o exige, e até trabalha com admirável resignação para auxiliar-nos ou nos sustentar¹²⁸.

Quando voltamos nossas atenções para essas citações do Conde de Segur, publicadas nas páginas d’*O Cruzeiro*, é possível colocá-las como mais uma peça da construção de um entendimento patriarcal da sociedade. Não configurando como grande novidade, nem para os estudiosos de gênero, nem para o leitor comum, a publicação aparentemente se mistura em meio ao repertório de outras figuras da feminilidade.

No entanto, ao fazermos a leitura completa do periódico, algumas questões podem saltar aos olhos de quem busca entender uma polêmica literária nos jornais oitocentistas. Sobretudo porque, além da implicação óbvia na criação de sentidos para a feminilidade, é preciso considerar essa publicação como providencial na construção de um discurso, logo adiante, pela sanitização da Corte. Que está em pleno curso, quando da publicação do artigo de Machado de Assis sobre as personagens queirozianas. E que deve ser levado em conta na análise da querela que colocava em evidência as personagens femininas de Eça de Queiroz e do próprio

¹²⁶ *Ibidem*.

¹²⁷ *Ibidem*.

¹²⁸ *Ibidem*.

literato brasileiro. De maneira que é possível encontrar na própria fonte outros vestígios que nos levam a esse argumento.

Em fevereiro de 1878, Machado de Assis publicava, ao longo da semana, no jornal *O Cruzeiro*, as peripécias de Iaiá Garcia. Aos domingos, outros cronistas dividiam o espaço, ocupado de segunda a sexta pelas personagens machadianas, e faziam o leitor esperar por mais um dia os desfechos do romance protagonizado por Iaiá e sua madrasta, Estela. Comentando assuntos da tônica política e questões interessantes ao leitor da imprensa periódica, esses cronistas traziam para a primeira página do jornal aspecto semelhante ao das crônicas da *Revista Illustrada*. Separados por opiniões editoriais e público alvo, no entanto, os colaboradores d’*O Cruzeiro* apenas utilizavam de uma narrativa mais cômica nos folhetins aos domingos.

Em uma dessas ocasiões, em 17 de fevereiro de 1878, o jornalista Carlos de Laet¹²⁹, que assinava como Sic, começava ironizando o próprio espaço das crônicas dominicais. E provocava:

O folhetim de hoje vai ser consagrado à rainha da época, à irresistível dominadora das plagas do Guanabara, ao silfo que perene divaga em nosso ambiente e tem assentado o seu trono sob o doce sempre azul do firmamento brasileiro. Este começo parece calculado para despertar a atenção e dissipar o enfado da leitora, que desceu às lojas para conversar com Iaiá Garcia, e não pode reter um muxoxo topando com o cronista dos domingos¹³⁰.

A grande personagem da crônica assinada por Sic parecia, verdadeiramente, capaz de chamar a atenção do público leitor que esperava por *Iaiá Garcia*. O cronista se demorava na descrição da protagonista daquela semana, na Corte, e ressaltava que:

Com a suprema dominadora não podem entrar em competência as formosíssimas, porém débeis flores da estufa fluminense. Despótica e soberba, empalideceram quantos se lhe chegam, e sem rivais ela campeia entre nós há perto de trinta anos subjugando os mais fortes, destruindo os mais audazes, afrontando os poderes públicos, assombrandonos com o seu sorriso incompreensível como a fatalidade, implacável como o rito da pantera. [...] Mais insaciável do que o Minotauro, devora dez a vinte homens por dia... Sua fama – ai de nós! – já corre o mundo, e o seu nome é – febre amarela!¹³¹

Em seguida, Sic se demorava comentando sobre como lidava o poder público com a doença, na “pestífera capital”¹³². E é sob esse aspecto que devemos nos debruçar para entender

¹²⁹ O jornalista Carlos Maximiliano Pimenta de Laet “exerceu na imprensa uma atividade incessante (três mil artigos), de que ficaram famosas polêmicas com escritores portugueses e brasileiros, ora acerca de assuntos de filologia, ora de religião, ardoroso católico que era, ora de história e política, de literatura e costumes. Sua vasta produção nos periódicos daria para muitos volumes, restando esparsa a maior parte.” COUTINHO, Afrânio; SOUSA, J. Galante de. *Enciclopédia de literatura brasileira – Volume II*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2001.

¹³⁰ *O Cruzeiro*, 17 de fevereiro de 1878, n. 48.

¹³¹ *Ibidem*.

¹³² *Ibidem*.

a coexistência entre os artigos e crônicas sobre a febre amarela e as discussões suscitadas com a publicação do romance de Eça de Queiroz. Sobre tudo se analisadas por meio de uma perspectiva de gênero.

O cronista começa avaliando que as autoridades teriam negligenciado, por cerca de trinta anos, a devastação causada pela febre. Acusava, dessa forma, “os poderes públicos [que] pecam como Pilatos deixando assassinar o inocente”¹³³. Essa acusação assume caráter de denúncia, quando Sic investe em dizer que o aumento do número de cortiços era um reflexo desse descaso¹³⁴. O cronista ironizava:

Sabeis que há uma classe de homens denominados mendigos, pela – gente séria – para vós e para mim chamam-se – os pobres. Não têm, é verdade, onde cair mortos, mas pela lei do Evangelho são os legítimos donos do que nos sobra nos bolsos, depois que nos levantamos da mesa fartos e contentes. Pois bem! O Estado constrói atualmente uma casa para esses infelizes. É um edifício terrivelmente delator no seu plano arquitetônico! Denuncia mau gosto e crueldade. É um pedaço de palácio com dois cortiços laterais – rosto de águia com asas de morcego! [...] Bem é assim... Fazem com eles o que eu em pequeno fazia com as lagartas, enclausurando-as em bocetas furadas para ver os míseros animalejos transformarem-se em borboletas. As lagartas-mendigos também terão o seu dia de livramento: criarão asas de azul e voarão para a eternidade!¹³⁵

De acordo com Sidney Chalhoub, a frequente ligação entre os cortiços e as campanhas de higienização da Corte fazia parte de um argumento sanitarista e, sobretudo, político e racial. Isso porque “as classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio.”¹³⁶

Nesse sentido, a gentrificação aparece no repertório pela higienização e sanitização da cidade do Rio de Janeiro. De modo que estivesse colocada em discussão a reorganização da vida pública e privada, por meio do acesso à cidade e da justiça social¹³⁷. Assuntos

¹³³ *Ibidem*.

¹³⁴ Ao analisar o episódio da demolição do cortiço conhecido como Cabeça de Porco, na capital fluminense, Lilian Fessler Vaz delimita a concepção do termo. De acordo com a autora: “o uso do termo cortiço para habitação coletiva provém, provavelmente, da associação que se fazia entre as estalagens e as colmeias: formadas por minúsculos casulos que abrigavam as abelhas-operárias, que passavam o dia trabalhando em meio a intenso zumbido.” VAZ, Lilian Fessler. “Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamento – a modernização da moradia no Rio de Janeiro”. In.: *Análise Social*, vol. xxix (127), 1994, p. 583.

¹³⁵ *O Cruzeiro*, 17 de fevereiro de 1878, n. 48.

¹³⁶ Op. Cit. CHALHOUB, p. 29.

¹³⁷ Lilian Fessler Vaz argumenta ainda que: “As novas posturas municipais incentivaram a proliferação dos tipos intermediários entre as habitações coletivas e as vilas higiênicas; referimo-nos às avenidas, que podem ser consideradas como estalagens higienizadas. Muitas surgiram da modernização de antigos cortiços que eram reformados ou tiveram suas instalações sanitárias ampliadas ou melhoradas, como no caso do romance de Aloísio de Azevedo, em que, depois de uma reforma, a Estalagem de São Romão se tornou a Avenida São Romão. As novas habitações coletivas — as avenidas — se difundiram nas novas áreas de expansão. Mas a higiene e o moderno tinham seu preço: os moradores de cortiços não podiam pagar os novos e altos aluguéis, inclusive o das casas subsidiadas. Excluíam-se dos benefícios da modernização os seus destinatários específicos. Iniciava-se o processo de melhoramento das moradias com substituição dos seus moradores”. In.: Op. Cit. VAZ, p. 585.

especialmente importantes à década de 1870, num momento em que era necessário reorganizar a vida urbana, mediante o aumento do número de imigrantes. Segundo Chalhoub,

No decorrer da década de 1870, a febre amarela tornou-se a questão de saúde pública no Brasil. Tal flagelo havia se constituído num dos principais obstáculos à realização do projeto político que estava gradativamente se impondo aos corações e mentes dos fazendeiros brasileiros: a ideia era enfrentar as incertezas do processo de emancipação dos escravos inundando o mercado de trabalho com imigrantes europeus¹³⁸.

Portanto, é significativo pontuar os discursos efervescentes ao período para entender de que maneira uma polêmica literária se insere em meio, por exemplo, às campanhas pelo fim dos cortiços e pela higienização da Corte. É possível observar o modo como as personagens de *Eça de Queiroz* entraram no jogo de narrativas e discursos que se mobilizavam em reorganizar a cidade do Rio de Janeiro. Como o debate sobre o episódio doméstico entre Luísa, Juliana, Basílio e Jorge nos ajuda a entender esses projetos políticos?

3.3. Público e privado

É interessante começar dizendo que os conflitos entre homens e mulheres, existentes n’*O primo Basílio*, também pautavam a organização familiar e direcionavam as políticas institucionais no Brasil patriarcal. Por pertencerem ao cotidiano das pessoas, esses conflitos apareciam na imprensa e exerciam forte influência na produção e no consumo de cultura no século XIX e no início do XX.

A própria organização dessa imprensa periódica, na construção de perfis de leitoras e leitores, deve ser levada em consideração no momento de cruzar esses dois tipos de fontes: a literatura e a imprensa. Sobretudo porque tratamos, aqui, da polêmica de um romance português, nos jornais brasileiros. Assim, é preciso operar com essas ferramentas para entender de que maneira o consumo de literatura podia ser rediscutido nos periódicos, de maneira, não necessariamente planejada, mas ao menos providencial, para os debates importantes ao contexto e ao recorte.

Por isso, é preciso entender de que modo as discussões sobre a sanitização, a epidemia de febre amarela e o fim dos cortiços podiam se conectar com o debate que nos cabe enquanto

¹³⁸ Ainda de acordo com Chalhoub: “Apesar de o apogeu da imigração europeia para o país só ter ocorrido duas décadas mais tarde, já por ocasião da aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871 – sinal inequívoco de que a escravidão um dia chegaria ao fim, até mesmo no Brasil –, os fazendeiros paulistas discutiam um plano para subsidiar a vinda de imigrantes, e logo baratear o custo da mão-de-obra”. In.: Op. Cit. CHALHOUB, p. 89.

objeto de pesquisa. Lericice Garzoni, ao analisar a participação feminina nos jornais das primeiras décadas republicanas, aponta, por exemplo, que:

ainda que bastante distintas, tanto as seções femininas nos moldes tradicionais, quanto a presença de enquetes e de colaboradoras em lugar de destaque, expunham os limites e os fracassos de uma orientação normativa e generificada das concepções de público e privado¹³⁹.

Que a construção da feminilidade e da masculinidade ajuda na consolidação de lugares sociais diferentes, pensados de maneira generificada, não é novidade. No entanto, ao levar em consideração as concepções de público e privado, como levantado por Garzoni, podemos então compreender aspectos importantes da história do trabalho, da saúde e do acesso à cidade. Uma vez que essas concepções assumem importante função na criação de espaços de poder.

Nesse sentido, ao considerar a leitura da imprensa periódica como crucial para esse repertório, podemos entender a disputa narrativa que organizava, de algum modo, a vida de mulheres oitocentistas. De acordo com Daniela Magalhães da Silveira,

A imprensa guardava, assim, papel fundamental na disseminação de ideias formuladas em teses médicas, no parlamento e em vários outros lugares de discussão. Guias de orientação deveriam passar a fazer parte da leitura diária das mães, para que elas soubessem mostrar aos seus filhos e, em especial, às filhas, o melhor caminho a ser seguido¹⁴⁰.

Numa leitura cautelosa da publicação de literatura nessa imprensa periódica, Silveira argumenta que é possível encontrar, ainda, sinais de que “não havia distinção muito grande entre o que pertencia aos conselhos domésticos e o que se relacionava a ensinamentos de cuidados e prevenção de doenças”¹⁴¹.

Crônicas ou romances, os textos publicados nos folhetins eram lidos de maneira conjunta aos artigos como os da seção de “Ensino Público”, n’*O Cruzeiro*, sobre as conferências pedagógicas e a preocupação com a educação formal e informal¹⁴². E também aos enviados pelos leitores, na Seção Livre, preocupados com a endogenia da febre amarela. Juntos,

¹³⁹ GARZONI, Lericice de Castro. *Arena de combate: gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX)*. 2012. Dissertação (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

¹⁴⁰ Op. Cit. SILVEIRA, p. 38.

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 9.

¹⁴² No dia 9 de janeiro de 1878, uma seção, intitulada “Ensino Público”, começa a ser publicada no recém-inaugurado jornal *O Cruzeiro* e dura, ao menos sete edições. Com o intuito de comentar as conferências pedagógicas sobre o ensino popular, a seção cumpria a função de uma espécie de ata das conferências e as correspondências de leitores, que comentavam os assuntos mencionados no relatório dessas reuniões. O que significava mencionar questões como a necessidade da instrução popular e primária, a importância dos cargos de professorado e a diferença entre educação formal e informal (administrada por mulheres). Ver mais em: *O Cruzeiro*, 09 de janeiro de 1878, n. 9, p. 2; 10 de janeiro de 1878, n. 10, p. 2; 16 de janeiro de 1878, n. 16, p. 4; 4 de fevereiro de 1878, n. 35, p.3; 18 de fevereiro de 1878, n. 49, p. 4; 26 de fevereiro de 1878, n. 57, p. 3; e, sob o nome de “Instrução popular”, na edição de 22 de abril de 1878, n. 111, p. 2.

provocam uma mistura importante ao entendimento dos conflitos de gênero em que estiveram envolvidas as personagens de *Eça de Queiroz* nos periódicos brasileiros.

O que se pode observar é que essa sociedade patriarcal do Brasil do Oitocentos é orientada, sobretudo, por noções de feminilidade e masculinidade. De modo que a construção dos lugares sociais, de que resulta essa organização binária de poder, norteia os arranjos domésticos e sociais. Sendo assim, as concepções de público e privado são construídas conforme os lugares distintos de atuação de poder feminino e masculino. A economia familiar patriarcal era concentrada nas mãos dos homens, e a administração do lar, bem como a educação e saúde dos sujeitos que compõe a família, eram protagonizadas por mulheres.

3.4. Domesticidade: trabalho doméstico, ócio burguês

Na virada do século, de acordo com Olívia Maria Gomes da Cunha, havia uma “associação quase natural entre feminilidade, família e domesticidade”¹⁴³. O que ajuda a compreender o lugar encontrado para a polêmica literária em meio às discussões sobre a higienização, as habitações populares e a prevenção de epidemias. Se mulheres eram associadas ao cuidado à família, eram também associadas à educação e higiene nos espaços privados. Fundamentais para o discurso pelo fim dos cortiços e da sanitização. Logo, rediscutir personagens femininas na literatura realista significava levantar, por meio da ficção, um debate importante para a realidade social.

Falar em domesticidade, portanto, parte de um compromisso em desvendar a mobilidade de sujeitos por entre essas fronteiras materiais, entre público e privado. Para entender porque a lógica patriarcal depende da criação de um sentido específico de domesticidade. Compreendido especialmente se consideramos a construção de lugares sociais e as consequentes maneiras de subverter a ordem e agenciar atuações de poder. O que é possível entender se levamos em conta que:

A domesticidade, no que diz respeito tanto a sua redefinição como espaço social naturalmente feminino — território da reprodução dos corpos e das famílias —, quanto às relações de trabalho e hierarquia de classe e cor que abrigaria, não só foi objeto da reflexão e da crítica de um discurso emancipacionista do final do século XIX, como matéria de interesse, contendas políticas e querelas públicas não limitadas à fronteira do lar¹⁴⁴.

¹⁴³ CUNHA, Olívia Maria Gomes da Cunha. “Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição”. In: _____; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 380.

¹⁴⁴ Op. Cit. CUNHA, p. 381.

Seja o trabalho doméstico ou o ócio burguês, ambos pertencem ao espaço privado, que delimita e dimensiona a domesticidade. E que, em se tratando de mulheres (trabalhadoras domésticas ou burguesas ociosas), deve ser definido no contraste com o setor público do poder masculino. Garzoni, ao examinar as publicações no *Correio da Manhã* sobre o novo regulamento sanitário¹⁴⁵, na primeira década do século XX, oferece instrumentos para entender como o entendimento sobre a domesticidade recaía sobre as mulheres.

As inspeções realizadas com o novo regulamento apareceram no jornal com a alegação de prejuízos de ordem moral. A exposição dos corpos mediante a nova legislação, sobretudo corpos femininos, parecia incomodar a imprensa periódica. De acordo com Garzoni, teria afirmado um dos correspondentes do *Correio da Manhã*, que “por esta monstruosa legislação fica a Mulher Brasileira reduzida a uma posição inferior à da meretriz”¹⁴⁶. Num contraste conhecido entre meretrizes e senhoras do lar. Umas, conhecidas por ocupar os espaços públicos, e as outras, por suas responsabilidades com a família (sejam elas o trabalho doméstico, *per si*, ou a administração de pessoas, pagas ou compradas – como as mucamas –, para realizar essas tarefas).

Nesse sentido, a aproximação entre a própria instituição do casamento civil, trabalhada no capítulo anterior, poderia aparecer aproximada da busca de uma domesticidade capaz de colaborar na sanitização da Corte. No começo de 1879, algum tempo depois de terminado o primeiro ano do novo gabinete de ministros liberais, uma publicação da *Revista Illustrada* chama a atenção.

Ainda que tenha sido publicada no ano seguinte, a crônica, assinada por A. Gil, não se distancia do protocolo assumido pela imprensa periódica no debate sobre as alterações políticas entre os ministros do Partido Liberal e do Conservador, desde janeiro de 1878. Em 22 de fevereiro, o nome de Ganganelli – pseudônimo de Saldanha Marinho, deputado liberal que publicou artigos em manifesto pela secularização do matrimônio, analisados anteriormente – aparecia no periódico publicado por Ângelo Agostini. O cronista começava dizendo que:

O Sr. Saldanha Marinho lembrou-se dos seus tempos de Ganganelli e aumentou a Igreja e o Estado de mais um artigo sobre o casamento civil e outras muitas cousas, de que o partido liberal tanto falou na oposição. O Sr. Leoncio porém tomou uns ares paternais, e num discurso pretencioso e chato como um artigo do *Cruzeiro*, respondeu como o velho a Mariquinhas: – É muito cedo, minha filha, para te casares civilmente. Porque não sabe se o país deseja ou não o casamento civil, e citou o artigo 5º da Constituição, o tal do *conjungo* da igreja com o estado. Em primeiro lugar, eu observarei ao Sr.

¹⁴⁵ Decreto 5156 de 08 de março de 1904. (Referência retirada do texto. Apud GARZONI, Lericce de Castro. Op cit. p. 87.)

¹⁴⁶ Ibidem, p. 142.

Leoncio que não é costume do governo, quando quer fazer votar algum imposto, perguntar ao país se ele quer ou não dar mais *pourboire* ao seu paternal governo. Em segundo, se S. Ex. pretende convocar um congresso de solteiros para saber se cada um deseja ou não casar-se civilmente, então eu respondo logo:

- Nem civil, nem incivilmente.

A menos que me tirem por justiça. Mas é engraçado; quando na oposição os nossos homens sabem tudo que o país deseja; no poder, são de uma ignorância!¹⁴⁷

Rememorando as discussões, protagonizadas pelo ministério dos liberais, sobre a secularização do matrimônio, A. Gil evidencia um debate aparentemente interminável sobre a questão. E destaca as incoerências do gabinete de ministros, já não tão novo ao começo do ano de 1879. O que chama a atenção, no entanto, é o que se segue depois do comentário feito pelo cronista sobre as discussões a respeito do casamento civil.

Como no verão de 1878, as epidemias tropicais voltavam a aparecer como problema a ser enfrentado pelas autoridades públicas. E o colaborador da *Revista Illustrada* decide, então, comentar a reunião realizada para criação de um congresso higiênico, ao começo daquele ano. De acordo com A. Gil:

Reuniu-se esta semana na secretaria do império o congresso higiênico convocado pelo Sr. Ministro do império e por ele presidido. S. Ex., em bem da saúde pública, não esqueceu nem classes nem indivíduos. Tudo foi convocado: juntas sanitárias, lentes das escolas de marinha, politécnica e militar, negociantes de grosso e fino trato, empresa Gary, quatro açougueiros, médicos da Santa Casa, Instituto Histórico, dois deputados, vereadores, etc., etc... E até a junta de higiene! A secretaria ficou que era uma arca de Noé, sem o belo sexo para alegrar a festa¹⁴⁸.

Embora a leitura completa do periódico permita falar no caráter cômico e sarcástico das publicações da *Revista Illustrada*, mencionado várias outras vezes ao longo deste trabalho, não é possível dizer se a menção por A. Gil ao “belo sexo”, nesse caso, seja uma ironia. Ao dizer que o Sr. Ministro do império não teria se esquecido nem de classes nem de indivíduos, o cronista pode ter deixado uma brecha para dizer que mulheres teriam sido esquecidas pelos ministros liberais, na composição de um congresso higiênico. No entanto, é preciso cautela para não induzir uma motivação que não parece explícita. O que se segue na crônica, porém, nos leva a outras questões.

A. Gil continua comentando com relativo desdém a organização dos parlamentares que completavam um ano fora do posto de oposição. Segundo o cronista:

Falou-se, discutiu-se, S. Ex. tomou da palavra e fez um discurso tão profundo que, ao sentar-se, eu pensei que era a gramática a inimiga fidalga da higiene, tanto S. Ex. maltratou a pobrezinha! Mas não é a gramática, não. Nem mesmo se sabe o que é que

¹⁴⁷ *Revista Illustrada*, 22 de fevereiro de 1879, n. 151.

¹⁴⁸ *Ibidem*.

infesta a nossa capital, porque afinal de contas, S. Ex. levantou a sessão sem resolver coisa alguma... Ah! Sim, S. Ex. resolveu alguma coisa... Convocar outra sessão em que os congressistas hão de ir mais cedo para conversarem, falarem, gritarem e depois uma terceira e assim por diante até que S. Ex. resolva que é tão cedo para higienizar a cidade como para o casamento civil.

Destacando as duas medidas a serem discutidas pelos ministros no começo de 1879, A. Gil nos dá mais indícios do modo como as discussões sobre o casamento civil aconteceram em momento oportuno da organização por uma comissão higiênica. O que faz aparecer, mais uma vez, a não tão desinteressada ligação entre a organização patriarcal familiar e a administração do espaço público. De acordo com Maria Martha Luna Freire, “o aspecto da complementaridade dos papéis feminino e masculino – realizada através do casamento – constituiu outro tema recorrente nas revistas”. Isso porque:

Os articulistas se apoiavam no ideário das esferas separadas, segundo o qual ao homem se destinaria a esfera pública – trabalho profissional, gestão da cidade, administração das relações – e à mulher, a esfera privada – trabalho doméstico, administração do lar, cuidados com os corpos e as emoções. Assim, se o papel do homem como provedor da família era agir e dirigir, a missão da mulher consistia em apoiar, cooperar, aplaudir e devotar-se a ele e aos filhos, acionando habilidades “naturalmente” femininas, como a tolerância, a dedicação e o sacrifício¹⁴⁹.

Portanto, é significativo lembrar que o enredo d’*O primo Basílio* tivesse contado com a narrativa do adultério de Luísa com o primo, em que a reviravolta na história tenha sido centrada na relação entre Luísa e Juliana. A patroa ociosa e a criada, responsável pelo trabalho doméstico. O que deve nos fazer pensar sobre a inserção da polêmica em espaço privilegiado do jornal. Ainda que outras discussões, essencialmente diferentes, estivessem mobilizando os leitores da imprensa periódica.

Como mencionado no primeiro capítulo, não é difícil imaginar por que a literatura ganhara espaço considerável em meio aos debates políticos sobre a crise ministerial e as deliberações dos ministros sobre a epidemia de febre amarela, por exemplo. Literatura vendia mais que política. E é por isso que devemos nos concentrar em pensar sobre como a polêmica se valerá de discursos importantes à tônica política.

Só assim é possível entender como a ficção e a realidade constroem ambiente propício para a formulação de argumentos preocupados com os caminhos do Estado. E como a domesticidade, importante elemento da discussão política pela manutenção da ordem, pôde ser rediscutida, nos jornais brasileiros, por meio das amenidades de um romance português. Se

¹⁴⁹ Op. Cit. FREIRE, p. 44.

voltarmos nossas atenções para o romance, podemos apreender os sentidos e significados da presença das personagens femininas de Eça de Queiroz nas páginas da imprensa periódica.

3.5. “São humores, Sra. Juliana. O que vosmecê tem, são humores”

Juliana Couceiro Tavira tinha longa história com o jovem casal, Jorge e Luísa, para quem trabalhava. Era a criada da casa. Mas antes disso, teria trabalhado para a tia de Jorge, Virgínia, até seu leito de morte. Sempre prestativa à rica senhora, esperava conseguir parte da herança. Porém, “a velha enfim morreu. Nem a mencionava no testamento”¹⁵⁰. Por gratidão aos cuidados com a tia, o sobrinho da patroa de Juliana a teria colocado criada em sua própria casa. Contrariando as vontades de Luísa, que “quis despedi-la ao fim de duas semanas. Jorge não consentiu, estava em dívida com ela, dizia”¹⁵¹. E assim começavam as tensões entre Luísa e a criada, que:

Servia, havia vinte anos. Como ela dizia, mudava de anos, mas não mudava de sorte. Vinte anos a dormir em cacifros, a levantar-se de madrugada, a comer os restos, a vestir trapos velhos, a sofrer os repêlões das crianças e as más palavras das senhoras, a fazer despejos, a ir para o hospital quando vinha a doença, a esfalfar-se quando voltava a saúde! Era demais! Tinha agora dias em que só de ver o balde das águas sujas e o ferro de engomar se lhe embrulhava o estômago. Nunca se acostumara a servir¹⁵².

A constante presença de Luísa em casa, ociosa, faziam com que a convivência entre as duas fosse ainda mais difícil. E, embora Luísa assumisse as funções de dona da casa, era Jorge quem tomava as decisões a respeito da criadagem. O homem escolhe os criados, porque é quem os paga. Ainda que a mulher seja a pessoa da convivência e administre as obrigações deles no ambiente doméstico¹⁵³. E Luísa,

[...] não podia disfarçar a sua antipatia; – e Juliana começou a detestá-la; pôs-lhe logo um nome: a “Piorrinha”! Depois, daí a semanas, viu vir os estofadores; renovava-se a mobília da sala! A tia Virgínia deixara três contos de réis a Jorge – e ela, ela que durante um ano fora a enfermeira, humilde como um cão e fixa como uma sombra, aturando o

¹⁵⁰ Op. Cit. QUEIROZ, p. 74.

¹⁵¹ *Ibidem*.

¹⁵² *Ibidem*, p. 68.

¹⁵³ Mariana Muaze, em seus estudos sobre o Brasil do Oitocentos, analisa a literatura epistolar de uma família e suas mulheres, ao longo do século XIX, e tece comentários a respeito da administração feminina do ambiente doméstico nesse contexto. Segundo a autora, ao observar as cartas entre Mariana Velho de Avellar e a mãe, D. Leonarda: “É possível perceber em ambas em referências que Mariana exercia um papel de importância no manejo e gerenciamento do mundo doméstico do qual fazia parte. Assumindo plenamente a condição de mulher oitocentista, administrava uma dada quantia em dinheiro para encomendas e comprava artigos necessários ao cotidiano familiar. Contudo, o agenciamento do mundo da riqueza e a responsabilidade pela preservação do patrimônio cabiam ao marido, a quem suas decisões estavam subordinadas.”. In.: MUAZE, Mariana. “O governo da casa”. In.: _____. *As memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008, p. 95.

monstrengo, tinha em paga ido para o hospital, com uma febre, das noitadas, das canseiras! Julgava-se vagamente roubada. Começou a odiar a casa¹⁵⁴.

Descrita pelo olhar de Juliana, Luísa assume um caráter um tanto menos complacente do que o construído em relação a outras personagens, como Basílio, Jorge e Leopoldina. Juliana, em suas intervenções, ajuda a compor a imagem de uma Luísa que abusa dos poderes de patroa, que é indiferente ao sofrimento da criada e que, a despeito de passar a maior parte do tempo em casa, é alheia ao trabalho doméstico.

Bem como nas personagens de Leopoldina, Dona Felicidade e Luísa, a sexualidade de Juliana e Joana, a outra criada da casa, também são elementos importantes da construção da feminilidade, por parte de Eça de Queiroz. Vista como ato pecaminoso em Dona Felicidade e como marca de desonra em Leopoldina e Luísa, a sexualidade das duas criadas se faz distinta. Sobretudo porque os desejos sexuais das três primeiras acontecem em momentos de desfrute do ócio doméstico. É em momento de ociosidade que Luísa, “depois de jantar, à janela da sala, ficou a reler a carta de Jorge. Pôs-se a recordar de propósito tudo o que a encantava nele, do seu corpo e das suas qualidades”¹⁵⁵.

De modo que a sexualidade de Juliana e Joana não pudessem ser representadas dessa forma. Joana tinha um namorado: Pedro, “um rapazola pálido e afadistado”¹⁵⁶. E a criada de Luísa, “como não podia sair à semana, metia-o em casa, pela porta de trás, quando estava só; estendia então na varanda, para dar sinal, o velho tapete desbotado, onde ainda se percebiam os paus de um veado”¹⁵⁷.

Contava suas peripécias para Juliana, com quem dividia o quarto dos fundos. Joana era a cozinheira da casa. E não é descrita com o mesmo repúdio pelo trabalho que a amiga. Juliana, por sua vez, não entendia a aparente devoção de Joana pelo jovem e pálido Pedro. E é por meio das reflexões que ela faz sobre a colega que o narrador dá início às suas considerações sobre a sexualidade de Juliana, que:

[...] nunca tivera um homem; era virgem. Fora sempre feia, ninguém a tentara; e, por orgulho, por birra, com receio de uma desfeita, não se oferecera, como vira muitas, claramente. O único homem que a olhara com desejo tinha sido um criado de cavaliça, atarracado e imundo, de aspecto facinora; a sua magreza, a sua cuia, o seu ar domingueiro tinham excitado o bruto. Fitava-a com um ar de bitídogue. Causara-lhe horror — mas vaidade. E o primeiro homem por quem ela sentira, um criado bonito e alourado, rira-se dela, pusera-lhe o nome de "Isca Seca". Não contou mais com os homens, por despeito, por desconfiança de si mesma. As rebeliões da natureza,

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 54.

¹⁵⁵ *Ibidem*, p. 111.

¹⁵⁶ *Ibidem*, p. 38.

¹⁵⁷ *Ibidem*.

sufocava-as; eram fogachos, flatos. Passavam. Mas faziam-na mais seca; e a falta daquela grande consolação agravava a miséria da sua vida¹⁵⁸.

Essa passagem contribui no entendimento da importância de construir a sexualidade das personagens femininas. A virgindade de Juliana parece crucial ao argumento de que o trabalho doméstico a tornava menos feminina. O modo insatisfeito com que levava a vida e o ofício é colocado como condição *si ne qua non* para justificar que a criada nunca tenha se envolvido sexualmente com ninguém.

Porém, é a ojeriza que Juliana sente pelo trabalho doméstico que a insere na narrativa enquanto personagem capaz de inverter o enredo e dar desfecho à narrativa. As condições em que vivia na casa de Luísa e Jorge são construídas ao longo do romance. De modo que a inconformidade de Juliana para com suas obrigações de empregada doméstica assume, também, importante função de inserir uma constante tensão entre ela e a patroa. Que culmina nas chantagens de Juliana, ao descobrir o adultério de Luísa. E, de acordo com o narrador, a criada

Tinha para isso muitas razões, dizia: dormia num cubículo abafado; ao jantar não lhe davam vinho, nem sobremesa; o serviço dos engomados era pesado; Jorge e Luísa tomavam banho todos os dias, e era um trabalhão encher, despejar todas as manhãs as largas bacias de folha; achava despropositada aquela mania de se porem a chafurdar todos os dias que Deus deitava ao mundo; tinha servido vinte anos e nunca vira semelhante despropósito! A única vantagem — dizia ela à tia Vitória — era não haver pequenos; tinha horror a crianças! Além disso achava que o bairro era saudável; e como tinha a cozinheira "na mão", não é verdade? Havia aquele regalo dos caldinhos, de algum prato melhor de vez em quando! Por isso ficava; se não, não era ela!¹⁵⁹

A solidão da vida de doméstica é um dos motivos pelos quais Juliana nunca se acostumara a servir. As únicas pessoas com quem conversava eram Joana e sua tia, Vitória — que a incentivara a tratar bem a tia de Jorge, na esperança de uma recompensa. No entanto, Juliana ainda assim se incomodava com a complacência de Joana com o trabalho doméstico e os patrões, bem como com a de Justina — criada de Leopoldina, que, nas raras vezes em que aparece no livro, incentiva Juliana a ver mais alegrias no ofício. Que parecia injusto no equilíbrio entre as condições de vida e a remuneração e reconhecimento por tudo que se havia abdicado.

A domesticidade, como espaço de trabalho mais provável às mulheres, cria certa invisibilidade para o labor feminino, de acordo Anne McClintock. Analisando o culto da domesticidade na Inglaterra Vitoriana, a autora argumenta que, criados lugares sociais para as

¹⁵⁸ *Ibidem*, p. 72.

¹⁵⁹ *Ibidem*, p. 74.

mulheres burguesas restritos ao lar, criam-se, então, “performances de lazer”¹⁶⁰. Que cumprem a função de esconder o trabalho doméstico, majoritariamente feminino, realizado pelas próprias mulheres ou delegados à criadagem.

Ao propor, porém, a desconstrução de “verdades binárias de dominação e resistência, vítima e opressor”, McClintock se propõe a pensar sobre a existência de uma “permanente negociação de poder”¹⁶¹. O que nos leva a olhar com cuidado para a construção de uma personagem que, não gostando do ofício de empregada doméstica, chantageia a patroa obrigando-a a realizar os serviços do lar.

Assim, é possível pensar sobre como o trabalho doméstico é visto com maus olhos não só por Juliana. O ócio das mulheres de classe média alta, exemplificado no romance, sobretudo por meio de Luísa, diz respeito ao modo como a domesticidade é encarada. O trabalho doméstico é escondido dos espaços do lar, com quartos para as criadas no fundo da casa e com as performances de lazer aos domingos.

Até o oitavo capítulo do romance, a casa de Luísa é apresentada na massiva maioria das vezes por meio dos espaços de convivência em que frequentavam os amigos de Jorge e as pessoas de fora de casa. No entanto, com o início das chantagens de Juliana com a patroa, no oitavo capítulo, é possível ver como o trabalho doméstico aparece. E como aparece como castigo para Luísa. De modo que sumiram os domingos ao piano e as visitas dos amigos do casal.

Ao chantagear Luísa, Juliana obriga-a a realizar os afazeres domésticos e Jorge, ao desconfiar da repentina preocupação da esposa com a criada, diz:

Jorge não encontrou Luísa na sala de jantar; foi dar com ela no quarto dos engomados, despenteada, em roupão de manhã, passando roupa, muito aplicada e muito desconsolada. — Tu estás a engomar? — exclamou. Luísa corou um pouco, pousou o ferro. — A Juliana estava adoentada, juntara-se uma carga de roupa... — Dize-me cá, quem é aqui a criada e quem é aqui a senhora? A sua voz era tão áspera, que Luísa fez-se pálida, murmurou: — Que queres tu dizer? — Quero dizer que te venho encontrar a ti a engomar, e que a encontrei a ela lá embaixo muito repimpada na tua cadeira, a ler o jornal! Luísa, atarantada, abaixou-se sobre o cesto da roupa lavada, começou a remexer, a desdobrar, a sacudir com a mão trêmula... — Tu não podes fazer ideia do que aqui vai por fazer — ia dizendo. — É a limpeza, são os engomados, é um serviço. A pobre de Cristo tem estado doente... — Pois se está doente que vá para o hospital! — Não, também não tens razão! Aquela insistência em

¹⁶⁰ MCCLINTOCK, Anne. “Couro imperial – Raça, travestismo e o culto da domesticidade”. In.: *Cadernos Pagu*. Nº 20. pp 7 – 85. Campinas, 2003, p. 55.

¹⁶¹ *Ibidem*, p. 20.

defender a outra, que se repoltreava embaixo na sua *chaise longue*, exasperou-o: — Dize cá, tu dependes dela? Havia de dizer que tens medo dela!¹⁶²

As chantagens de Juliana colocam em evidência o trabalho doméstico, de maneira que o recurso narrativo para colocar esse labor em destaque seja o da vingança, da inconformidade com o exercício dele e do conflito de classes. A verossimilhança das personagens as levava, então, ao palco dos críticos da imprensa brasileira. Preocupados em debater a construção dessas figuras da ficção, os artigos dedicados a comentar a polêmica recepção do romance de Eça de Queiroz pouco falaram sobre Juliana. Tendo se demorado em falar sobre Luísa, os críticos do romance fizeram poucas menções sobre a personagem da criada, mas que merecem nossa atenção.

3.6. Juliana pelos olhos da crítica

Publicando a primeira resenha sobre *O primo Basílio*, analisada no primeiro capítulo deste trabalho, Ramalho Ortigão comenta sobre a construção das personagens do colega e compatriota, Eça de Queiroz. E menciona o que teriam sido as “humilhações impostas por Juliana e sistematicamente calculadas por um espírito de perversidade de que a arte só tem exemplo na *Cansine Bete*”¹⁶³.

No entanto, ao longo do texto, Ortigão não parece simpático ao tratamento de Luísa, “a burguesinha lisbonense”, “horridamente verdadeira na sua frágil frivolidade”, com a criadagem. E, ao final da resenha, avalia que “a criada Juliana é inteiramente completa, é viva, e constitui uma das criações mais perfeitas da literatura portuguesa”¹⁶⁴.

Ao encarecer o caráter turbulento do episódio doméstico em que se envolveram a patroa adúltera e Juliana, o escritor português argumenta que

A paixão, o vício, os tumultos da carne, os ímpetos do temperamento, os cálculos da maldade, as lágrimas da humilhação, os desesperos da dor, os gritos do remorso, os sorrisos do cinismo, nunca encontraram expressão tão viva, tradução tão real¹⁶⁵.

Considerada parte importante dessa movimentação dentro do enredo, Juliana parece ter conquistado a crítica do romance. De modo que Ramalho Ortigão, após longas considerações a respeito do primo *bon-vivant*, termina por dizer que, “com exceção de Juliana, a única pessoa forte do livro, as paixões dos outros, para assim dizer negativas, não são feitas de força como

¹⁶² Op. Cit. QUEIROZ, p. 258.

¹⁶³ *Gazeta de Notícias*, 25 de março de 1878, n. 82, p. 1.

¹⁶⁴ *Ibidem*.

¹⁶⁵ *Ibidem*.

as paixões de Balzac, são feitas de acumulações de fraquezas”¹⁶⁶. Pondera ainda que Juliana “é a expressão sintética de uma classe em anarquia e em dissolução; é a flor da hostilidade e do ódio lentamente produzida pelo desespero”¹⁶⁷.

Interessante pontuar que Machado de Assis tenha feito considerações muito parecidas sobre a construção da personagem da criada de Luísa. De acordo com o literato brasileiro, Juliana não só seria “o caráter mais verdadeiro do livro”¹⁶⁸, como teria tomado para si o protagonismo de Luísa. Uma vez que o desfecho do enredo só acontece quando “intervém, neste ponto, uma criada, Juliana”¹⁶⁹, que, segundo ele,

está enfarada de servir e espreita um meio de enriquecer depressa; logra apoderar-se de quatro cartas; é o triunfo, é a opulência. Um dia, em que a ama lhe ralha com aspereza, Juliana denuncia as armas que possui. Luísa resolve fugir com o primo; prepara um saco de viagem, mete dentro alguns objetos, entre eles um retrato do marido. Ignoro inteiramente a razão fisiológica ou psicológica desta precaução de ternura conjugal: deve haver algum; em todo o caso, não é aparente¹⁷⁰.

Não tendo sido mencionada em outros periódicos que comentaram a polêmica de recepção do romance de Eça de Queiroz, Juliana parece então resumida dessa forma pela crítica brasileira. Nesse sentido, é importante pontuar que ambos os comentários sobre a construção da personagem, o de Machado de Assis e o de Ramalho Ortigão, colaboram na compreensão de um certo interesse em destacar figuras subversivas.

Se para Machado de Assis era fundamental que suas personagens desvendassem a política cotidiana dos dependentes por dentro da lógica paternalista brasileira, como pontua Sidney Chalhoub, fica fácil entender por que Juliana chama sua atenção de maneira positiva. A importância de dar palco, por meio da literatura, para essa subversão assume duplo caráter no caso da criada de Eça de Queiroz.

Colocando em cena o trabalho doméstico, ainda que em lugar de castigo para a mulher burguesa, Eça de Queiroz dá a Juliana um temperamento subversivo que parece cumprir duas significativas tarefas sociais: a de destacar os efeitos da submissão de classe e, sobretudo, a de evidenciar o próprio trabalho doméstico. Criando um movimento que agrada a Machado de Assis.

¹⁶⁶ *Ibidem*.

¹⁶⁷ *Ibidem*.

¹⁶⁸ *O Cruzeiro*, 16 de abril de 1878, n. 105, p. 1.

¹⁶⁹ *Ibidem*.

¹⁷⁰ *Ibidem*.

É possível dizer que Juliana é, para o literato brasileiro, o caráter mais verdadeiro do livro, especialmente porque dá ao realismo a realidade que Machado de Assis acredita ser necessária politicamente. A de descortinar as relações de poder por dentro da estrutura de classes. Algo que, de acordo com Chalhoub, fazia do literato brasileiro

[...] um intérprete incansável do discurso político possível aos dominados em tais situações que, posto que rotineiras, traziam sempre o risco do deslize, da palavra dita em má hora, provocando em contrapartida os atos de agressão e humilhação dos detentores das prerrogativas senhoriais¹⁷¹.

Assim, é possível refletir sobre a construção de personagens por parte de Machado de Assis, mais uma vez, para colocarmos em interlocução o modo como o escritor brasileiro opera com noções de domesticidade, seja na crítica ou em sua própria produção. Por meio desse exercício, pode-se observar como Luísa, “produto da educação frívola e da vida ociosa”, incomoda Machado de Assis. Mas, sobretudo, como o literato brasileiro pode ter dado pistas dos planos para essa domesticidade, em tempos do fortalecimento das campanhas abolicionistas, não só no elogio à Juliana, mas também em suas próprias personagens.

3.7. Domesticidade em *Iaiá Garcia*

Machado de Assis, ao cansar a pena nas considerações sobre a construção das personagens de Eça de Queiroz avalia o que seria, então, a grande lição do episódio doméstico narrado pelo escritor português. De acordo com ele,

[...] se o autor, visto que o realismo também inculca vocação social e apostólica, tentou dar no seu romance algum ensinamento ou demonstrar com ele alguma tese, força é confessar que o não conseguiu, a menos de supor que a tese seja isto: – A boa escolha dos fâmulos é uma condição de paz no adultério¹⁷².

Embora Juliana tenha sido considerada por Machado o caráter mais verdadeiro do livro, não teria sido, de fato, uma boa fâmula para a senhora ociosa e adúltera. E, se analisarmos esses dois apontamentos feitos pelo escritor brasileiro, é possível supor que Machado estivesse colocando o ócio de Luísa no centro dos problemas de concepção do romance queiroziano. Nesse sentido, a patroa de Juliana, construída sem “dor moral”¹⁷³, se transforma, mais uma vez, na ponta solta do enredo de Eça de Queiroz, segundo o literato brasileiro. De maneira que vem sobretudo dela, a grande questão doméstica a ser levada em consideração por Machado de Assis.

¹⁷¹ Op. Cit. *Machado de Assis historiador*. CHALHOUB, p. 38.

¹⁷² *O Cruzeiro*, 16 de abril de 1878, n. 105, p. 1.

¹⁷³ *Ibidem*.

Se colocamos em análise as relações entre patrões e criados, dentro do espaço do lar, em *Iaiá Garcia*, podemos observar a concepção de um tipo diferente de patronato e criadagem. Fruto de uma construção cautelosa que caminha no sentido de levantar questões a respeito dessa relação de subordinação. Especialmente se levamos em consideração as discussões realizadas anteriormente sobre as personagens femininas do romance, racionalmente preocupadas com seus próprios espaços de atuação e poder, e agindo de maneira meticulosa por entre eles. Uma vez que, no imaginário oitocentista, o ambiente doméstico era majoritariamente administrado por mulheres, como vimos anteriormente¹⁷⁴.

Estela, ao se casar com Luís Garcia, assume os aposentos na casa do funcionário público. Este, mesmo antes da viuvez, contava com os serviços de um escravo alforriado: Raimundo.

[...] nove anos mais velho que o senhor, carregara-o ao colo e amava-o como se fora seu filho. Vendo-se livre, pareceu-lhe que era um modo de o expelir de casa, e sentiu um impulso atrevido e generoso. Fez um gesto para rasgar a carta de alforria, mas arrependeu-se a tempo. Luís Garcia viu só a generosidade, não o atrevimento; palpou o afeto do escravo, sentiu-lhe o coração todo. Entre um e outro houve um pacto que para sempre os uniu¹⁷⁵.

Por esse gesto de lealdade ao senhor, o narrador pondera: Raimundo era “escravo e livre”¹⁷⁶. Tendo herdado Raimundo de seu pai, Luís Garcia desenvolve com o cativo de sua moral uma relação repleta dos sentidos da ambiguidade, frequentemente explorados na literatura de Machado de Assis. O vínculo aparentemente afetuoso entre o funcionário público e seu criado é repetidamente invadido pelos significados da lógica senhorial. Embora Raimundo parecesse “feito expressamente para servir Luís Garcia” e fosse “um tipo de africano submisso e dedicado”¹⁷⁷, o marido de Estela não abandona sinais marcantes da dominação entre senhor e escravo.

De acordo com Sidney Chalhoub,

[...] um dos aspectos centrais da política de domínio na escravidão, pelo menos até 1871, era o fato de que o ato de alforriar consistia em prerrogativa exclusiva dos senhores. Em outras palavras, cada escravo sabia bem que, excluídas as fugas e outras formas radicais de negação do cativo, sua esperança de liberdade dependia do tipo de relacionamento que mantivesse com seu senhor particular. A ideia era convencer os escravos de que

¹⁷⁴ De acordo com Mariana Muaze, em sua análise sobre as mulheres oitocentistas por meio das cartas trocadas pela família Velho de Avellar: “Após assumir a responsabilidade pelo governo da casa, Mariana Velho de Avellar se apresentava senhora desse universo doméstico da fazenda. As cartas revelam um cotidiano repleto de estratégias de sociabilidade e convivência, num ambiente permeado pela diferença social enraizada na instituição da escravidão. Nesse aspecto, alguns pontos, diretamente ligados ao bom funcionamento da casa, ao ordenamento do tempo familiar e à administração do cotidiano doméstico, devem ser considerados. Seu lugar no interior da família e da sociedade estava diretamente relacionado à destreza com que desempenhasse as funções ligadas ao governo da casa.” Op. Cit. MUAZE, p. 90.

¹⁷⁵ Op. Cit. ASSIS, p. 2.

¹⁷⁶ *Ibidem*.

¹⁷⁷ *Ibidem*.

suas chances de alforria passavam necessariamente pela obediência e fidelidade em relação aos proprietários. Além disso, conforme o exemplo notável do africano Raimundo em *Iaiá Garcia*, a concentração do poder de alforriar exclusivamente nas mãos dos senhores fazia parte de uma ampla estratégia de produção de dependentes, de transformação de ex-escravos em negros libertos ainda fiéis e submissos a seus antigos proprietários¹⁷⁸.

Se nos atentamos, dessa forma, ao aspecto, mencionado no segundo capítulo, da submissão de Luís Garcia em relação à Valéria, alcançaremos uma nova nuance da construção das personagens de Machado de Assis. A criação de uma estrutura piramidal de poder parece expressar sentidos complexos da dominação senhorial e do – eu diria consequente – paternalismo brasileiro, como classifica Chalhoub. Se o desconforto de Luís Garcia em relação aos pedidos da mulher do desembargador pode evidenciar um conflito de classe baseado na interdependência, Raimundo leva para dentro da casa do esposo de Estela uma tensão ainda maior. Matizada pelo aparente afeto, mas presente nos deslizes, como supunha Sidney Chalhoub.

O homem alforriado era “o único servidor da casa”¹⁷⁹, que só passa a dividir os afazeres do lar com Estela, já no quinto capítulo. O trabalho doméstico não ocupa ao longo do romance nenhuma posição de destaque. Embora seja importante dizer que os momentos ociosos não são descritos com o mesmo afã de *O primo Basílio*. Isso porque Machado de Assis parece se preocupar em centrar a domesticidade de uma família que não era necessariamente burguesa. Embora Luís Garcia pudesse ser proprietário de escravos, como indica a presença de Raimundo, não era um homem de posses. Nesse sentido, porém, seu “escravo livre” coloca em evidência, assim como a maior parte das relações entre as personagens machadianas, questões de classe e trabalho cruciais ao último quarto do século XIX.

Imbuído da tarefa de trazer a escravidão para o primeiro plano, Raimundo não coloca, dessa forma, o trabalho doméstico em foco. As tensões provocadas pela presença de um escravo acontecem justamente na existência de uma vida ociosa partilhada por Luís Garcia, Raimundo, Iaiá e, mais para frente, Estela. Ao findar os afazeres do lar, o africano comunga com o patrão cenas de exercício de sua cultura originária. Em momentos que são minuciosamente vigiados por Luís Garcia. O narrador descreve, por exemplo, que:

Raimundo acendia as velas, ia buscar a marimba, caminhava para o jardim, onde se sentava a tocar e a cantarolar baixinho umas vozes de África, memórias desmaiadas da tribo em que nascera. O canto do preto não era de saudade; nenhuma de suas cantilenas vinha afinada na clave pesarosa. Alegres eram, guerreiras, entusiastas; por fim calava-se. O pensamento, em vez de volver ao berço africano, galgava a janela da sala em que Luís Garcia trabalhava e pousava sobre ele como um feitiço protetor. Quaisquer que

¹⁷⁸ Op. Cit. CHALHOUB, p. 32.

¹⁷⁹ *Ibidem*.

fossem as diferenças civis e naturais entre os dois, as relações domésticas os tinham feito amigos¹⁸⁰.

Vale mencionar, assim, que Iaiá e Raimundo tinham uma relação menos ruidosa. Nas cenas dominicais, em que os três desfrutavam de momento de descanso, é possível enxergar uma sinhá moça que olha com muito menos estranhamento para a africanidade de Raimundo. Em um desses episódios,

Era domingo para todos três, e tanto o senhor como o antigo escravo não ficavam menos colegiais que a menina. — Raimundo, dizia esta, você gosta de santo de comer? Raimundo empertigava o corpo, abria um riso, e dando aos quadris e ao tronco o movimento de suas danças africanas, respondia cantarolando: — Bonito santo! santo gostoso! — E santo de trabalhar? Raimundo, que já esperava o reverso, estacava subitamente, punha a cabeça entre as mãos, e afastava-se murmurando com terror: — Eh... eh... não fala nesse santo, Iaiá! não fala nesse santo! — E santo de comer? — Bonito santo! santo gostoso!¹⁸¹

Apesar da convivência aparentemente tranquila entre Raimundo e a menina, não tivera sido ele o encarregado de cuidar de Iaiá, quando da mudança da família para Santa Teresa, depois da morte da primeira mulher de Luís Garcia. E é essa a personagem responsável por trazer para o palco do romance machadiano questões importantes à discussão sobre o apagamento do trabalho doméstico feminino: Maria das Dores.

A escolha por um personagem masculino como protagonista da criadagem nos espaços domésticos, no entanto, não parece fortuita. Especialmente porque a construção desse personagem está imbuída do aspecto de denúncia da dominação e da submissão. Colocar, portanto, um escravo alforriado, realizando as tarefas domésticas, pode aparecer como recurso importante na criação do estranhamento entre patrão bom e criado fiel, numa espécie de incômodo óbvio: Raimundo é homem e realiza as tarefas domésticas; é escravo e livre; submisso e leal.

Maria das Dores, porém, também levanta no romance tensões caras às mulheres responsáveis por essas funções, construídas, como vimos anteriormente, para serem majoritariamente femininas. A personagem, que já não mora na residência dos Garcia, é apresentada com os seguintes aspectos da devoção:

Resta dizer que havia ainda uma terceira afeição de Iaiá; era Maria das Dores, a ama que a havia criado, uma pobre catarinense, para quem só havia duas devoções capazes de levar uma alma ao Céu: Nossa Senhora e a filha de Luís Garcia. Ia ela de quando em quando à casa deste, nos dias em que era certo encontrar lá a menina, e ia de São Cristóvão, onde morava. Não descansou enquanto não alugou um casebre em Santa Teresa, para ficar mais perto da filha de criação¹⁸².

¹⁸⁰ *Ibidem*.

¹⁸¹ *Ibidem*, p. 4.

¹⁸² *Ibidem*, p. 5.

A mulher aparece no enredo já enferma, sendo visitada por Iaiá com certa frequência. Isso porque a menina passa a se encontrar com Jorge na casa da antiga ama. Poucas considerações são feitas sobre a personalidade de Maria das Dores e, inclusive, sobre suas características físicas. Não é possível dizer se era negra ou branca, quantos anos tinha ou quantos aparentava ter. O que nos interessa, porém, é que, enferma, assume um papel de deslocar para fora do espaço do lar o símbolo da mulher responsável pela primeira infância, pelos serviços do lar, pela resignação e devoção.

Estela, ao entrar para a casa de Iaiá e Luís Garcia não atribui a si essa função. Embora encare o papel da maternidade da menina, com ainda onze anos, não reúne as características de uma mulher fragilmente entregue ao trabalho extenuante com o lar, instintivo e natural. É, no entanto, racional e lógica. E é esse o tipo de cuidado que devota ao marido, à Iaiá e à casa. Esposa presente durante a enfermidade de Luís Garcia, madrasta cautelosa que abre mão de um grande amor: tudo o faz pela razão. Ao descobrir que Luís Garcia estava prestes a falecer, reflete:

A vida só lhe dera alegrias médias e dores máximas. Não foi a paixão que a levou ao casamento, mas somente a conveniência e o raciocínio. No casamento achara os sentimentos de apreço, a mútua consideração, a brandura das relações domésticas; esse fogo, porém, cuja intensidade não dura, mas que é o férvido sol dos primeiros dias, precursor necessário da tarde repousada e da noite tranquila, esse fogo, essa fusão de duas existências, esse ardor expansivo, condição de sua natureza moral, não os conheceu Estela. [...] A viuvez deixá-la-ia sem família. Esta ideia trouxe outra, — a de apressar o casamento da enteada, de modo que nenhum vínculo moral lhe sobrevivesse ao marido¹⁸³.

Assim que fica viúva, Estela decide ir para São Paulo, a convite de uma colega, para dirigir um “estabelecimento de educação que ali fundara desde alguns meses”¹⁸⁴. Dedicando-se a uma instituição de educação formal, a protagonista do romance de Machado de Assis é construída não de maneira a negar sentidos conhecidos para a feminilidade e o lugar social da mulher. Mas, como analisado no segundo capítulo deste trabalho, conseguia, por meio desse recurso, discutir questões mais pontuais e caras ao entendimento patriarcal da sociedade.

Levados para o ambiente familiar e doméstico, os conflitos sociais se personalizam na construção das personagens. Raimundo e Maria das Dores desvendam os sintomas de uma organização escravista e patriarcal no seio do paternalismo brasileiro. A marginalização do trabalho feminino e dos cativos, ainda que libertos, ganham nome na obra de Machado de Assis. Que orbitam a figura de uma mulher que não se encaixa no cenário do ócio burguês e que

¹⁸³ *Ibidem*, p. 89.

¹⁸⁴ *Ibidem*, p. 105.

protagoniza cenas de decisão e escolha consciente dos próprios meios de atuação e negociação de poder.

Se levamos em consideração as discussões efervescentes no período, analisadas previamente, podemos entender de que maneira a ficção instrumentaliza o debate da realidade. Se a epidemia de febre amarela fazia surgir questões em torno da sanitização da cidade, do fim dos cortiços e da responsabilidade feminina do cuidado à higiene, as personagens do romance traziam todas para a sala de estar. E, assim, as “lagartas-mendigos” não eram mais um problema das ruas, vielas e cortiços. Eram produto de uma sociedade patriarcal, escravista e paternalista. Dentro da casa dos filhos do império.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Para observar as transformações na cultura popular e política do final da década de 1870 é preciso levar em conta uma série de fatores comuns à reorganização do trabalho, da política institucional e dos lugares de poder, característicos da segunda metade do século XIX. De modo que as experiências dos sujeitos sociais, em meio a essas transformações, parecem sempre respingar a partir e diante da leitura dos folhetins, do consumo de literatura.

Colocar as personagens ficcionais, construídas por Machado de Assis e Eça de Queiroz, ao exame da História Social da Cultura é um movimento que só é possível se consideramos o modo como os sujeitos são capazes de negociar a mudança do mundo. Sendo a produção literária apenas uma lente possível a atividade fundamental de buscar pela agência humana por entre categorias inteiras de análise. Que não devem nunca se esquecer de colocar em diálogo as desigualdades organizadas por meio do gênero, da raça e da classe.

É possível dizer que Luísa, Juliana, Basílio e Jorge movimentaram por muito tempo a cena política e cultural das terras do lado de cá do Atlântico. Em janeiro de 1879, já no ano seguinte, a folha satírica d'*O Besouro*, ainda aumentava a polêmica recepção do romance de Eça de Queiroz. Sob o pseudônimo do homem por quem Dona Felicidade era apaixonada, Conselheiro Acácio, publica-se no dia 4 de janeiro, a seguinte provocação:

O deputado professor Malheiros não quer política romântica nem clássica: quer política realista. Vamos ter o *Primo Basílio* aplicado ao parlamento. Dizem que vai ser distribuído um exemplar deste famigerado romance a cada pai da pátria. A nação será a Luísa, que experimentará as sensações novas destes linguarudos Basílios¹⁸⁵.

Peças de teatro que levavam o enredo do romance português eram analisados pela crítica, que parecia esperar, em polvorosa, por mais um vacilo das personagens de Eça de Queiroz. Apreciam na imprensa espetáculos de autores que, como o Sr. Cardoso de Menezes, “ora segue à risca o romance, transcrevendo dele algumas situações, diálogos, frases, páginas inteiras; ora afasta-se dele para criar novos personagens, situações, desfechos”. Comentando essas peças, o cronista da *Revista Illustrada* ainda alfinetava o escritor português: “o que, seja dito de passagem, foi muito bem feito para o Sr. Eça que não sabe fazer as coisas pelo direito, passando pelo desgosto de ver um outro emendar e corrigir os seus erros, as suas faltas e os seus desvarios de literato”¹⁸⁶.

¹⁸⁵ *O Besouro*, 4 de janeiro de 1879, n. 40, p. 7.

¹⁸⁶ *Revista Illustrada*, 7 de julho de 1878, n. 119, p. 5.

Tão comentados pela crítica, os personagens de Eça de Queiroz fornecem, assim, mais de um caminho interpretativo sobre os elementos com que eram assimilados os lugares sociais de indivíduos reais. O casamento e a domesticidade assumem lugar fundamental no entendimento de como foram marginalizados pessoas e comportamentos. Portanto, é importante dizer que, ao longo de todo o trabalho, a análise esteve comprometida com a trajetória de pessoas imaginadas por grandes literatos, mas também pessoas possíveis.

Sendo assim, é preciso concluir dizendo que a polêmica de recepção d'*O primo Basílio* não é um tesouro perdido em meio ao montante de feno. É um episódio da literatura oitocentista que apenas descortina a potência da ficção de interpretar a realidade. Se Luísa, Juliana, Basílio e Jorge percorreram por muito tempo a imprensa periódica brasileira, outros romances assumiram papel parecido. Sobretudo porque a produção humana de cultura é a alquimia com que lemos a história dos sujeitos sociais. E vem dela a interpretação de um mundo em constante movimento. Leiamos literatura com o compromisso de subverter. E subvertamos!

FONTES:

ASSIS, Machado de. *Iaiá Garcia*. In.: . Obras completas, volume 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

QUEIROZ, Eça de. *O primo Basílio*. Porto Alegre: L&PM, 2015.

Gazeta de Notícias (1870-1879).

O Besouro (1878-1879).

O Cruzeiro (1878-1890).

Revista Illustrada (1870-1879).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALONSO, Ângela. "Processos políticos da abolição". In.: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, pp. 358-364.

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. "Fim do tráfico". In.: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio. *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ASSIS, Machado de. *Notas semanais*. Organização, introdução e notas de John Gledson e Lúcia Granja. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis: a trajetória de Ângelo Agostini no Brasil imperial - São Paulo e Rio de Janeiro - 1864-1888*. 363p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 2005.

CAGNIN, Antônio. "Bordalo X Agostini – 'nestas mal tratadas... intrigas'". In.: ARAÚJO, Emanuel (org.). *Rafael Bordalo Pinheiro - o português tal e qual: da caricatura à cerâmica. O caricaturista*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 1996.

CHALHOUB, Sidney. "A política cotidiana dos dependentes". In.: _____. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. "Febre amarela". In.: _____. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COUTINHO, Afrânio; SOUSA, J. Galante de. *Enciclopédia de literatura brasileira – Volume I*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2001.

_____. *Enciclopédia de literatura brasileira – Volume II*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2001.

CRESTANI, Jaison Luís. A materialidade da literatura: a inscrição do romance Iaiá Garcia no "Folhetim do Cruzeiro". In.: *Machado de Assis em linha*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 46-65,

2013, p. 62. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-68212013000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09/08/2019.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da Cunha. “Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição”. In: _____; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

EL FAR, Alessandra. “Bilhetes de namoro abertos ao público: mensagens e encontros às escondidas anunciados no Jornal do Commercio (década de 1870)”. In.: *Revista Brasileira de História*, vol. 37, n. 74, 2017.

FEDERICI, Sílvia. “Porque sexualidade é trabalho (1975)”. In.: _____. *O ponto zero da revolução*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FEITOSA, Rosane Gazolla Alves. “Eça de Queirós na *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro): a função social do jornal”. In.: *Convergência Lusíada*, n. 29. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://rgplrc.libware.net/ojs/index.php/rc/article/view/195/194>>. Acesso em: 21 de maio de 2019.

FRANCHETTI, Paulo. "Eça e Machado: críticas de ultramar". In: GUINDIN, Márcia Lígia; GRANJA, Lúcia e RICIERI, Francine Weiss (orgs.). *Machado de Assis: ensaios da crítica contemporânea*. São Paulo: Editora da Unesp, 2008.

FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GARZONI, Lericce de Castro. *Arena de combate: gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX)*. Dissertação (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2012.

JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX: lições de política e moral no periódico mineiro O mentor das Brasileiras (1829 – 1832)*. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 157.

MCCLINTOCK, Anne. “Couro imperial – Raça, travestismo e o culto da domesticidade”. In.: *Cadernos Pagu*. Nº 20. pp 7 – 85. Campinas, 2003.

MEGID, Daniele Maria. *Mulheres de jornal: personagens femininas em romances-folhetins de Machado de Assis*. (Bacharelado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2009.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. “A modernidade republicana”. In.: *Tempo*, vol. 13, n. 26, 2009.

MOREIRA, Sandra Careli. “A maternidade na segunda metade do século XIX: sua idealização na imprensa escrita e suas possibilidades de concretude social”. In.: *MÉTIS: história & cultura* – v. 2, n. 2, p. 285-306, jul./dez. 2002.

MUAZE, Mariana. “O governo da casa”. In.: _____. *As memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.

NASCIMENTO, José Leonardo do. *O Primo Basílio na imprensa brasileira do século XIX - Estética e História*. São Paulo: Editora da Unesp, 2008.

OLIVEIRA, Cláudia de. "Mulheres de estampa: o folhetim e a representação do feminino do Segundo Reinado". In.: KNAUSS, Paulo; MALTA, Marize; OLIVEIRA, Cláudia de; VELLOSO, Mônica Pimenta. *Revistas ilustradas: modos de ler e ver no segundo reinado*. Rio de Janeiro: Mauad X e Editora da FAPERJ, 2011.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. "A realidade como vocação: literatura e experiência nas últimas décadas do império". In: GRINBERG, K.; SALLES, R. (orgs.). *O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PERROT, Michele. "O corpo". In.: _____. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas "Balas de estalo" de Machado de Assis*. Campinas: Editora Unicamp, 2016.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 16 (2), jul/dez, 1990.

SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Contos de Machado de Assis: leituras e leitores do Jornal das Famílias*. (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2005.

STEIN, Ingrid. *Figuras femininas em Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

THOMPSON, E.P. "A história vista de baixo". In.: _____. NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sérgio (orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

_____. "Intervalo: a lógica histórica". In.: _____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros – crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VAZ, Lilian Fessler. "Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamento – a modernização da moradia no Rio de Janeiro". In.: *Análise Social*, vol. xxix (127), 1994.